

MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

# **O Mosteiro de São Pedro de Pedroso: Estudo Patrimonial de uma Instituição Beneditina (1212-1307)**

**Cátia Filipa Santos  
Almeida**

**M**

2016



**Cátia Filipa Santos Almeida**

**O Mosteiro de São Pedro de Pedroso:  
Estudo Patrimonial de uma Instituição Beneditina  
(1212-1307)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pela  
Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016



O Mosteiro de São Pedro de Pedroso:  
Estudo Patrimonial de uma Instituição Beneditina  
(1212-1307)

Cátia Filipa Santos Almeida

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pela  
Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha

Membros do Júri

Professora Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

“Assim me tornei seu escrivão e discípulo ao mesmo tempo, e não vim a arrepender-me, porque fui com ele testemunha de acontecimentos dignos de serem confiados, como agora estou fazendo, à memória daqueles que virão.”

Adso, em *O Nome da Rosa*  
Umberto Eco

*À memória dos meus avós*

*Aos meus pais*

*Ao Rui*

# Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	10
Abstract.....	10
Índice de Gráficos.....	11
Índice de Mapas.....	12
Índice de Tabelas.....	12
Abreviaturas e Siglas.....	13
Introdução.....	14
Capítulo 1 - Mosteiro de São Pedro de Pedroso: fontes e bibliografia para o seu estudo.....	20
1.1 Fontes.....	20
1.2 Bibliografia.....	28
Capítulo 2 – A Ordem de São Bento: do Monte Cassino a Pedroso.....	34
2.1 Origens da Ordem de São Bento.....	34
2.2 A introdução da Regra de S. Bento em território peninsular.....	38
2.3 Mosteiro de São Pedro de Pedroso: das origens à extinção.....	42
Capítulo 3 – A Comunidade do Mosteiro de Pedroso.....	50
3.1 Abade.....	52
3.2 Comunidade.....	63
3.2.1 Prior.....	64
3.2.2 Ecónomo.....	66
3.2.3 Esmoler.....	67
3.2.4 Celeireiro.....	67
3.2.5 Refeitoreiro e Encarregado da adega.....	68
3.2.6 Sacristão.....	69
3.2.7 Encarregado dos Livros.....	70
3.2.8 Mestre dos meninos.....	71

3.2.9 Enfermeiro.....	72
3.2.10 Hospedeiro.....	72
3.2.11 Vigilantes do Mosteiro.....	73
Capítulo 4 - O Património do Mosteiro de Pedroso (1212-1307).....	74
4.1 Formação do património monástico.....	75
4.1.1 Doação.....	76
4.1.2 Compra.....	82
4.1.3 Escambo.....	86
4.1.4 Aquisições cujo tipo desconhecemos.....	88
4.2 Elementos que constituem o património de Pedroso.....	92
4.2.1. Localização geográfica do património do Mosteiro de Pedroso.....	92
4.2.1.1 Localização geográfica entre 1212 e 1307.....	92
4.2.1.2 Localização geográfica entre 1072 e 1200: uma comparação.....	94
4.2.2. Tipologia do património.....	96
4.2.2.1 Casal.....	97
4.2.2.2 Vinha.....	98
4.2.2.3 Meios de Transformação.....	99
4.2.2.4 Igrejas e Direitos de Padroado.....	99
4.2.2.5 Bens móveis.....	101
4.2.2.6 Outros bens.....	102
4.2.2.7 Bens de natureza indeterminada.....	103
4.3 Exploração do domínio.....	104
4.3.1 Exploração direta.....	104
4.3.2 Exploração indireta.....	105
4.3.2.1 Aforamentos.....	105
4.3.2.2 Prazos concedidos por Pedroso.....	106
4.3.2.3 Rendas.....	109



Conclusões.....	111
Fontes e Bibliografia.....	113
Anexos.....	119
Anexo 1 – Carta de Couto do Mosteiro de Pedroso.....	119
Anexo 2 – Reprodução gráfica do Emprazamento de 1215.....	121

## **Agradecimentos**

Aqui é o momento de agradecer a todos aqueles que durante este percurso me apoiaram e que, por vezes, com apenas um sorriso ou uma palavra amiga me incentivaram a continuar.

Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, agradeço à Professora Doutora Cristina Cunha a orientação neste projeto, e acima de tudo a amizade demonstrada que nunca esquecerei. Disponível desde do primeiro momento, foi apenas com os seus conselhos, sugestões, e apoio imprescindível que fui capaz de ultrapassar as dificuldades que foram aparecendo ao longo desta investigação.

Agradeço ao Professor Doutor Luís Amaral o gosto pela História das Instituições Religiosas estimulado tantas vezes nas suas aulas, os esclarecimentos sobre a Ordem de São Bento e beneditinos, e claro, o acompanhamento do início deste projeto.

Aos restantes professores, da Licenciatura em História e do Mestrado em Estudos Medievais, que me passaram a paixão pelo estudo da Idade Média, e das instituições monásticas em particular, o meu muito obrigado.

Às funcionárias da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Laura Gil e Marlene Borges, reconheço a simpatia e atenção que sempre demonstraram para responder às minhas solicitações.

Aos colegas de curso agradeço as discussões saudáveis e os conselhos que nos foram dando ao longo da nossa investigação, mas sobretudo aqueles “furos” em que voltávamos a ser crianças.

Aos amigos, irmãos de coração, e companheiros de muitas aventuras envoltas em negro, retribuo com este singelo agradecimento toda a amizade que demonstraram ao longo deste percurso. Sem ela não conseguiria certamente, ter forças para levar esta investigação a bom porto. Como prometido, alguns desses nomes ficam plasmados nestas páginas. Ao Rui Filipe, Beatriz, Mia, João, Wilson, Pedro, Sofia e Cátia cá está ela.

Finalmente, aos meus pais, agradeço por nunca me pressionarem para que eu fosse algo que nunca quis ser, mas sim para seguir os meus sonhos, e pelo apoio incondicional que sempre demonstraram.

Por último, mas nem por isso menos importante, agradeço ao Rui, companheiro de vida e de todo este percurso. Obrigado pelas discussões científicas, pelo apoio, confiança e paciência que sempre demonstrou, acreditando muitas vezes mais do que eu própria na execução deste trabalho.

Àqueles que não puderam ver este trabalho terminado, dedico-lhes esta investigação...

## Resumo

A presente investigação, assente em documentação inédita dos fundos monásticos do Mosteiro de Pedroso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo da Universidade de Coimbra, tem como objetivo primordial a caracterização efetiva do cenóbio, de um modo geral, durante o século XIII (1212-1307). Para isso, optámos por explorar dois vetores distintos: a reconstituição e estudo da comunidade; e a reconstituição do património detido pelo mosteiro. Destes dois eixos, que articulados, naturalmente, nos permitem compreender muito melhor o percurso da instituição, iremos não só tentar determinar as principais áreas de influência do mosteiro, mas também elaborar micro-biografias dos indivíduos, que de alguma forma, durante a nossa cronologia, desde a base (monges) até ao topo da hierarquia monástica (abade) percorreram os corredores da abadia de Pedroso, deixando as suas “pegadas” na nossa documentação.

**Palavras-Chave:** Mosteiro de Pedroso; Património; Comunidade; Cluny.

## Abstract

This research, based on unpublished documentation of the monastic funds of Pedroso Monastery on the National Archive of Torre do Tombo and Archive of the University of Coimbra, has as its primary objective the effective characterization of the monastery, in general, during the thirteenth century (1212 -1307). To this effect, we chose to explore two distinct vectors: the reconstitution and study of its community; and the reconstitution of the properties held by the monastery. Based on these two axes articulated, that allows us to understand much better the history of the institution, we will not only attempt to determine the main areas of influence of the monastery, but also develop micro-biographies of the individuals who somehow, during our chronology, from its base (monks) to the top of the monastic hierarchy (abbot), walked the corridors of Pedroso abbey, leaving their "footprints" in our documentation.

**Keywords:** Pedroso Monastery; Property; Community; Cluny.

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Número de Documentos Manuscritos do Mosteiro de Pedroso no A.N.T.T. e A.U.C.....	21
Gráfico 2 - Número de Referências ao Mosteiro de Pedroso nas Inquirições de 1258 e 1288.....	21
Gráfico 3 - Temáticas documentais.....	26
Gráfico 4 - Modos de Aquisição do Património do Mosteiro de Pedroso (1212-1307)....	77
Gráfico 5 - Tipo de doação ao Mosteiro de Pedroso (1212-1307).....	78
Gráfico 6 - Distribuição cronológica das doações ao Mosteiro de Pedroso (1212-1307)..	79
Gráfico 7 - Duração dos Emprazamentos do Mosteiro de Pedroso (1212-1307).....	109
Gráfico 8 - Distribuição cronológica dos emprazamentos (1212-1307).....	109

## Índice de Mapas

Mapa 1 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212-1307 através de Doações.....	82
Mapa 2 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 através de Compras.....	86
Mapa 3 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 através de Escambos.....	88
Mapa 4 - Património Imóvel do Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 mencionado em Sentenças .....	91
Mapa 5 - Património Imóvel detido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307.....	95
Mapa 6 - Património Imóvel detido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1072 e 1200.....	97
Mapa 7 - Casais detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307.....	99
Mapa 8 - Igrejas e Direitos de Padroado detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307.....	102
Mapa 9 - Bens de natureza indeterminada detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307.....	105

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Património adquirido por Doação.....	81
Tabela 2 - Propriedade adquirida por Compra .....	84
Tabela 3 - Propriedade adquirida por Escambo.....	87
Tabela 4 - Propriedade mencionada nas Sentenças.....	90
Tabela 5 - Propriedade mencionada nas Inquirições.....	92
Tabela 6 – Propriedade emprazada pelo Mosteiro de Pedroso (1212-1307).....	108

## Abreviaturas e Siglas

A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.U.C.	Arquivo da Universidade de Coimbra
D. D.	Documentos Diversos
DMP – DP	Documentos Medievais Portugueses – Documentos Particulares
DMP – DR	Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios
LD	Livro do Deão
LL	Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
P. L.	Pergaminhos Latinos do século XIII
P. séc. XIV	Pergaminhos do século XIV
P.P.	Pergaminhos Portugueses do século XIII
PMH - DC	Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata ad Chartae
PMH-Inq.	Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones
PMH-Inq. 1284	Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones 1284
RB	Regula Benedictina

dir.	direção/dirigido
Fol.	fólio
gav.	gaveta
Mç.	Maço
nº	número
p.	página/páginas
s.d	sem data
séc.	século
Vol.	Volume

## Introdução

*“Levantados no alto de um monte, construídos nas margens férteis de um vale, erguidos em terras inóspitas, disseminados pelo campo ou vizinhando com as cidades, os mosteiros são em si mesmos realidades e símbolos de um tempo e marcam indelevelmente um espaço”<sup>1</sup>*

Os mosteiros são o gesto material da fé dos homens, porém durante séculos demonstraram ser um elemento dinamizador de comunidades e de regiões. Tal como afirma Maria Helena da Cruz Coelho, os mosteiros marcaram indelevelmente o espaço onde estão inseridos, podendo este ser um vale fértil ou uma terra hostil<sup>2</sup>. O Mosteiro de São Pedro de Pedroso insere-se no grupo de cenóbios fundados em terras férteis, sendo a sua localização classificada por Rute Ramos como “privilegiada”. Esta situação deve-se a vários fatores, tais como, a ocupação do castro desde de tempos remotos; a facilidade de comunicação proporcionada pela proximidade da estrada que ligava o Porto a Lisboa e a existência dual do rio Febros, meio de comunicação e irrigação dos campos, que já por si eram férteis. Estes fatores, sem dúvida, que contribuíram para a crescente importância do Mosteiro de Pedroso, no panorama monástico português.

O gosto pessoal foi o ponto de partida da presente dissertação, não devendo, por isso, ser ignorado. Contudo, a importância desta instituição monástica para a história da Ordem Beneditina em Portugal assume-se como o grande catalisador da presente dissertação.

As nossas raízes foram o despertar; o percurso académico, o aguçar da curiosidade; a realidade tornou inevitável o estudo do Mosteiro beneditino de S. Pedro de Pedroso. Crescemos a ouvir dizer que o Mosteiro de Pedroso foi uma das abadias mais importantes do monaquismo beneditino em Portugal. Ainda assim, não fazíamos ideia da dimensão real deste mosteiro até iniciarmos a atual investigação, o que se justifica pelo facto desta instituição cluniacense ter sido pouco estudada pelos historiadores.

De facto, apesar de Pedroso ser um mosteiro frequentemente referido em obras sobre o monaquismo beneditino, conta apenas com três trabalhos de carácter científico.

---

<sup>1</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – Os Mosteiros Medievais Num Tempo de Hospedar e de Caridade. *Codex Aquilarensis – Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*. Julio. 1992. p. 9.

<sup>2</sup> Os eremitas foram monges que fundaram vários eremitérios em terras áridas e hostis, podendo destacar de entre muitos o de S. Romão de Seia. MATTOSO, José – Eremitas Portugueses no Século XII. *Lusitania Sacra*. Lisboa. ISSN 0076-1508. 9 (1972), p. 1-40.



O primeiro é uma tese de licenciatura da autoria de Rute Ramos<sup>3</sup>, datada de 1956, intitulada *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso: Subsídios para a sua história*. Este trabalho não tinha como objetivo um estudo pormenorizado do Mosteiro de Pedroso, mas sim avançar algumas pistas para os vários projetos que podiam ser produzidos sobre esta instituição. A autora centra a sua análise em diferentes fases e aspetos do cenóbio Pedrosense, tais como, a fundação, o Couto, as Igrejas anexas ao mosteiro, a comunidade, a vida económica, o cartório e a extinção da instituição beneditina. Para isso, Rute Ramos recorre a fontes editadas e ao fundo do Arquivo da Universidade de Coimbra.

O segundo é a tese de mestrado levada a cabo por Isilda Monteiro<sup>4</sup>, já em 1993, denominada *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do séc. XVII*. Isilda Monteiro faz um estudo patrimonial da instituição pedrosense, mas durante a administração da Companhia de Jesus, congregação que detinha o Colégio de Coimbra, à qual o cenóbio foi anexado aquando à sua extinção.

O último é um trabalho diferente dos mencionados anteriormente, pois não aborda exclusivamente o Mosteiro de Pedroso. Pelo contrário, a tese de doutoramento de José Mattoso intitulada *O Monaquismo Ibérico e Cluny*<sup>5</sup> retrata de forma detalhada o monaquismo beneditino cluniacense na diocese do Porto, até ao final do século XII. Atendendo ao facto de que o mosteiro de Pedroso se insere no grupo de mosteiros beneditinos desta diocese, também mereceu alguma atenção por parte deste autor, razão pela qual consideramos pertinente enunciar este estudo.

Exigia-se assim um estudo detalhado sobre este mosteiro. Como estamos a dar os primeiros passos, não podemos realizar uma dissertação onde constem todos os aspetos da história desta instituição. Optámos então, pela vertente patrimonial realizando assim um estudo sobre os bens detido pelo Mosteiro de Pedroso.

Um outro elemento a esclarecer é a cronologia definida para a presente investigação. Atendendo ao facto de que a análise da totalidade do percurso patrimonial do Mosteiro de Pedroso não seria exequível num estudo deste âmbito, e visto estarmos a estudar uma instituição regular, achamos adequado que as balizas cronológicas estejam

---

<sup>3</sup> RAMOS, Rute Matos de Lima – *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso: Subsídios para a sua história*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1956. Dissertação de licenciatura. (Doravante indicaremos esta obra como: RAMOS, Rute Matos de Lima – *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso...*, p. ).

<sup>4</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do séc. XVII*. Porto: Universidade Portucalense, 1993. ISBN 972-9354-12-X. (Doravante indicaremos esta obra como: MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. ).

<sup>5</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 12. ISBN 972-42-2803-7. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. ).

de acordo com os diversos abadiados deste cenóbio. A cronologia tem assim início no abadiado de D. Nuno Viegas (1212) e termina no abadiado de D. Pedro Anes (1307). Estes limites cronológicos impõem-se por si próprios, D. Nuno Viegas é o primeiro abade eleito no século XIII. Visto que o período anterior já foi estudado ao de leve por José Mattoso na sua tese de doutoramento, é importante iniciar a nossa dissertação neste abadiado para termos uma continuidade do que já foi estudado. Seguindo a mesma lógica, e não sendo possível estudar todo o período até à extinção do mosteiro beneditino, decidimos terminar o nosso estudo no abadiado de D. Pedro Anes, pois tudo aponta para que este seja um período de transição na política de aquisição de património. Parece-nos então pertinente concluir a nossa investigação neste abadiado, esperando conseguir perceber as estratégias dos abades de Pedroso para adquirir e gerir o seu património.

Um outro ponto fundamental num estudo desta natureza são as fontes utilizadas. Num primeiro momento, fizemos um levantamento das fontes disponíveis sobre o Mosteiro de Pedroso deparando-nos com dois grandes fundos. O fundo do Mosteiro de São Pedro de Pedroso que se encontra disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e o fundo do Mosteiro de São Pedro de Pedroso disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra. No que diz respeito ao primeiro, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, diga-se que este se encontra praticamente inédito. Poucas são as referências sobre os documentos que o compõem, e não existe nenhum trabalho científico que os utilize como fonte principal. Começámos então, por seleccionar uma das várias séries disponíveis no fundo do Mosteiro de Pedroso optando pela série Documentos Diversos, por ser a única que contém documentos originais dentro dos parâmetros cronológicos definidos. Este fundo conta com 11 maços, mas tendo em conta a cronologia definida, apenas 4 maços corresponderam aos nossos critérios, perfazendo assim um total de 145 documentos.

Porém, achamos pertinente escolher outro fundo documental para colmatar algumas fragilidades do primeiro. Estas fragilidades prendem-se com o facto dos documentos diversos depositados na Torre do Tombo terem algumas falhas já que existem alguns períodos cronológicos que não apresentam documentos. Recorremos ao segundo fundo para suprimir essas falhas e tornar o acervo documental desta investigação mais coeso. Optamos então pelo fundo de São Pedro de Pedroso preservado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, que contém 441 pergaminhos de documentação avulsa, em grande parte pertencente à época medieval. Tal como no primeiro fundo, nem todos os documentos existentes neste arquivo se enquadravam nos nossos critérios. Procedemos

então a uma seleção dos documentos que estavam de acordo com a nossa cronologia, podendo assim contar no nosso acervo com mais 77 documentos, perfazendo um total de 222 pergaminhos. As tipologias mais frequentes nestes dois fundos são doações, emprazamentos, compras, escambos e sentenças. Esta semelhança pode justificar-se pelo facto de ambos os fundos terem a mesma origem, o cartório do Mosteiro de Pedroso.

Tendo como objetivo principal realizar um estudo patrimonial do Mosteiro de Pedroso, não podíamos deixar de utilizar uma outra fonte que, não sendo inédita, a sua utilização é imprescindível. Falamos naturalmente das *Inquirições Gerais de D. Afonso III de 1258*<sup>6</sup> e as *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1284*<sup>7</sup>. Estas fontes foram analisadas, segundo vários critérios, e a respetiva informação organizada numa base de dados, permitindo assim uma análise mais dinâmica, a partir de mapas temáticos, que facilitaram a compreensão da organização do património detido pelo cenóbio pedrosense. A construção da base de dados permitiu determinar os tipos de propriedades predominantes, averiguar a possível existência de polos de concentração patrimonial e a sua localização.

Porém, a compreensão das fontes seria incompleta, sem a articulação com uma base sólida de bibliografia. No que a esta diz respeito destacamos Fortunato de Almeida<sup>8</sup>, com uma das obras mais importantes de carácter geral, sobre a história da Igreja em Portugal. José Mattoso<sup>9</sup>, Geraldo Dias<sup>10</sup>, José Orlandis<sup>11</sup> e António Linage Conde<sup>12</sup> evidenciam-se pela extensa obra sobre o monaquismo. Os primeiros dois autores centram os seus estudos no monaquismo beneditino, particularmente no território português. Por

---

<sup>6</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Volume I, Fascículo VI – VII. Lisboa, Academia das Ciências, 1891.

<sup>7</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita, Nova Serie, vol III – Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottho Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2007.

<sup>8</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal: preparada e dirigida por Damião Peres*. Porto: Portucalense/Civilização, 1967 – 1970. (Doravante indicaremos esta obra como: ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*..., p. ). Sobre obras de carácter geral destacamos ainda a obra dirigida por Carlos Azevedo: AZEVEDO, Carlos – *História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002. ISBN 972-42-2359-0. 3 Vols. (Doravante indicaremos esta obra como: AZEVEDO, Carlos – *História Religiosa em Portugal*..., p. ).

<sup>9</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*.

<sup>10</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: Edições Afrontamento, 2011. (Doravante indicaremos esta obra como: DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização*..., p. ).

<sup>11</sup> ORLANDIS, José - *Estudios sobre instituciones monasticas medievales*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1971. (Doravante indicaremos esta obra como: ORLANDIS, José - *Estudios sobre instituciones monasticas medievales*..., p. ).

<sup>12</sup> LINAGE CONDE, António - *Los Orígenes del monacato beneditino en la Península Ibérica*. Léon: Centro de Estudios e Investigacion San isidoro, 1973. ISBN 84-00-03920-3. (Doravante indicaremos esta obra como: LINAGE CONDE, António - *Los Orígenes del monacato beneditino*..., p. ).

sua vez, A. Linage Conde aborda o mesmo tema, mas para um território mais amplo, a Península Ibérica. Por último, mas não menos importante, J. Orlandis distingue-se com a sua obra sobre instituições monásticas medievais, no mesmo espaço.

É fundamental referir alguns estudos patrimoniais, que para além, de contribuírem largamente para o conhecimento das instituições monásticas do território português, representam para este projeto dissertações modelares, que fornecem importantes pistas metodológicas e várias propostas de análise. A título de exemplo destacamos as teses académicas de Maria do Rosário Barbosa Morujão<sup>13</sup>, Maria Helena da Cruz Coelho<sup>14</sup>, Maria Leonor Santos<sup>15</sup>, Sérgio Lima<sup>16</sup>, Rui Martins<sup>17</sup>, Maria Cristina Cunha<sup>18</sup> e Luís Carlos Amaral<sup>19</sup>.

Passemos agora, aos objetivos deste estudo. O primeiro consiste na reconstituição, de forma detalhada, do património do Mosteiro de Pedroso, no período considerado. Isto é, visa-se perceber os tipos de propriedade que constituem o património monástico. O segundo objetivo está intimamente ligado com o anterior, e pretende dar a conhecer a implantação geográfica do património aferindo se existe concentração ou, pelo contrário, dispersão da propriedade monástica. Compreender os modos de aquisição do património, a sua variação e formas de gestão, durante os diversos abadiados, é outro dos objetivos deste estudo.

Partindo da premissa que a comunidade religiosa de um mosteiro tem um papel preponderante na gestão e dinamização do seu património tentaremos, a partir de micro

---

<sup>13</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2001. (Doravante indicaremos esta obra como: MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. ).

<sup>14</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca: Do século X ao século XIII*. Coimbra: Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, 1977. (Doravante indicaremos esta obra como: COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca...*,p. ).

<sup>15</sup> SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV: Gestão Feminina de um Património Fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001. (Doravante indicaremos esta obra como: SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV...*,p. ).

<sup>16</sup> LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira - I (dos primórdios a 1300)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001. ISBN 972-9453-60-8. (Doravante indicaremos esta obra como: LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira...*,p. ).

<sup>17</sup> MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1992. Trabalho de síntese elaborado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. (Doravante indicaremos esta obra como: MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha – *Património, parentesco e poder...*,p. ).

<sup>18</sup> CUNHA, Maria Cristina Almeida e - *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado. (Doravante indicaremos esta obra como: CUNHA, Maria Cristina Almeida e - *A Ordem Militar de Avis...*,p. ).

<sup>19</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: Estudo de Gestão Agrária*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. ISBN 972-8081-34-0. (Doravante indicaremos esta obra como: AMARAL, Luís Carlos - *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV...*,p. ).

– biografias, ficar a conhecer os abades de Pedroso, entre 1212 e 1307, e alguns religiosos da mesma instituição monástica.

Quanto à estrutura é possível dividir a presente dissertação em 4 partes principais: a primeira consiste na apresentação, contextualização e fundamentação das fontes e bibliografia selecionadas; a segunda centra-se na Ordem de São Bento (origens e implantação em território peninsular) e no percurso histórico do nosso objeto de estudo; a terceira parte foca a comunidade beneditina de Pedroso, através de micro – biografias de abades e religiosos, do mesmo mosteiro; por fim, a última parte, dedica-se à apresentação e reconstituição do património detido pela abadia de Pedroso, entre 1212 e 1307.

Muitas foram as questões que nos levaram a estudar o cenóbio pedrosense, porém à medida que a investigação avançava outras foram surgindo. Esperamos que as páginas que se seguem, além de responder à curiosidade da autora, possam desfazer dogmas, criar realidades e acima de tudo fazer História.

# Capítulo 1 – O Mosteiro de São Pedro de Pedroso: fontes e bibliografia para o seu estudo

Na elaboração de qualquer dissertação as fontes representam um elemento fundamental. Por esta razão decidimos dedicar o presente capítulo à descrição qualitativa e quantitativa das fontes selecionadas. Num ponto posterior, faremos um ponto da situação sobre a bibliografia a ter em conta para o estudo do Mosteiro de Pedroso.

## 1.1 Fontes

Quando nos propusemos a estudar o Mosteiro de São Pedro de Pedroso deparamo-nos de facto com uma grande dificuldade: a dispersão documental por vários arquivos do território português. Sumariamente, a documentação relacionada com o cenóbio de Pedroso pode ser encontrada principalmente em Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e em Coimbra (Arquivo da Universidade de Coimbra), mas também no Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Braga e Biblioteca Nacional de Lisboa. No entanto, tendo em conta a cronologia definida, estudaremos apenas os fundos dos dois primeiros (Lisboa e Coimbra) dado que nos restantes apenas se conservam registos relativos à época moderna. Trabalhamos essencialmente com documentação manuscrita, mas para completar as informações recolhidas optamos por acrescentar ao nosso volume documental fontes editadas.

No que diz respeito a documentação inédita esta encontra-se em dois fundos distintos: o fundo do Mosteiro de São Pedro de Pedroso<sup>20</sup> do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e o fundo do Mosteiro de São Pedro de Pedroso<sup>21</sup> do Arquivo da Universidade de Coimbra. No primeiro fundo na série *Documentos Diversos*, constituída por um total de 11 maços, apenas 4 se enquadravam nos parâmetros cronológicos definidos, contando assim com 145 documentos para o nosso acervo. Contudo, este fundo não continha pergaminhos relativos a alguns períodos no segmento cronológico que nos interessava.

---

<sup>20</sup> Sobre este fundo tenha-se em conta que apenas alguns documentos foram analisados por Delfim Bismarck, na sua tese de mestrado. FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV: Território e Nobreza*. Aveiro: Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 2008. ISBN 978-972-9090-06-3. (Doravante indicaremos esta obra como: FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV...*, p. ).

<sup>21</sup> O fundo do Mosteiro de Pedroso depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra conta com um catálogo elaborado por Gabriel Pereira, em 1881 e que contém uma listagem de todos os documentos arquivados nesta instituição. PEREIRA, Gabriel – *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881.

O segundo fundo é composto pelas séries *Pergaminhos Portugueses do séc. XIII*; *Pergaminhos Latinos do séc. XIII*; e *Pergaminhos do séc. XIV*. No total contém 441 pergaminhos de documentação avulsa, porém apenas 77 manuscritos estavam em conformidade com as balizas cronológicas definidas. Tendo em conta os 145 documentos provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo podemos contar com um total de 222 registos no nosso acervo.

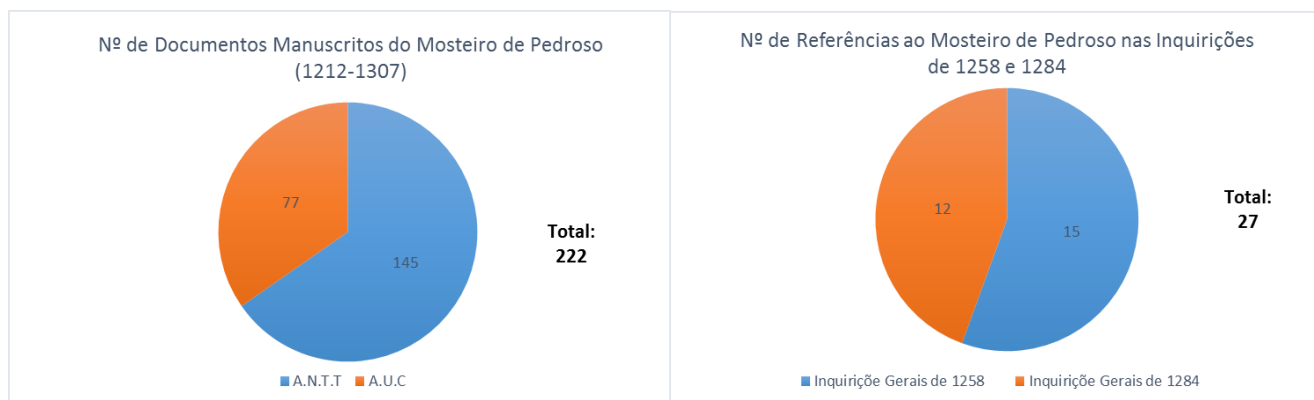


Gráfico 1 - Número de Documentos Manuscritos no A.N.T.T. e A.U.C.

Gráfico 2 - Número de Referências ao Mosteiro de Pedroso nas Inquirições de 1258 e 1284

Como podemos confirmar nos elementos gráficos 65 % da documentação manuscrita provém do A.N.T.T. tendo o fundo desta instituição uma enorme importância no nosso acervo documental. Por sua vez, o A.U.C. apresenta apenas 35% do volume documental selecionado. Porém, não podemos deixar de salientar a relevância deste arquivo na presente investigação, pois o fundo que preserva colmatou algumas fragilidades cronológicas, presentes no fundo do primeiro arquivo.

No que diz respeito às referências ao património do Mosteiro de Pedroso, nas *Inquirições Gerais de 1258* e de *1284* estas apresentam um maior equilíbrio entre si. Nas *Inquirições Gerais de 1258* contamos com 15 referências (55,6%), enquanto nas *Inquirições Gerais de 1284* contamos com 12 menções (44,4%). Esta pequena diferença pode ser explicada pela diferente dimensão de território inquirido em cada inquérito régio.

Apesar de termos em mãos um sólido acervo documental, que à partida daria resposta às questões colocadas inicialmente, optamos por enriquecer o nosso trabalho

com a análise dos inquéritos régios de 1258<sup>22</sup> e 1284<sup>23</sup>, aproveitando deste modo, os benefícios de uma fonte já editada. Contudo, sem deixar de considerar a consulta das *Inquirições Gerais* da centúria de duzentos um passo imprescindível para o enriquecimento da investigação, é importante salientar que a documentação inédita, ou manuscrita, dos arquivos referidos, representa o eixo estruturante da nossa dissertação.

Apesar de sabermos que o número de *Inquirições Gerais* levadas a cabo no território português durante o período em análise é maior, foram várias as razões que nos levaram a escolher apenas as *Inquirições Gerais de 1258 e 1284*, em detrimento das de 1220 e 1288.

No que diz respeito às *Inquirições Gerais de 1220*, estas tinham como objetivo primordial a “elaboração de um cadastro geral dos direitos e propriedades da coroa”<sup>24</sup>. Contudo, as atas originais destes inquéritos não sobreviveram<sup>25</sup> ao passar do tempo, existindo apenas informações sobre Avanca e Antuã, duas freguesias do sul das Terras de Santa Maria, e uma lista das propriedades possuídas pelas instituições religiosas da região. O que restou encontra-se num documento designado *De Hereditatibus Ordinum in Terra de Santa Maria*, que é parte integrante do *Livro Preto de Grijó*, que se encontra inédito no Arquivo da Torre do Tombo<sup>26</sup>. Por esta razão e devido ao diminuto período que dispomos para a elaboração da dissertação de mestrado, optamos por não analisar o pouco que restava desta fonte.

Quanto às *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288*, no momento que iniciámos a análise e tratamento das fontes para a elaboração deste estudo, não estavam ainda publicadas na íntegra. Todavia, o primeiro volume estando já editado, carece de

---

<sup>22</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Lisboa, Academia das Ciências, 1891. (Doravante indicaremos esta obra como: *PMH- Inq.* Seguindo-se o número da página.).

<sup>23</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Serie, vol III – *Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottho Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2007. ISBN 978-972-623-101-1. (Doravante indicaremos esta obra como: *PMH - Inq. 1284* – seguindo-se o número da página.).

<sup>24</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI e XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. ISBN 972-33-0824-X. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. ).

<sup>25</sup> É importante referir que os mosteiros de Pedroso, Grijó e a Sé do Porto tiveram um papel essencial no conhecimento dos inquéritos régios ordenados nas Terras de Santa Maria durante o século XIII. De facto, foi devido aos fortes interesses destas instituições na região, que as conduziram na obtenção e conservação destes inquéritos nos seus cartórios, usando-os como proteção ou contra-argumento nas disputas com o poder régio ou demais instituições. MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 41.

<sup>26</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 41.



informações pertinentes para o estudo do Mosteiro de Pedroso, pois abrange uma parte do território em que o cenóbio não detinha património.

Restam-nos assim as *Inquirições Gerais de 1258* e as de 1284. As *Inquirições Gerais de 1258*, ordenadas por D. Afonso III, tinham como missão “apurar o património de todo o tipo de proprietários em cada uma das freguesias inquiridas”<sup>27</sup> e “repor uma dada ordem patrimonial vantajosa tanto para o rei, como para os que o rodeiam”<sup>28</sup>, sendo por isso um inquérito mais abrangente e completo do que o anterior (1220). Estas são formadas por 5 alçadas ou comissões, tendo cada uma delas uma diferente circunscrição territorial a inquirir. A primeira alçada indagou a região entre o Cávado e o Minho; a segunda entre o Douro e Ave; a terceira Seia, Gouveia, bispado de Lamego e Viseu, até ao Douro; a quarta entre Douro e Tâmega, Bragança e seus termos; e por último, a quinta alçada entre Cávado e Ave, Terras de Barroso e Chaves. As comissões que procediam ao inquérito eram formadas por eclesiásticos, cavaleiros, juízes e cidadãos<sup>29</sup>. Neste ponto é essencial referir que João Martins, prior do Mosteiro de Pedroso chegou a integrar a segunda alçada destas *Inquirições*<sup>30</sup>. Luís Krus adjectiva a presença deste elemento da abadia de Pedroso como “lógica”<sup>31</sup>, justificando-a em primeiro lugar, pela falta de interesse económico do Mosteiro de Pedroso na região, o que facilitava a veracidade da Inquirição, pois não sendo um senhor direto a proceder ao inquérito a população não estaria sujeita a qualquer tipo de pressão. A segunda razão prende-se com o facto de este eclesiástico ter uma “posição privilegiada para a compreensão das necessidades e atitudes mentais de uma sociedade baseada nas trocas e na implantação urbana”<sup>32</sup>, proporcionada pela localização da sua instituição perto da estrada que ligava Porto a Lisboa, tornando-se assim clara, a importância assumida pelo Mosteiro de Pedroso, ou pelo seu abade no panorama monástico e também político, do reino português.

Depois de uma análise exaustiva dos índices das diversas alçadas, apenas encontramos referências a Pedroso na 3ª alçada<sup>33</sup>. A sua inexistência nas restantes alçadas

---

<sup>27</sup> PMH - Inq. 1284.

<sup>28</sup> KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III. In KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e Publicados*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-2-0. p. 57. (Doravante indicaremos esta obra como: <sup>28</sup> KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III..., p. ).

<sup>29</sup> MATTOSO, José – “O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política”. *Revista de Análise Social*. ISSN 977 000 325 733. Vol. XXXV, nº157 (2001), p. 899-935.

<sup>30</sup> KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III..., p. 42.

<sup>31</sup> KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III..., p. 44.

<sup>32</sup> KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III..., p. 44.

<sup>33</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Volume I, Fascículo VI – VII. Lisboa, Academia das Ciências, 1891.

deve-se à falta de interesses do Mosteiro no espaço abrangido por elas, ou seja, não possuía, segundo estes inquéritos, património nesses territórios. É importante ressaltar que as Terras de Santa Maria, região onde estava instalado, não são contempladas pelas Inquirições de 1258<sup>34</sup>. Esta ausência pode ser explicada pelo facto de em 1251, D. Afonso III ter ordenado “as primeiras inquirições de âmbito regional”<sup>35</sup>, precisamente nesse espaço. A escolha desta região, pelo bolonhês, prende-se com a existência de uma presença e dimensão senhorial bastante menor, quando comparada com a forte implantação senhorial no Norte, havendo assim uma menor resistência aos inquéritos régios, o que não implica a sua total inexistência. Segundo Mattoso<sup>36</sup>, estão documentados protestos dos senhores nesta região às inquirições de 1251, facto que levaria à sua interrupção até 1258, ano em que seriam retomadas, desta vez noutra espaço. Parece, portanto, lógico não voltar a inquirir o mesmo território sete anos mais tarde.

Quanto às *Inquirições Gerais de 1284*<sup>37</sup>, ordenadas por D. Dinis, tiveram como objetivo “averiguar quais os verdadeiros limites das terras de povoações cujos terrenos se encontravam invadidos e usurpados pelos cavaleiros em aforamentos de propriedades do rei e em contendas sobre bens e direitos régios alienados ou apropriados”<sup>38</sup>. Estes inquéritos régios são os mais curtos elaborados durante o reinado dionisino, “quer em termos textuais quer quanto ao âmbito geográfico”<sup>39</sup>, sendo apenas inquiridos os julgados de Figueiredo, de Sever, de Cambra e de Fervedo.

Os inquéritos de 1284 foram diferentes dos anteriores quer pela enfatização das “questões das funções, direitos, réditos e até formas de designação dos mordomos e juízes do rei, como pela abundante informação relativa aos nobres”<sup>40</sup>. Luís Krus avançou ainda que, nas *Inquirições de 1284* “a denúncia do senhorialismo abandona a focalização

---

<sup>34</sup> O Mosteiro de Pedroso situava-se no julgado de Gaia. Contudo nas *Inquirições de 1251* esta circunscrição administrativa ainda não era referida individualmente, mas sim como parte integrante das Terras da Feira, apesar de serem mencionados «juízes entre os inquiridos de Gaia e Cabanões». (MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 48.). Nas *Inquirições de 1288* o julgado de Gaia já aparece como uma circunscrição administrativa autónoma, separada do julgado da Feira. A transcrição do texto das Inquirições de 1288, para o julgado de Gaia pode ser consultada em MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993. ISBN 972-95417-1-X. p. 239-247. Para o julgado da Feira consultar MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 191-217.

<sup>35</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 45.

<sup>36</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 46.

<sup>37</sup> *PMH - Inq.* 1284.

<sup>38</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 51.

<sup>39</sup> *PMH - Inq.* 1284, p. XIV.

<sup>40</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 53.

eclesiástica para se centrar na actuação da componente leiga do grupo de senhores, isto é, a nobiliárquica”.<sup>41</sup>

Da análise desta fonte resultou um número exíguo de referências ao Mosteiro de Pedroso, mas de enorme importância já que, como referimos acima, servem para completar os resultados obtidos nos fundos inéditos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo da Universidade de Coimbra. Com as referências patrimoniais retiradas desta fonte conseguimos ainda concluir que o Mosteiro tinha presença em territórios afastados do julgado de Gaia, mantendo uma vasta área de implantação patrimonial a sul do Douro, nomeadamente em Viseu, Vouzela e São Pedro do Sul, referido nas *Inquirições Gerais de 1258*, o que reforça a ideia que já tínhamos relativamente devido à presença de Pedroso nestas regiões.

Por último, apresentamos três fontes que classificamos como sendo secundárias, e que utilizamos para fazer uma comparação patrimonial entre dois intervalos cronológicos: da fundação a 1200, e entre 1212 a 1307. O primeiro período foi estudado por José Mattoso na sua tese de doutoramento<sup>42</sup>. O autor elaborou uma tabela de aquisição patrimonial do Mosteiro de Pedroso, utilizando documentos inéditos do fundo do mosteiro, e documentos publicados nos *Documentos Medievais Portugueses - Particulares*<sup>43</sup> e *Régios*<sup>44</sup> e os *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*.<sup>45</sup> Com esta tabela, procedendo primeiro a uma verificação das informações nas fontes citadas anteriormente, foi-nos permitido fazer uma breve comparação do património detido pela abadia de Pedroso em dois períodos distintos.

Apresentada a origem da documentação que constitui o acervo documental do cartório monástico de Pedroso, entre o abadiado de Nuno Viegas e Pedro Anes, cabe-nos agora agrupar os documentos conforme o seu conteúdo. Assim, consideramos as seguintes categorias documentais:

---

<sup>41</sup> MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 53.

<sup>42</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. ).

<sup>43</sup> *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945-1980. Publicações comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal. Vol. 3: Documentos particulares, A. D. 1101-1115.-1940 ; Vol. 4/1: Documentos particulares. -1980. (Doravante indicaremos esta obra como: DMP – DP).

<sup>44</sup> *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945-1980. Publicações comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal. Vol. 1/1: Documentos régios.-1958 ; Vol. 1/2: Documentos régios.-1962. 1980. (Doravante indicaremos esta obra como: DMP – DR).

<sup>45</sup> *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867, 4 Vols.. (Doravante indicaremos esta obra como: PMH – DC).

- Documentos indicadores de aquisição patrimonial – 74 documentos;
- Documentos indicadores de manutenção do património – 22 documentos;
- Documentos indicadores de litígios – 34 documentos;
- Documentos sem ligação a Pedroso – 42 documentos;
- Cópias e Outros documentos – 50 documentos;

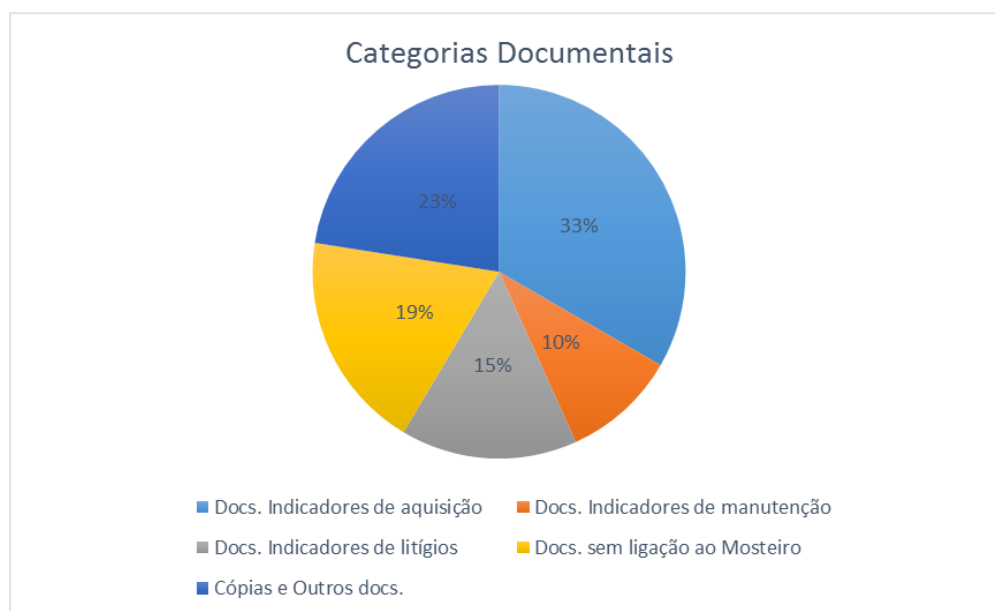


Gráfico 3 – Temáticas documentais

No primeiro grupo figuram os atos que tiveram como consequência a entrada de património para o mosteiro, tais como as doações, as compras e os escambos. Destas três tipologias, a que aparece em maior número são as doações, num total de 48 documentos. O elevado número de doações é explicado pela crença inabalável de que, ao doar bens a instituições religiosas, aquele que doa veria os seus pecados perdoados. Por esta razão, é frequente aparecerem expressões como “pela salvação de sua alma” ou “remissão dos pecados” como motivo do ato que se realizava.

Por 18 vezes o mosteiro adquiriu propriedades através de compra. Este tipo de aquisição representa uma determinação da comunidade, na pessoa do abade, em obter bens para aumentar o património detido pela instituição. No caso do Mosteiro de Pedroso esta política teve maior expressão no período seguinte à fundação, sendo visível uma diminuição de documentos desta tipologia no cartório pedrosense na cronologia em estudo.

E por último, temos os escambos com apenas 8 documentos. É importante salientar que com estes atos o mosteiro adquiria bens, mas na mesma medida também alienava

outros, visto tratar-se de trocas. Consideramos este tipo de atos como indicador de aquisição, porque era frequentemente utilizado como forma de concentração do património detido pela instituição num determinado espaço permitindo uma maior rentabilização.

O grupo seguinte, correspondente aos documentos referentes à gestão patrimonial, conta apenas com uma tipologia documental: os prazos. Estes 22 pergaminhos são contratos feitos entre o mosteiro e particulares, pelos quais a instituição entrega por um período definido de tempo uma dada propriedade a troco de uma renda. Este contrato tinha como objetivo a exploração indireta do património, pois a pessoa a quem era emprazada a propriedade era obrigada a explorá-la e a pagar uma renda, regressando a posse plena da propriedade, no final do período definido no contrato, para o mosteiro, não havendo assim alienação de bens.

Os documentos indicadores de litígios representam, por sua vez, um universo de 34 pergaminhos, que nos permitem ter acesso a uma realidade presente também nas instituições monásticas. A sentença é a única tipologia documental que constitui este grupo, sendo importante salientar o carácter positivo destas para a instituição em estudo. Queremos com isto dizer que as sentenças conservadas referem-se apenas, e como seria de esperar, as contendas em que o mosteiro foi vencedor da causa.

A categoria documental seguinte engloba os atos que, apesar de se encontrarem nos fundos analisados, não possuem uma ligação direta com o Mosteiro de Pedroso, tratam de questões entre particulares ou relacionados com outros mosteiros. A existência de um número tão elevado de documentos, que referem contratos entre particulares poderá ser explicada pelo facto de nesta época os documentos acompanharem os bens a que diziam respeito, isto é, quando uma propriedade era vendida todos os documentos que existiam relativos a essa propriedade eram entregues ao novo possuidor. Os documentos particulares e os que dizem respeito a outros mosteiros poderão ser consequência deste *modus operandi* e num dado momento, nem sempre possível determinar o momento em que os bens referidos, nestes pergaminhos, integraram o património do Mosteiro de Pedroso.

Por último, consideramos um grupo onde reunimos os documentos que não referem qualquer património como sejam apresentações e confirmações de reitores para as Igrejas anexas ao Mosteiro de Pedroso; preces; capítulos régios, legitimações, rol de dívidas, entre outros, perfazendo assim um total de 34 documentos. Esta diversidade de atos poderá ser explicada pelos fundos que analisamos serem constituídos por

documentação avulsa/diversa, não contendo apenas documentação de carácter patrimonial. No que diz respeito às cópias achamos 16 documentos, um número considerável, se tivermos tendo em conta o nosso acervo documental. As cópias encontradas nos dois fundos dizem respeito a várias tipologias (doações, prazos, escambos e sentenças). A importância destas radica não tanto no texto dos originais que transladam<sup>46</sup>, mas no facto de elas próprias poderem ser o resultado de situações muito específicas, pelo que não as podemos ignorar.

Como podemos verificar no gráfico acima 42% (23% + 19%) do nosso acervo documental está inserido em categorias não referentes a património do mosteiro, podendo este resultado ser explicado pela diversidade documental presente em fundos de documentação avulsa. Contudo, 58% da documentação corresponde a atos de carácter patrimonial, permitindo fazer uma análise consistente do património detido pela abadia de Pedroso, entre 1212 e 1307.

Ao contrário do que se poderia supor a documentação relativa à aquisição de propriedade (33%) confirma a tendência que vem do período anterior a 1200 (estudado por José Mattoso), o que nos leva a pensar que não foi adotada, ao longo do século XIII, uma política de gestão patrimonial evidente, já que a percentagem de documentos a eles relativos é bastante inferior.

Estas são as categorias gerais em que se divide o acervo documental. A análise do conteúdo dos atos ficará reservada para capítulos posteriores, onde trataremos detalhadamente o património e outros aspetos da vida da abadia pedrosense, entre o abadiado de D. Nuno Viegas e Pedro Anes.

Depois de apresentadas as fontes para o estudo do Mosteiro de Pedroso passamos a uma descrição dos elementos bibliográficos a ter em conta num estudo monástico-patrimonial.

## **1.2 Bibliografia**

A historiografia monástica conta com inúmeros estudos sobre instituições monásticas, sendo a vertente patrimonial ou organizacional aquela que abarca um maior número de trabalhos. Em oposição, a “reconstituição ou abordagem do verificar

---

<sup>46</sup> Refira-se que de todos os documentos copiados existem originais no nosso acervo.

sentimento religioso ou das práticas e vivências da religião”<sup>47</sup> é ainda, por sua vez, uma temática a explorar. A presente dissertação pretende inserir-se no primeiro conjunto de estudos, já bastante extenso, como iremos demonstrar.

O objetivo deste capítulo é traçar sumariamente um panorama geral dos trabalhos elaborados sobre o tema em estudo. De facto, muitos dos estudos, além de nos oferecerem novas perspetivas de análise, representaram um precioso auxílio no processo de classificação documental e no melhor entendimento da realidade monástica medieval. Torna-se assim possível dotar o leitor das bases bibliográficas para o estudo das instituições monásticas medievais portuguesas, em todas as suas vertentes.

Iniciamos este ponto de situação historiográfico com obras de carácter mais geral, que nos enquadram no tema. Somos, portanto, forçados a distinguir dois polos temáticos: Monaquismo e Histórias Gerais da Igreja.

Começemos por referir Fortunato de Almeida<sup>48</sup>, autor de uma das obras gerais sobre História da Igreja em Portugal. Este escreveu a História da Igreja em Portugal, fazendo um percurso pelos mais variados fenómenos e instituições que marcaram a Igreja portuguesa, demonstrando uma capacidade de síntese e de interpretação das fontes documentais assinaláveis.

No que diz respeito ao monaquismo, José Mattoso, Geraldo Dias, Linage Conde e José Orlandis são autores de leitura obrigatória.

Linage Conde<sup>49</sup>, na sua tese de doutoramento, aborda de forma aprofundada as origens do monaquismo beneditino no território peninsular, durante a Idade Média. Porém, devemos ter em conta alguns aspetos menos consensuais deste estudo, enunciados por José Mattoso. Segundo este, Linage Conde demonstra uma “preocupação excessiva pelos pontos de vista jurídicos e institucionais”<sup>50</sup>, sendo esta influenciada certamente pela sua formação de jurista<sup>51</sup>. Apesar das críticas apontadas por Mattoso à obra, Linage Conde

---

<sup>47</sup> VILAR, Hermínia Vasconcelos – “História da Igreja Medieval em Portugal: Um Percorso Possível Pelas Provas Académicas (1995-2000)”. *Revista Lusitania Sacra*. Lisboa. ISBN 978-972-8361-17-4. 2ª Série, nº13 -14 (2001-2002). p. 569-581.

<sup>48</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal...*

<sup>49</sup> LINAGE CONDE, António - *Los Orígenes del monacato beneditino...*

<sup>50</sup> MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 53. (Doravante indicaremos este artigo como: MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. )

<sup>51</sup> Um outro ponto a ter em conta é a “ligeireza com que examina as fontes litúrgicas” (MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 54), pois segundo José Mattoso estas são apresentadas rapidamente em comparação com outras fontes. Além disso, não estabelece uma relação clara entre os dados obtidos nesta fonte com os dados retirados de outras. Mattoso discorda ainda da interpretação feita por Linage Conde sobre as disposições monásticas do Concílio de Coyanza, pois para este, o objetivo

continua a ser incontornável para quem trata o monaquismo beneditino. A ideia do autor em examinar as origens e evolução da Ordem Beneditina, e descrever em pormenor a história de alguns cenóbios beneditinos no território peninsular, possibilitou-nos uma verdadeira compreensão da génese e implantação da Ordem. Apesar de o autor não examinar nenhum mosteiro português, dedica um ponto da sua exposição à difusão da Regra Beneditina na Península Ibérica e a Portugal, facilitando assim a compreensão deste processo, em território nacional.

Refira-se ainda José Orlandis<sup>52</sup> pela sua obra dedicada aos estudos sobre instituições monásticas medievais que “contempla las instituciones monásticas de la época visigoda y en todos ellos se dedica particular atención a ese período histórico, para enlazar con él la investigación de los posteriores tiempos medievales”<sup>53</sup>.

José Mattoso, por sua vez, na sua tese de doutoramento, aborda os vários mosteiros da diocese do Porto, até 1200, destacando-se o nosso objeto de estudo. Porém, o objetivo global desta investigação era estudar a “inserção cluniacense no monaquismo ibérico da diocese do Porto”, tornando esta obra de carácter obrigatório para o estudo do monaquismo beneditino. É ainda de salientar que José Mattoso além da tese de doutoramento conta com um elevado número de títulos sobre a temática, dos quais podemos destacar: “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”<sup>54</sup>; “A vida religiosa dos Beneditinos portugueses durante o século XIII”<sup>55</sup>, “O monaquismo tradicional em Portugal no século XII”<sup>56</sup>, entre outros que continuam a ser atualmente trabalhos de referência sempre que se pretendem abordar instituições monásticas nomeadamente as beneditinas.

Geraldo Dias, conta igualmente com um vastíssimo conjunto de obras sobre o monaquismo, nomeadamente *Quando monges eram uma civilização...Beneditinos*:

---

do concílio era “reforçar o rigor da observância” (MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 55) e não obrigar os mosteiros a escolher entre a Regra Beneditina e a de Santo Isidoro, mas sim adotar “uma norma, uma ordem, uma “regularidade” (MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 55).

<sup>52</sup> ORLANDIS, José - *Estudios sobre instituciones monasticas medievales...*

<sup>53</sup> ORLANDIS, José - *Estudios sobre instituciones monásticas medievales...*, p. 14.

<sup>54</sup> MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 45 – 55.

<sup>55</sup> MATTOSO, José - A vida religiosa dos Beneditinos portugueses durante o século XIII. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 86 – 120. (Doravante indicaremos este artigo como: MATTOSO, José - A vida religiosa dos Beneditinos portugueses durante o século XIII..., p. ).

<sup>56</sup> MATTOSO, José - O monaquismo tradicional em Portugal no século XII. In MATTOSO, José – *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2659-X.



*espírito, alma e corpo*<sup>57</sup>, na qual o autor descreve de uma forma clara e precisa, o percurso da Ordem Beneditina na Europa e em território peninsular.

Após todas estas considerações é essencial destacar que a primeira referência historiográfica que temos relativamente ao Mosteiro de Pedroso encontra-se na obra Beneditina Lusitana<sup>58</sup>, datada do século XVII. Frei Leão de São Tomás, abade geral do Mosteiro de Tibães, foi o autor desta obra apologética dedicada ao patriarca São Bento, e que se tornou um elemento fundamental da historiografia da Ordem Beneditina em Portugal. Apesar do enaltecimento da figura de São Bento e da História da Ordem ser o objetivo primordial da obra, também nos é dado a conhecer o percurso dos mosteiros beneditinos portugueses desde da sua génese. Porém, outras obras mais recentes foram dedicadas ao cenóbio pedrosense em particular.

Rute Ramos<sup>59</sup>, Isilda Monteiro<sup>60</sup>, José Mattoso<sup>61</sup> e Cândido dos Santos<sup>62</sup> são leituras obrigatórias no estudo do Mosteiro de Pedroso. As primeiras autoras realizaram investigações de fundo sobre a instituição em estudo. A primeira, no âmbito da sua tese de licenciatura, esboçou um quadro geral dos vários momentos chave da instituição e que, de algum modo, foram determinantes no percurso histórico e nas vivências do mosteiro beneditino. As suas conclusões apoiaram-se essencialmente em documentos do Fundo de São Pedro de Pedroso, conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, e em documentação editada, nomeadamente, nos *Documentos Medievais Portugueses Particulares e Régios*<sup>63</sup> e a coleção dos *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata ad Chartae*<sup>64</sup>.

Por sua vez Isilda Monteiro, no âmbito da sua tese de mestrado, centrou-se na administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso, situando-se cronologicamente em plena

---

<sup>57</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. ). Sobre este autor veja-se ainda DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e o poder monástico*: Atas do Congresso Histórico de Guimarães, Guimarães, 1996. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães: Universidade do Minho. 1996 e DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Glossário monástico-beneditino*: Atas da Conferência Nacional, 2005 Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005.

<sup>58</sup> SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana: dedicada ao grande patriarca S. Bento*. Coimbra: Oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644-1651. 2Vols. (Doravante indicaremos esta obra como: SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana...*, Vol. , p. ).

<sup>59</sup> RAMOS, Rute Matos de Lima – *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso..*

<sup>60</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*

<sup>61</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*

<sup>62</sup> SANTOS, Cândido dos – A Abadia Beneditina de Pedroso e o seu papel na formação de uma comunidade. In SANTOS, Cândido dos – *História e Cultura na Época Moderna: Estudos e Documentos*. 1ªed. Porto: Universidade do Porto, 1998.

<sup>63</sup> DMP – DP e DR..

<sup>64</sup> PMH – DC.

época moderna. Apesar da diferente cronologia não deixa de ser um apoio imprescindível, na compreensão do percurso desta instituição.

Cândido dos Santos numa publicação sobre história e cultura na época moderna dedicou um extenso artigo à abadia beneditina de Pedroso. Nele o autor aborda os momentos chave do cenóbio, desde da sua fundação até à atualidade, contribuindo assim para um maior conhecimento historiográfico do nosso objeto de estudo.

Por último, mas não menos importante, José Mattoso surge como um dos autores de referência tanto para o estudo deste mosteiro como para o monaquismo beneditino durante a Idade Média. Destacamos, como seria de esperar, a obra *Monaquismo Ibérico e Cluny* por ser a única, onde o autor utiliza o Mosteiro de Pedroso como exemplo de análise de uma instituição beneditina, da diocese do Porto, dedicando-lhe um breve mas detalhado ensaio.

Todavia, a leitura deste conjunto de obras relacionadas com o Mosteiro de Pedroso seria manifestamente insuficiente para a compreensão de certos comportamentos, nomeadamente das tendências de administração económica, bem como da inserção do cenóbio na realidade beneditina peninsular e europeia. Para colmatar essa carência procuramos estudos que abordassem o mesmo tipo de instituição, destacando essencialmente trabalhos sobre a vertente patrimonial. De entre vários autores referimos Maria Helena da Cruz Coelho<sup>65</sup>, que se dedicou ao estudo do Mosteiro cisterciense de Arouca, entre o século X e o século XIII; Iria Gonçalves<sup>66</sup> com o estudo sobre o património do Mosteiro de Alcobaça, entre o século XIV e XV; Rui Martins<sup>67</sup> com a sua prova de aptidão científica sobre o Mosteiro de Semide, entre o século XII e XV; Maria do Rosário Morujão<sup>68</sup> pela sua tese de mestrado sobre a instituição cisterciense<sup>69</sup> feminina Santa Maria de Celas (séc. XIII a XV), na qual a autora privilegia a vertente patrimonial, sendo um elemento fundamental na compreensão dos tipos de propriedade e dos modos de aquisição levados a cabo pelas instituições monásticas cistercienses; e por fim, Maria

---

<sup>65</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca...*

<sup>66</sup> GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989. ISBN 972-595-067-4. (Doravante indicaremos esta obra como: GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. ).

<sup>67</sup> MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha – *Património, parentesco e poder...*

<sup>68</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*

<sup>69</sup> Sobre esta vertente da Ordem Beneditina veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. ISBN 972-772-019-6 e RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco, a Comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno, 2003.

Leonor Santos<sup>70</sup> com a dissertação de mestrado sobre o Mosteiro de Lorvão, cisterciense e de gestão feminina.

No que respeita a instituições cluniacenses, refira-se o estudo de José Mattoso<sup>71</sup> sobre o Mosteiro de Pendorada elaborada em 1969. Nesta obra além de abordar a perspetiva patrimonial, Mattoso também analisa a vertente intelectual e espiritual. Já no final do século XX, Arnaldo Melo<sup>72</sup> apresentou como dissertação de mestrado um estudo sobre o Mosteiro de Santo Tirso centrando a sua análise apenas no Couto monástico. Desde logo tivemos consciência de que o estudo do património de uma abadia beneditina, se enriquece com a leitura de obras que tratam assuntos semelhantes, mas referentes a outras instituições como por exemplo, aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Neste sentido, destacamos a obra de Sérgio Lira<sup>73</sup>, que tem como vetor estruturante o estudo monográfico do Mosteiro de São. Simão da Junqueira, que nos ajudou a compreender os mecanismos de aquisição e exploração do património detido por uma instituição agostiniana, informações que certamente enriqueceram a nossa análise, bem como nos modos de aquisição do mesmo e em aspetos mais formais, tais como a gestão agrária. Também Maria Cristina Cunha<sup>74</sup> com a sua tese de mestrado sobre a Ordem de Avis prestou-nos claros esclarecimentos sobre os tipos de propriedades, enquanto o estudo agrário sobre o Mosteiro de Grijó da autoria de Luís Carlos Amaral<sup>75</sup> nos elucidou em conceitos por nós pouco dominados.

Terminamos assim este ponto historiográfico sobre o Mosteiro de Pedroso. Contudo, muitos dos títulos citados possuem informações relevantes para outros tipos de estudos, tornando este ponto, esperamos nós, num elemento de consulta para futuras investigações.

---

<sup>70</sup> SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV...*

<sup>71</sup> MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 11. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada...*, p. ).

<sup>72</sup> MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *O Couto de Sto. Tirso (1432 – 1516): Espaço e Economia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Mestrado. (Doravante indicaremos esta obra como: MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *O Couto de Sto. Tirso (1432 – 1516)...*, p. ). Isabel Franco também se dedicou ao estudo do Mosteiro de Santo Tirso, tendo dirigido sua atenção para a análise antropológica. FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa - *O Couto de Sto. Tirso 1432-1516: antropologia e socialidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Mestrado.

<sup>73</sup> LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira...*

<sup>74</sup> CUNHA, Maria Cristina Almeida e - *A Ordem Militar de Avis...*

<sup>75</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV...*

## Capítulo 2 - A Ordem de São Bento: do Monte Cassino a Pedroso

Apesar de o território ibérico ter sido um dos últimos a acolher o monaquismo beneditino, neste segundo capítulo faremos uma abordagem ao percurso da Ordem de São Bento na Europa e na Península Ibérica, com o intuito de dar a conhecer as origens da observância vivida no Mosteiro de Pedroso, objeto central deste estudo.

### 2.1 Origens da Ordem de São Bento

Segundo os historiadores monásticos beneditinos, São Bento terá vivido entre 480 e 547 e seria natural de Núrsia, situada no centro de Itália<sup>76</sup>. A este monge é atribuída a elaboração do elemento determinante à génese da Ordem Beneditina, a Regra de São Bento que terá sido escrita, provavelmente, no século VI, num momento em que se disseminava uma tendência de uniformização dos guias de vida monástica. Por isso mesmo, a Regra de São Bento encontrou um espaço e momento favorável à sua difusão e implantação.

Deve-se ainda ter em conta que, durante séculos, as regras não eram consideradas “como instrumentos jurídicos, mas como indicadores de princípios espirituais e de soluções práticas recomendadas, mas não taxativas”<sup>77</sup>, tendo como consequência uma diversidade de tradições, traduzida numa Regra Mista (*Regula Mixta*) que cada mosteiro adotava como guia da sua vida monástica<sup>78</sup>.

A Regra de São Bento<sup>79</sup> pelo seu carácter compreensível e ponderado veio, deste modo, uniformizar a vida monástica, pois era composta por “um texto sistematizado e muito claro, que dava orientações espirituais e diretrizes práticas para viver em

---

<sup>76</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. 16.

<sup>77</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*. 2ªed. – Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 38. (Doravante indicaremos esta obra como: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal...*, p. ).

<sup>78</sup> Cada mosteiro adotava as suas próprias tradições, e para isso inspirava-se no *Codex Regularum*. Os historiadores posteriormente apelidaram este sistema de *Regula Mixta*, que consiste numa “fórmula eclética, embora dominada por tradições locais ou regionais em que podiam prevalecer usos tais como o pacto entre o abade e a comunidade, os mosteiros dúplices, a admissão de *traditi* e mesmo os mosteiros familiares.” SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal...*, p. 37 -39.

<sup>79</sup> O códice original da Regra de S. Bento já não existe, este foi destruído num dos vários incêndios que dizimou o Mosteiro de Monte Cassino. A cópia da Regra que chegou até à atualidade é constituída por 73 capítulos. Todavia, segundo alguns autores a Regra original parecia ter tido apenas 66 capítulos, sendo os restantes capítulos acrescentados posteriormente.

comunidade, o ideal de vida contemplativa e de afastamento do mundo específico da vocação monástica”<sup>80</sup>.

A humanidade desta Regra atraiu inúmeros discípulos, que durante o período carolíngio dedicaram a sua vida à difusão desta nova forma de vida. Deve-se ainda salientar o facto de esta Regra ter sido também um instrumento dinamizador de cultura, pois foi um modelo na edificação de abadias e mosteiros. As instituições que colocaram em prática este guia, vivendo de acordo com determinados preceitos, foram responsáveis pela construção de marcos importantíssimos no percurso da Ordem Beneditina. Exemplo destas instituições, porventura o mais paradigmático por ter sido fundado pelo próprio São. Bento, é o Mosteiro de Monte Cassino, em Itália, que é por isso mesmo considerado “a cabeça de todos os mosteiros beneditinos”.<sup>81</sup> Contudo, estes monges e, por sua vez, a Regra, não ficaram circunscritos ao Mosteiro de Monte Cassino. Estes dois elementos difundiram-se por toda a Europa, havendo opiniões que a “Península foi talvez a última região da Europa a adotar o sistema da regra única, numa época em que o monaquismo ocidental observava há muito a Regra da São Bento”<sup>82</sup>.

Em meados da última década do século VI, o movimento beneditino começou a difundir-se para Inglaterra, desta vez pela mão de Agostinho de Cantuária. Este monge juntamente com outros 40, foi para a região, com o intuito de a evangelizar. Todavia, segundo Geraldo Dias, não se pode afirmar que estes monges fossem beneditinos, e por isso se considera que este movimento monástico só se estabeleceu realmente em território inglês em meados do século VII<sup>83</sup>.

O território germânico foi um dos outros polos de implantação do modo de vida beneditino. Neste espaço, a figura dinamizadora foi São Bonifácio (672 – 754) responsável pela fundação de vários mosteiros de observância beneditina, dos quais se pode destacar o Mosteiro de Fulda (estado de Hesse, Alemanha). É ainda de salientar, que em 743, São Bonifácio organizou um sínodo, de onde emanou uma disposição, que determinava que todos os mosteiros do reino franco tinham de adotar a Regra de São. Bento<sup>84</sup>. Por este acontecimento, é possível observar que a corrente beneditina ganhava força no espaço europeu, podendo até representar um dos seus momentos chave.

---

<sup>80</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal...*, p. 41.

<sup>81</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. 20.

<sup>82</sup> MATTOSO, José – A Introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 45-46.

<sup>83</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. 110.

<sup>84</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. 111.

Finalmente o reino franco teve como figura central do monaquismo beneditino, São Bento de Aniano (750 – 821), responsável pela estruturação e adaptação deste monaquismo às imposições e conveniências do Império Carolíngio. Pode-se até afirmar “que foi desde então que os beneditinos ganharam uma dimensão europeia na cultura e verdadeira influência no monaquismo Ocidental”<sup>85</sup>. De facto, segundo alguns historiadores, foi neste contexto de difusão e implantação da Regra Beneditina, que o território franco se revestiu de uma “rede de mosteiros beneditinos”<sup>86</sup>. Contudo, não podemos observar a ação deste monge e as repercussões de forma isolada. Carlos Magno e o seu filho, Luís, o Pio, foram também grandes impulsionadores deste movimento monástico, tendo um papel ativo na sua implantação neste espaço.

Como podemos perceber pelos factos mencionados anteriormente, a Regra de São Bento difundiu-se por todo o território europeu e, para isso, contou com a ação dos monges beneditinos, mais propriamente, com a vertente cluniacense.

Os cluniacenses tiveram a sua génese com a fundação do Mosteiro de Cluny, a 11 de Novembro de 909/910 por Guilherme III, duque da Aquitânia<sup>87</sup>. Estes religiosos eram homens sábios e possuidores de uma enorme devoção, o que proporcionou à nova corrente uma rápida difusão, tornando-os nos mestres “espirituais e culturais do mundo cristão europeu”<sup>88</sup>.

De entre muitos abades que estiveram na administração deste cenóbio destacam-se alguns nomes, tais como Bernão (910 – 927), Odão (927 – 942), Máiole (954 – 994), Odilão (994 – 1049) e São Hugo de Semur (1049 – 1109). Cada um destes homens, com a sua inteligência e astúcia, foi responsável por importantes feitos na consolidação e difusão da vida cluniacense e, consequentemente da Ordem Beneditina. No entanto, parece-nos pertinente salientar a importância da ação de São Hugo de Semur, pois foi com este abade que a influência e o poder de Cluny se estenderam por toda a Europa difundido assim, os ensinamentos de São Bento.

Cluny tornou-se assim num polo de atração para toda a Igreja Católica, recebendo visitas, doações e proteção de papas, reis e nobres. Exemplo desta generosidade/interesse

---

<sup>85</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O Mosteiro de Rates e os beneditinos*: Separata do boletim cultural. Vol. XXXIV (1998 – 99). p.72. (Doravante indicaremos esta obra como: DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O Mosteiro de Rates e os beneditinos*..., p. ).

<sup>86</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização*..., p. 112.

<sup>87</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Cluniacenses”. In AZEVEDO, Carlos, dir.– *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Vol. A - C. p. 381. (Doravante indicaremos esta obra como: DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Cluniacenses”..., p. ).

<sup>88</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O Mosteiro de Rates e os beneditinos*..., p.72.

dos reis pela nova vertente beneditina é o facto de D. Sancho III de Navarra e Afonso VI de Leão e Castela utilizarem os cluniacenses “como animadores da Reconquista aos mouros”<sup>89</sup>. As doações e a proteção dadas pelos reis tinham, assim, um interesse oculto: o apoio dos monges de Cluny nas suas jogadas políticas. As duas realidades articuladas responderam aos propósitos de ambos os intervenientes. Se por um lado o Rei conseguia manipular um importante mecanismo de propaganda e animação da Reconquista; por sua vez, os cluniacenses, além das óbvias compensações económicas, tornaram-se protagonistas da cristandade europeia.

Foi também pela ação de Afonso VI de Leão e Castela, após a realização do Concílio de Coyanza (1055)<sup>90</sup>, que os cluniacenses e a Regra de São Bento entraram em território peninsular, iniciando-se assim, uma nova fase do monaquismo ibérico. É neste contexto que surgem, essencialmente ligados ao bispo de Toledo, vários monges cluniacenses que virão mais tarde, a ocupar lugares-chave na hierarquia eclesiástica peninsular.

Os monges cluniacenses foram homens inovadores com uma visão que rompeu com os cânones da altura em que surgiram e desenvolveram, dedicando-se ao trabalho intelectual em detrimento do manual. Nesse sentido, dedicaram-se à organização das suas bibliotecas, ao enriquecimento do *scriptorium*, e ao ensino dos jovens<sup>91</sup>. Contudo, a liturgia ocupou um lugar preponderante no quotidiano destes monges, correspondendo a uma grande parte do seu dia. Foram claramente acérrimos defensores do desenvolvimento intelectual e do cumprimento rigoroso da liturgia.

Antes de passarmos para o próximo ponto, é essencial salientar que Cluny teve um lugar quase exclusivo no espaço monástico-religioso. Porém, entre 1109 e 1122, durante o abaciado de Pôncio de Mergueil, Cluny sofreu um forte abalo, devido às críticas

---

<sup>89</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Cluniacenses”..., p. 381.

<sup>90</sup> Apontamos o marco cronológico mais referido pelos historiadores. Mattoso admite que esta vertente beneditina possa ter entrado em território peninsular ainda em 1099, com a vinda de D. Geraldo para Braga; ou talvez ainda antes, em 1085. Contudo, com base em documentos, que apenas mencionam Cluny, ou em documentação das suas dependências, refere que a corrente cluniacense só teria chegado ao Condado Portucalense, em 1100. MATTOSO, José – O monaquismo ibérico e Cluny. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. p. 42.

<sup>91</sup> Sobre o ensino das crianças e jovens nos mosteiros veja-se MATTOSO, José – A Cultura Monástica em Portugal (875-1200). In MATTOSO, José - *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 209-231; e ainda, GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os Diplomas Privados em Portugal dos séculos IX a XII: Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003. ISBN 972-987-66-5-7. p. 45-82. (Doravante indicaremos esta obra como: GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os Diplomas Privados em Portugal dos séculos IX a XII*..., p. ).

de São Bernardo na obra intitulada *Apologia ad Gullielmum*<sup>92</sup>. A vertente cluniacense, apesar de abalada, persistiu, contando agora com uma nova corrente beneditina, os cistercienses, que também se iriam fixar na Península Ibérica.

Por fim, é imperioso referir, que todos os monges beneditinos propagaram os ensinamentos da Regra Beneditina. Contudo os monges negros (ou cluniacenses) tiveram um papel preponderante nesta difusão. Além disso, é a vertente de Cluny que vigorava no Mosteiro de Pedroso, objeto central da presente dissertação.

## **2.2. A introdução da Regra de S. Bento em território peninsular**

O monaquismo beneditino difundiu-se por toda a Europa, inclusive na Península Ibérica. Conforme referimos no ponto anterior, o espaço peninsular foi uma das últimas regiões a receber a Regra de São Bento, sendo este facto explicado, em certa medida, pelo “isolamento da Hispânia em relação com a evolução geral da Europa”<sup>93</sup>. Deste modo, é possível compreender as diferenças encontradas entre a observância praticada na Península Ibérica e no restante espaço europeu.

É importante salientar que as primeiras referências à Regra de São Bento aparecem, no século X, em 2 *codices regularum*<sup>94</sup>, que pertenceram ao Mosteiro de Guimarães. Apesar da *Regula Mixta* ser a mais adotada na Península, a presença destes dois volumes nesta instituição mostram que os contactos com o reino carolíngio permitiram que o monaquismo beneditino assumisse, a partir daquele momento, alguma preponderância.

Um outro elemento que favoreceu a implantação da norma beneditina, no espaço peninsular, foi uma das disposições que saiu do Concílio de Coyanza (1055)<sup>95</sup>. Esta consistiu na imposição aos mosteiros da adoção de uma regra, tendo como opção a Regra de São Bento ou a de Santo Isidoro. Num contexto de mudança, muito influenciado pelas fundações monásticas francas e pela alteração de rito litúrgico, a Regra Beneditina acabou assim por ser adotada, como única, em muitos mosteiros depois de 1080<sup>96</sup>. A referida

---

<sup>92</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Cluniacenses”..., p. 382.

<sup>93</sup> MATTOSO, José – A Introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica..., p. 46.

<sup>94</sup> MATTOSO, José – “Beneditinos”. In AZEVEDO, Carlos, dir. – *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Vol. A - C. p. 202.

<sup>95</sup> MATTOSO, José – *A abadia de Pendurada*..., p. 51.

<sup>96</sup> Segundo José Mattoso a Regra Beneditina será adotada apenas trinta anos depois do Concílio de Coyanza (1055), “quando as sés episcopais da Península já estiverem ocupadas por monges de Cluny, que



substituição paradigmática dos ritos litúrgicos moçárabe e bracarense<sup>97</sup> pelo romano surge como consequência do recém-realizado Concílio de Burgos (1080)<sup>98</sup>.

As primeiras referências à Regra, como norma de observância monástica no território português, chegam-nos do mosteiro de Vilela, em 1086, e do de São Romão de Neiva, em 1087. Perceba-se que a adoção dos costumes cluniacenses não implicava uma filiação à Congregação de Cluny. Os mosteiros que pertenceram ao *Ordo Cluniacensis*, no território nacional, foram apenas Rates, Vimieiro e Santa Justa de Coimbra<sup>99</sup>. As restantes instituições apesar de não pertencerem a Congregação, viviam segundo os preceitos cluniacenses, formando uma rede monástica no Norte do futuro reino português.

Os cluniacenses estabeleceram-se rapidamente e com grande sucesso nas dioceses do Porto e Braga, sendo este processo influenciado pelas importantes famílias patronais nortenhas<sup>100</sup>. Não é por acaso, que o Entre-Douro-e-Minho se tornou um espaço beneditino por excelência, onde se encontram grande parte dos mosteiros cluniacenses. Porém, existem alguns cenóbios subordinados a Cluny que passaram o Douro, sendo o Mosteiro de Pedroso, um deles.

O célere sucesso alcançado pelos cluniacenses no território nortenho não foi conseguido em todos os cenóbios ao mesmo tempo. Algumas abadias resistiram à receção dos costumes cluniacenses, das quais se evidencia o caso do Mosteiro de Pedroso<sup>101</sup>. As comunidades eremíticas, sobretudo as situadas no Vale do Douro, também adotaram a Regra de São Bento. Contudo, com a chegada de Cister ao território peninsular estas comunidades associaram-se a esta nova vertente beneditina. Existem ainda outras instituições que nunca aderiram ao movimento, destacando-se os mosteiros de Grijó, São Simão de Junqueira, Moreira da Maia, Vilarinho, entre outros, que posteriormente, apareceram como professantes da observância dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

---

lutarão pela sua observância, assim como pela aplicação dos princípios gregorianos”. MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada...*, p. 51.

<sup>97</sup> Sobre o rito bracarense veja-se MATTOSO, José – Data da introdução da liturgia romana na diocese de Braga. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 55-61.

<sup>98</sup> MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada...*, p. 84.

<sup>99</sup> Estas instituições afetas a Cluny tiveram alguns obstáculos de inclusão, tendo contado com o forte apoio de D. Henrique e D. Teresa, e dos bispos Geraldo e Maurício Burdino.

<sup>100</sup> Destaque-se então as famílias da Maia, Ribadouro, Sousa e Baião.

<sup>101</sup> Segundo o medievalista José Mattoso existe a forte possibilidade do Mosteiro de Pedroso, ter resistido à adoção dos costumes cluniacenses até ao século XII. MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 127.

O conde D. Henrique de Borgonha, devido a motivos religiosos e também políticos, desempenhou um papel preponderante na implementação dos costumes de Cluny no Condado Portucalense. Sendo sobrinho do abade de Hugo de Cluny, e oriundo de uma zona geográfica em que os cluniacenses estavam fortemente implantados, é natural que tivesse uma ligação estreita com estes monges<sup>102</sup>.

A nível político, existem autores que reconhecem a possível influência dos cluniacenses “nos meandros políticos da formação e independência do reino de Portugal”<sup>103</sup>. Apesar de não existirem provas concretas, a atitude dos monges de Cluny que subiram ao episcopado, tais como D. Geraldo e D. Maurício Burdino, demonstrou a determinação destes eclesiásticos nos aspetos políticos do Condado Portucalense. É ainda de referir o papel de D. Henrique na eleição destes monges cluniacenses para as dioceses de Braga e Coimbra, havendo vários historiadores que defendem que a escolha de São Geraldo e de Maurício Burdino decorreu “da soberana vontade do conde portucalense, empenhado em colocar dois conterrâneos seus nas duas únicas dioceses restauradas do condado”<sup>104</sup>. Estas nomeações podem ser interpretadas como um testemunho da progressiva autonomia com que o conde D. Henrique “exerceu a sua autoridade e do grande interesse que sempre manifestou pela implantação da reforma-cluniacense”<sup>105</sup>.

Um outro ponto fundamental da política de D. Henrique e de D. Teresa, que demonstra o esforço que despenderam no estabelecimento dos costumes cluniacenses, nas comunidades monásticas do Entre-Douro-e-Minho, foi a outorga de cartas de couto<sup>106</sup> a mosteiros beneditinos. Esta concessão às instituições monásticas teve como objetivo primordial garantir o apoio destes na Reconquista e na luta contra os mouros. As cartas de couto tinham também outros propósitos, tais como, gratificar os monges e os seus

---

<sup>102</sup> Exemplo da simbiose entre os motivos religiosos e políticos é a assinatura do Pacto Sucessório, segundo Charles Bishko, entre 14 de Maio e 22 de Setembro de 1105, pelos condes Raimundo e Henrique com Dalmácio Geret, representante de Hugo de Cluny. Este acordo “visava garantir a sucessão da Coroa para o primeiro e a atribuição de alargados domínios territoriais para o segundo” mas também outros pontos incontornáveis da política de Afonso VI, tais como, o progresso da reforma litúrgica e a manutenção das fronteiras. AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-972-42-4702-1. p. 372 e 117. (Doravante indicaremos esta obra como: AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa...*, p. ).

<sup>103</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – “Cluniacenses”..., p. 382.

<sup>104</sup> AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa...*, p. 133.

<sup>105</sup> AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa...*, p. 133.

<sup>106</sup> “Carta de Couto pode definir-se, pois, como uma carta de foro e privilégio, um documento do rei ou senhor a criar um domínio fundiário, isto é, uma terra imune e isenta para as instituições eclesiásticas.” DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros: a singularidade dos Coutos Beneditinos. Generosidade régia e poder monástico*. Guimarães: 2º Congresso Histórico de Guimarães: D. Afonso Henriques e sua época. p. 336. (Doravante indicaremos este artigo como: DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros...*, p. ).

patronos pela fidelidade à coroa, atrair indivíduos para auxiliar no povoamento do condado e, como não podia deixar de ser, “garantir orações e intercessores junto de Deus”<sup>107</sup>. Tendo em conta o contexto delineado, os pais de D. Afonso Henriques, outorgaram a primeira carta de couto em 1097, ao Mosteiro de Santo Tirso, seguindo-se Rendufe e Tibães. Pombeiro foi a instituição seguinte a receber este tipo de imunidade, desta vez, concedida apenas pela condessa Teresa, devido à morte prematura do conde D. Henrique, em Astorga, a 24 de Abril de 1112<sup>108</sup>.

D. Teresa continuou a política do seu marido prosseguindo com a atribuição de cartas de couto, que para além de manifestar a sua “devoção religiosa” mostra claramente o intuito de “ganhar o apoio de alguns nobres”<sup>109</sup>. Deste período destaca-se a outorga da carta de couto aos Mosteiros de Alpendurada e de Cête.

No que diz respeito à concessão de cartas de couto às instituições monásticas do Norte, Afonso Henriques continua a política encetada pelos seus pais. Das cartas outorgadas pelo primeiro rei português, destacamos a de Manhente (6/01/1128), concedida antes da batalha de São Mamede, por esta significar uma afirmação do seu poder perante o governo de sua mãe, e naturalmente a do Mosteiro de Pedroso atribuída em Agosto de 1128, já depois da batalha, na qual se intitula “*infans Anfonsum gloriosissime Hispaniae imperatoris nepos et consulis domini Henrici et reginae Tharasiae filius*”<sup>110</sup>. Seguiram-se as cartas de S. Salvador da Torre (25/06/1129); Carvoeiro (1/07/1129); Refojos de Bastos (26/10/1131); Arouca (04/1132); entre outros.

Como podemos confirmar pelas sucessivas cartas de couto atribuídas durante o seu reinado, D. Afonso Henriques favoreceu particularmente os cenóbios beneditinos do Entre-Douro-e-Minho. O seu objetivo era obter apoio na conquista para Sul. Todavia, esta política parece só se verificar até à conquista de Lisboa (1147). Após essa, D. Afonso Henriques “quase esqueceu os beneditinos acantonados e instalados nessas já povoadas terras”<sup>111</sup> nortenhas.

A estratégia do soberano português mudou, passando a favorecer os cistercienses, os agostinhos e os eremitas, que motivados pela conquista buscavam novos territórios para fundar os seus mosteiros. Contudo, os objetivos continuavam a ser os mesmos, obter

---

<sup>107</sup> DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros...*, p. 340.

<sup>108</sup> AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa...*, p. 375.

<sup>109</sup> DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros...*, p. 336.

<sup>110</sup> DMP.- DP nº 93, p. 116-117. Ver tradução na íntegra, em Anexo.

<sup>111</sup> DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros...*, p. 340.

apoio que outrora tinha sido dado pelos cluniacenses e o povoamento dos espaços recentemente conquistados<sup>112</sup>.

Depois deste processo de adaptação da norma beneditina, os mosteiros afetos à Regra e aos costumes cluniacenses tornaram-se objeto de inúmeras doações formando, assim, extensos patrimónios monásticos. Os principais motivos referidos na documentação para estas doações eram a salvação da alma e remissão dos pecados do doador. Os doadores achavam que ao dar propriedades ou “tudo o que possuíam” a uma instituição monástica, todos os pecados cometidos durante a sua vida seriam perdoados.

Como podemos verificar a implantação da Regra Beneditina dependeu de muitos fatores, e teve como principal consequência um grande número de doações aos mosteiros beneditinos. Doações estas que se traduziram na criação de vastos patrimónios monásticos, tema que nos iremos ocupar nas páginas que se seguem.

### **2.3. Mosteiro de São Pedro de Pedroso: das origens à extinção**

*“Passando pois o rio Douro, e caminhãdo pella estrada real, que vai do Porto pera Coimbra, tẽdo andado duas legoas, acharemos a vista della pera a parte do nascente o Mosteiro de S. Pedro de Pedroso”*<sup>113</sup>

O testemunho de Frei Leão de São Tomás faz-nos recuar no tempo e saber de forma clara e precisa a localização do Mosteiro de Pedroso, em pleno século XVII. Tendo em consideração as nossas raízes, podemos afirmar sem sombra de dúvida que a descrição elaborada por São Tomás corresponde de facto ao local onde atualmente se localiza a Igreja Matriz da Paróquia de São Pedro de Pedroso, vulgarmente pelas pessoas da terra, por “*Mosteiro*”.

Como é possível verificar, a localização do Mosteiro de São Pedro de Pedroso foi sempre a mesma desde o momento da sua fundação. Esta permanência geográfica é justificada, em grande medida, pela situação, porventura privilegiada, do cenóbio. Segundo Rute Ramos, tanto a proximidade da estrada real que ligava o Porto a Lisboa, como a localização do mosteiro junto do rio Febros, conferiram à instituição facilidades de comunicação verdadeiramente invejáveis. A articulação destes fatores permitiu que o

---

<sup>112</sup> DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos Foros...*, p. 340.

<sup>113</sup> SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana...*, Vol. II, p. 100.

mosteiro de Pedroso se desenvolvesse como uma instituição beneditina modelo do Douro-Sul.

Não era raro encontrar instituições deste tipo junto de cursos de água, como é o presente caso. Os rios foram sempre um elemento agregador pela sua função dúplice de comunicação (dependendo logicamente da sua navegabilidade) e de irrigação e fertilização dos campos circundantes. Mais uma vez, Pedroso aparece beneficiado pelo contexto geográfico.

No que diz respeito à fundação do Mosteiro de Pedroso diversos autores sugerem diferentes datas de fundação da abadia pedrosense, apontando os respetivos fundadores. Frei Leão de São Tomás<sup>114</sup>, baseado numa escritura de doação de D. Gondesindo, afirma que o mosteiro é anterior ao ano de 897, e que tem como fundadores D. Gondesindo Prolix e sua mulher Enderquina Palla. Estes teriam edificado o mosteiro devido ao nascimento de um filho deficiente<sup>115</sup>.

João Pedro Ribeiro coloca em causa as afirmações de Frei Leão de São Tomás e de outros cronistas, declarando que a escritura de doação de D. Gondesindo, documento base das asserções, teria sido «mal lido em muitas partes»<sup>116</sup>. Segundo o autor, o exemplo mais claro desse erro foi a frequente confusão entre os padroeiros. Em todos os locais onde ainda hoje se lê claramente “*Sancti Christophori*”, padroeiro de Sanguedo, os referidos autores leram “*Sancti Petri*” de Pedroso que, ao que parece, ainda não existia naquela data. Todavia, autores como Pinho Leal<sup>117</sup>, Esteves Pereira<sup>118</sup> e Américo Costa<sup>119</sup> fizeram tábua rasa das advertências de João Pedro Ribeiro, e com base no mesmo documento, apresentaram Ero e sua mulher Adosinda, filha de D. Gondesindo, como fundadores do mosteiro, e o final do século IX como data provável de fundação.

---

<sup>114</sup> SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana...*, Vol. II, p. 101.

<sup>115</sup> SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana...*, Vol. II, p. 103.

<sup>116</sup> RIBEIRO, João Pedro - *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza oferecidas ao serenissimo Principe do Brazil*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1798. p.77. (Doravante indicaremos esta obra como: RIBEIRO, João Pedro - *Observações historicas e criticas...*, p. ). / MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. 27.

<sup>117</sup> LEAL, A. S. de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Diccionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873 – 1890. 12 Vols. Doravante indicaremos esta obra como LEAL, A. S. de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno...* seguindo-se a indicação do volume, Vol. , e da página, p. )

<sup>118</sup> PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme - *Portugal; diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Lisboa: J. Romano Torres e Cª Editores, 1904 - 1915. 7 Vols.

<sup>119</sup> COSTA, Américo - *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1929 – 1949. 12 Vols.

Por sua vez, João de Barros, apoiado em escrituras do cartório da instituição em estudo, aponta o ano de 1100 como possível data de fundação<sup>120</sup>.

Com a transcrição de um documento do ano de 1046, João Pedro Ribeiro tentou responder às inúmeras dúvidas em torno da fundação e fundadores da abadia de Pedroso. Neste documento, Transtina Pinializ doa à sua irmã Sancha o Mosteiro de Pedroso, e afirma que ela e o falecido marido, Ederonio Alvites, foram os fundadores do cenóbio. José Mattoso comunga da mesma opinião que João Pedro Ribeiro quanto aos fundadores do mosteiro, e indica como data de fundação algures entre 1017 e 1026<sup>121</sup>. Sendo esta a opinião mais consensual na historiografia atual, e aquela que também nós tomaremos como nossa.

No que concerne ao padroado do mosteiro, não restam muitas dúvidas que no final do século XI, Pedroso estava na posse dos senhores de Marnel<sup>122</sup>. Este seriam, muito provavelmente, mas ainda assim sem certezas, um ramo dos condes de Coimbra. Segundo José Mattoso, os Marnel investiram “uma significativa parte das riquezas obtidas na fronteira no sagrado”, mais concretamente no Mosteiro de S. Pedro de Pedroso<sup>123</sup>. Contudo, nem sempre tiveram um padroado pacífico, sendo que a sua instituição era frequentemente alvo “da cobiça de *infanzones* recentemente enriquecidos”<sup>124</sup>.

Como é lógico, após a sua fundação, o Mosteiro de Pedroso não viveu imediatamente sob a observância da Regra Beneditina, pois esta só viria a estabelecer-se em território nacional anos mais tarde, por volta de 1080. Depois de instituída, a Regra não tardou a alcançar grande sucesso nas terras nortenhas.

No entanto, apesar de numa primeira fase a comunidade monástica em estudo ter demonstrado alguma resistência à adoção dos novos costumes, veio a tornar-se uma

---

<sup>120</sup> BARROS, João de - *Geografia de entre Minho, Douro e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1919. Vol. IV. p. 41.

<sup>121</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 31. Segundo José Mattoso, pelo facto do Mosteiro de Pedroso se situar a sul do Douro, região ocupada pelos muçulmanos entre 897-1017 e 1026-1034, o mais lógico será “situar a fundação entre os anos 1017-1026”. MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 31.

<sup>122</sup> D. Gonçalo Viegas era o representante da família Marnel. Segundo Delfim B. Ferreira existem fortes indícios de que esta família tivesse recuperado as suas anteriores posições e administrado o castelo de Santa Maria, entre 1017 e 1026. Diversos foram os ramos descendentes desta família, dos quais destacamos os de Marnel/Grijó e os Pimentéis. Os Pimentéis detinham um vastíssimo património, na Terra de Santa Maria, “que se deduz da sua inserção local e dos legados que fizeram ao Mosteiro de Pedroso”. FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV...*, p. 184. Sobre esta família veja-se ainda FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV...*, p. 178 – 188 e MATTOSO, José, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 145 – 148.

<sup>123</sup> MATTOSO, José, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira...*, p. 147.

<sup>124</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 127.

importante instituição cluniacense, durante o abadiado de D. Martinho (1108-1138)<sup>125</sup>. Objeto de várias doações ao longo dos tempos e interveniente em questões importantes entre mosteiros da mesma observância, dos quais podemos destacar o conflito de Pendorada<sup>126</sup> com um particular, Pedroso teve um papel maior do que aquele que se adivinhava inicialmente.

Quando estudamos um mosteiro não podemos deixar de parte a sua comunidade, elemento primordial e dinamizador de qualquer instituição monástica. Como seria constituída a comunidade de Pedroso? Estamos perante uma comunidade masculina? Ou uma comunidade mista?

Tal como em outros temas associados a Pedroso, verificou-se serem falsas muitas certezas tidas como verdades, e que tantas vezes escritas se tornaram quase realidades irrefutáveis.

Frei Leão de São Tomás e Jorge Cardoso afirmaram a duplicidade da comunidade da instituição pedrosense apoiando-se na frase “*ad fratres vel sorores quae ibi sunt habitantes*”<sup>127</sup> consignada na já citada escritura de D. Gondesindo. Mais uma vez, João Pedro Ribeiro repreende tal afirmação declarando que semelhantes cláusulas não significavam necessariamente que o mosteiro era dúplice. Explica sim que a referida cláusula nasce da ampla faculdade dos padroeiros de “fazer mudar de habitantes os Mosteiros, quando bem lhes parecia, querendo por tanto os Doadores prover a este caso, para se conservarem no Mosteiro os bens doados, ainda que para elle passassem pessoas de diverso sexo”<sup>128</sup>. Em suma, como explica Isilda Monteiro, a hipótese da existência de uma comunidade dúplice em Pedroso “não terá sido mais do que uma cláusula imposta pelos doadores para assegurarem a posse dos bens pelo mosteiro, independentemente do sexo da comunidade religiosa residente”<sup>129</sup>. Por outro lado, além da referida cláusula não ter um significado vinculativo, João Pedro Ribeiro tinha já demonstrado cabalmente que

---

<sup>125</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 127.

<sup>126</sup> Entre 1071 e 1073, Gavinho Forjaz “encomendou-se ao mosteiro de Pendorada e deixou-lhe a maior parte dos bens”. Alguns anos depois tornou-se funcionário régio em Arouca, onde se viria a estabelecer. No entanto, não tardaria a adoecer e a ser levado de volta, pelo abade Ximeno, para Pendorada. Contudo, mercê dos conflitos entre o abade e o novo monge, o bispo Crescónio de Coimbra entregou “Gavinho nas mãos do abade de Pedroso, que o levou para o seu mosteiro... Gavinho encontrava-se ainda gravemente doente, mas os bons cuidados dos seus confrades de Pedroso restituíram-lhe a saúde em nove semanas”. O bispo Crescónio voltou a intervir e colocou-o outra vez em Arouca, onde este ficaria até ser fustigado novamente pela doença, que se revelaria fatal. Deste percurso resultou um grave litígio entre Pendorada e Arouca pela posse dos bens de Gavinho, que no fim, ficariam divididos pelos dois mosteiros. MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada...*, p. 40 - 41.

<sup>127</sup> SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana...*, Vol. II, p. 105.

<sup>128</sup> RIBEIRO, João Pedro - *Observações históricas e críticas...*, p. 78.

<sup>129</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. 31.

o referido pergaminho não era referente ao Mosteiro de Pedroso, o que lhe retira todas e quaisquer conclusões que se possam fazer acerca do nosso objeto de estudo.

Por sua vez, José Mattoso<sup>130</sup>, num artigo onde demonstra que a existência de mosteiros dúplices é consequência dos mosteiros familiares, não menciona Pedroso como pertencente a este grupo de instituições, que perfazem “uma proporção importante, entre os mosteiros portugueses desta época”<sup>131</sup>. Todos estes elementos levam-nos a concluir que não existiu neste mosteiro uma comunidade dúplice, e que essa asserção errada poderá ter sido consequência de generalizações feitas ao longo dos tempos<sup>132</sup>, e principalmente da incorreta leitura do documento que tantas vezes referimos.

O Mosteiro de Pedroso, depois da adoção da observância beneditina, alcançou um certo estatuto dentro do grupo dos mosteiros cluniacenses nortenhos. Exemplo desta importância foi a outorga da já referida carta de couto, por Afonso Henriques, a 3 de Agosto de 1128<sup>133</sup>, em favor da patrona Elvira Fernandes. Contudo, não podemos deixar de destacar o objetivo concreto deste ato, que foi efetivamente obter o apoio necessário às conquistas para Sul. Sobre este tema devemos ainda salientar as boas características das propriedades que constituíam o couto monástico, nomeadamente as excelentes condições de solo para a exploração agrícola.

E de que forma atingiu a instituição este estatuto? Muito fica a dever-se ao alargamento do seu património inicial. Segundo Isilda Monteiro, entre o século XI e XIV, Pedroso “assistiu plácida ou ativamente”<sup>134</sup> ao aumento dos seus bens. Plácida, quando se limitava a receber as diversas doações, tornando-se senhor de diversos domínios, sem qualquer tipo de contrapartida. Ativamente, quando os abades procediam a compras de

---

<sup>130</sup> MATTOSO, José – Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiense em Portugal durante a Reconquista. In *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 11 – 27. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José – Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiense em Portugal..., p. ).

<sup>131</sup> MATTOSO, José – Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiense em Portugal..., p. 22. Os mosteiros dúplices confirmados pelo autor são os seguintes: Santa Maria de Martim; Sever do Vouga; S. Miguel de Gualtar; Paço de Sousa; Cete; Aldoar; Lordosa; Grijó; S. João de Ver; Refojos de Riba d’Ave; Rio Tinto e S. Pedro de Cesar.

<sup>132</sup> Um facto que poderá ter levado alguns autores, a classificar o Mosteiro de Pedroso de dúplice foi o recolhimento de duas monjas, Goncinha Simões e Sancha Esteves, do Mosteiro beneditino de Semide, em 1311. Segundo Rui Martins, a avaliar pelo escambo feito em 1263 com o mosteiro de Lorvão, é possível que o Mosteiro de Pedroso estivesse interessado em alargar a sua implantação nos julgados da Feira e de Fervedo. O património de Goncinha Simões permitiria assim sedimentar essa implantação, motivo que poderá ter contribuído para uma rápida aceitação de religiosos do sexo oposto, por parte dos monges de Pedroso. MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide...*, p. 50 – 52. Para este tema veja-se ainda a descrição deste acontecimento elaborada por RIBEIRO, João Pedro - *Observações históricas e críticas...*, p. 78-79.

<sup>133</sup> D. M. P. – D. P., nº 93, p. 116-117.

<sup>134</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. 32.



propriedades e a escambos, não fossem estes indivíduos os gestores de todos os aspetos do mosteiro e do convento. De facto foram os abades, os patronos e os fiéis os responsáveis pelo aumento do património detido por Pedroso, durante os séculos XI e XII. Os abades, porque procederam à compra de numerosos bens; os patronos e os fiéis devido às doações que fizeram. Note-se, no entanto, que apesar das compras serem a forma mais usual dos abades adquirirem património, não chegam a ser, em proporção, comparáveis ao número de doações dos fiéis, feitas frequentemente para demonstrar a “piedade dos fiéis e o ardor da devoção”<sup>135</sup>, mas também como uma forma de obter o perdão ou pagamento de benefícios recebidos.

De uma forma ou de outra, o facto das duas tipologias em conjunto (doações e compras) representarem a maioria da nossa documentação, constitui um excelente indicador de que o século XIII correspondeu, na globalidade, à continuação desta fase de aumento patrimonial do mosteiro, o que iria ser determinante nos séculos que se seguiram.

Porém, nos finais do século XIII esta política de aquisição patrimonial deixou de se coadunar com o extenso património detido pelo mosteiro, levando os abades de Pedroso a adotar uma nova forma de gerir os seus bens. A este facto juntamos ainda o aumento demográfico, verificado ao longo do século XIII, que resultou numa maior procura de terras para explorar, obrigando os mosteiros a dividir em cada vez mais parcelas o seu domínio. Pedroso não foi exceção. De forma a rentabilizar o extenso património que detinha e que sozinho não conseguiria aproveitar, o cenóbio pedrosense dedicou-se à exploração indireta dos bens, através de emprazamentos. Contudo, é importante salientar que apesar deste tipo de contrato aparecer em força na 2ª metade do século XIII, entre 1269 e 1287<sup>136</sup>, existem no cartório pedrosense prazos datados do início da centúria.

Por este tipo de contrato o abade, em nome da comunidade, cedia por um período estabelecido uma determinada parcela de terra, e em troca recebia um foro, que podia ser em numerário ou em géneros. A duração do prazo contava-se em vidas, sendo o caso mais frequente, em três. Depois deste período cessar, as propriedades emprazadas eram, normalmente, entregues ao mosteiro. Esta forma de gestão permitiu uma manutenção do património monástico e ao mesmo tempo, gerou rendimentos fixos à instituição.

A nível económico pouco mais podemos adiantar, visto que, de 1307 até à extinção do mosteiro beneditino de Pedroso contamos apenas com o estudo de Rute

---

<sup>135</sup> RAMOS, Rute Matos de Lima – *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso...*, p. 47.

<sup>136</sup> Ver Gráfico 8 – Distribuição cronológica dos emprazamentos.

Ramos, que nos transmite pequenas pistas nesse âmbito. Por esta razão, podemos apenas afirmar, que o Mosteiro continuou a receber doações até ao século XV e que empenzou bens até ao fim da primeira metade do século XVI. Conclui-se assim, que o património do Mosteiro de Pedroso foi constituído gradualmente através de doações e compras, sendo as doações um ato transversal a quase toda a existência desta instituição. Os empenzamentos, por sua vez, foram um elemento de gestão do património adquirido, ao longo dos séculos. Porém, só um estudo aprofundado sobre os séculos XIV e XV nos daria uma visão global do património de Pedroso. A nossa análise apenas nos permite conclusões, mais ou menos sólidas, para o século XIII, bem como uma comparação com os primeiros tempos de vida desta instituição.

A expansão patrimonial do mosteiro foi um elemento motivador de conflitos, tanto a nível externo como interno, provocados por ambições desmesuradas, tão típicas da história. Isilda Monteiro informa-nos de que foram vários os conflitos que despontaram entre a nobreza local e o cenóbio, desde os finais do século XII até mais ou menos, ao ano de 1401<sup>137</sup>. Esta situação obrigou a comunidade religiosa a defender constantemente os bens e direitos que tinha em sua posse, afastando-a do recolhimento e quietude essencial ao cumprimento da conduta ditada pela Regra de São Bento.

A nível interno, também são documentadas algumas discórdias entre os monges e os abades. Destacamos o litígio de 1271 que opôs os monges ao abade Domingos Anes<sup>138</sup>. O “diálogo do superior maior e seu convento; e a garantia da subsistência capaz dos serviços conventuais”<sup>139</sup> foram alguns dos problemas que levaram a que o abade de Santo Tirso tivesse sido constituído juiz arbitral nesta questão.

Todavia, os conflitos acerca de questões patrimoniais continuaram e subiram de tom nos finais do século XIV, quando, devido à posse do padroado da Igreja de Alquerubim, o Mosteiro de Pedroso confronta o rei e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>140</sup>.

Ainda na centúria de trezentos, uma nova realidade é adotada nos mosteiros: o exercício das comendas monásticas. Com esta prática, a administração dos mosteiros ficava entregue aos abades comendatários, que dispunham de dois terços dos rendimentos

---

<sup>137</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. 32.

<sup>138</sup> A.N.T.T., Pedroso, Mç. 7, nº 40.

<sup>139</sup> CORREIA, Francisco Carvalho – *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009. ISBN 978-972-8180-23-2. p. 321. (Doravante indicaremos esta obra como: CORREIA, Francisco Carvalho – *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588...*, p. ).

<sup>140</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso...*, p. 33.

da instituição (mesa abacial), enquanto os monges tinham direito a apenas um terço dos rendimentos (mesa conventual) para se sustentarem, acabando “na miséria, sem disciplina nem ideal, com os mosteiros a cair em ruínas”<sup>141</sup>.

Assim se iniciou o fim da observância beneditina no Mosteiro de Pedroso. Ao longo dos séculos XIV, XV e parte do XVI, os novos administradores delapidaram o património amealhado durante o período anterior, e eximiram-se do cumprimento da Regra adotada. No final da 1ª metade do século XVI, segundo Isilda Monteiro, morre o último abade comendatário. Porém, o mosteiro encontrava-se já muitíssimo debilitado a todos os níveis. A comunidade estava reduzida a um prior e a um número exíguo de monges, sem as prescrições da Regra de São Bento e sem um chefe espiritual. Pedroso entra, assim, numa decadência material e moral, que impediu a adesão da instituição à Reforma levada a cabo pela Ordem Beneditina, que está na origem da Congregação dos Monges Negros de São Bento dos Reinos de Portugal.

A 14 de Junho de 1560, o papa Pio IV, através de uma bula extingue a abadia pedrosense, anexando as suas rendas ao Colégio de Coimbra.

A observância cluniacense, vivida durante cinco séculos, finda assim a 12 de Dezembro de 1560, data em que o Mosteiro de Pedroso passou a pertencer a uma congregação de carácter inovador, em comparação com as ordens monásticas da época, a Companhia de Jesus.

---

<sup>141</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...*, p. 161.

### Capítulo 3 – A Comunidade do Mosteiro de Pedroso

*“A comunidade forma um grupo juridicamente responsável, composto por diversas categorias de monges e enquadrado por oficiais responsáveis por certos sectores”<sup>142</sup>.*

Esta definição, enunciada por José Mattoso, elucida-nos acerca da complexidade inerente à organização de uma comunidade monástica. Constituída por diversas categorias e oficiais, demonstra o rigor e a disciplina exaltadas pela Regra de São Bento e pela tradição cluniacense. A comunidade é, deste modo, um elemento imprescindível para o funcionamento de uma instituição monástica, sendo essencial o seu papel no desenvolvimento e enriquecimento dos mosteiros. Por esta razão, tornou-se por demais evidente a importância de elaborar um capítulo dedicado à comunidade beneditina de Pedroso.

Com base nos ofícios previstos na Regra de São Bento, e nas explicações claras e precisas de uma vivência beneditina plasmada no *Costumeiro de Pombeiro*<sup>143</sup> procuramos construir, a partir de informações disponibilizadas no acervo documental definido e na bibliografia, micro-biografias dos elementos que formavam a comunidade do Mosteiro de Pedroso, entre 1212 e 1307. Contudo, a documentação estudada na presente dissertação não nos facultou informações para todos os ofícios da hierarquia beneditina. Não obstante, e porque acreditamos que, dada a dimensão do mosteiro, a maior parte dos ofícios foram aí exercidos pelos monges, procedemos à breve descrição de todos eles e, quando nos foi documentalmente possível acrescentamos alguns elementos biográficos acerca dos seus religiosos.

Vejamos então. A Regra de São Bento classifica os religiosos em quatro categorias: cenobitas; anacoretas; sarabaítas e giróvagos<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 171.

<sup>143</sup> A importância desta fonte como apoio ao nosso estudo prende-se com o facto de ser o único *Costumeiro* existente em território português, de tradição cluniacense datado do século XIII. Por esta razão, parece-nos pertinente confrontar, ainda que superficialmente, a realidade do Mosteiro de Pombeiro com a de Pedroso. SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro: uma comunidade beneditina no século XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1332-4. (Doravante indicaremos esta obra como: SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*, p. ).

<sup>144</sup> *Regula Benedictina*, Fol.4v; 18 – 26 (Doravante, indicamos esta obra como RB, seguida do fólio e do versículo); COSTA, Sara Figueiredo – *A Regra de S. Bento em Português. Estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., 2007. ISBN 972-772-592-9. p. 46. (Doravante, indicamos esta obra como COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. ).

No que respeita à primeira classificação, os cenobitas vivem num mosteiro sob uma regra ou um abade<sup>145</sup>. Já os anacoretas ou eremitas são aqueles “que em provaço perlongada de mosteyro e per longos tempos nos mosteiros. ja ensinados per exemplo e vida e ajudoyro de muy tos. aprendéron a \_ssaber pugnar e lidar contra o diabóó”<sup>146</sup>. Quer isto dizer, portanto, que ao contrário dos cenobitas, viviam longos períodos afastados do mosteiro. Contudo, não fugiam ao ideal monástico, prosseguindo uma vida de rigor e disciplina.

Por sua vez, os sarabaítas não seguem nenhum modelo, Regra ou mestre, sendo designados, por São Bento, de “fracos e molles”<sup>147</sup>. A sua lei baseava-se na satisfação dos desejos e vontades, que consideravam santas e boas. Contudo, tudo aquilo que fosse contra o seu arbítrio, ou lhes causasse desprazer, classificavam de má atitude<sup>148</sup>. Por tudo isto, São Bento considerava esta forma de vida como “detestável”.

Por último, temos os giróvagos, verdadeiros nómadas da vida monástica, que ocupam a sua vida a viajar por diversas terras, hospedando-se nos mosteiros, onde apenas se limitam a servir as suas vontades<sup>149</sup>. Segundo São Bento “estes táaes en \_todo e per \_todo. som peores que os sarabaitas”<sup>150</sup>.

São Bento, na sua Regra, enuncia quatro géneros de religiosos, contudo só trataremos dos cenobitas nesta descrição, dado que os monges do Mosteiro de Pedroso se inseriam nesta categoria.

Além de todos os cargos que mencionaremos neste capítulo, existem na documentação que examinamos, alguns monges que apenas se designam como *monacus* de Pedroso. São estes Julião<sup>151</sup>, Pedro Esteves<sup>152</sup>, João Peres<sup>153</sup> e Mendo<sup>154</sup>. Surgem habitualmente como testemunhas dos atos que, regra geral, atestam a entrega de bens (por doação ou venda) ao Mosteiro.

---

<sup>145</sup> RB, Fol.4v; 18 – 26 COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 46.

<sup>146</sup> RB, Fol. 4v; 25 – 28; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 46 e 48.

<sup>147</sup> RB, Fol. 4v; 6 – 7; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 48.

<sup>148</sup> RB, Fol. 4v; 3 – 16; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 48.

<sup>149</sup> RB, Fol. 4v; 16 – 22; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 48.

<sup>150</sup> RB, Fol. 4v; 21 – 22; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 48.

<sup>151</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo do Mosteiro de Pedroso, Documentos Diversos, Maço 5, nº 34 (Doravante indicaremos a cota do documento como: A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. , nº .).

<sup>152</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 30.

<sup>153</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 9.

<sup>154</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Pergaminhos Portugueses do Século XIII, gav. 7, nº12.) (Doravante indicaremos a cota do documento como: A.U.C, P.P. séc. XIII, gav. , nº.).

### 3.1 Abade

*“Aquelle que he digno e mereçedor de seer abbade e rregedor do moesteiro, sempre deve séer lembra do. que he dito e chamado abbade...Deve comprír per feitos e por obras, e reger bem e sagesmête e governar e ensinar. castigar e repreender os monges seus filhos...el no mosteyro tem o \_logo e as vezes de jhesu christo que foy e he. nosso méestre e nosso padre...”<sup>155</sup>*

O abade tem um papel essencial na vida monástica, tanto no monaquismo beneditino como no visigótico. Este monge é “um vigário de Cristo, mestre espiritual dos monges... administrador e responsável pela subsistência temporal da comunidade”<sup>156</sup>. No que diz respeito à eleição do abade, esta poderia ser efetuada pelo bispo, pela comunidade, pelo abade anterior ou pelos patronos. Segundo José Mattoso, na diocese do Porto a eleição era frequentemente levada a cabo pelos patronos<sup>157</sup>.

Como dissemos, o abade era responsável por uma multiplicidade de tarefas. Desde a administração do mosteiro até à regência da vida dos monges, tudo passava pelo aval do *mestre*. Segundo a Regra de São Bento, a salvação das almas era a sua principal função, e só depois surgiria, em segundo plano, “a manutenção da observância regular e a disciplina”<sup>158</sup>.

Todavia, com o passar do tempo e com o aumento do património das abadias cluniacenses, o abade tornou-se, aos poucos, senhor de extensos domínios. Esta alteração de funções foi consequência das mudanças de mentalidade ocorridas nos finais do século XI, que conduziram à autonomia deste monge face aos patronos, e que consequentemente o tornaram “chefe de um organismo económico”<sup>159</sup>. Esta mutação nas funções abaciais está também relacionada com o crescimento das comunidades, que levou a que determinados monges tivessem de providenciar as necessidades dos restantes religiosos. Para isso passaram a existir ofícios como prior; celeireiro; sacristão; ecónomo; entre outros.

No início do século XI, as comunidades com um número de religiosos mais reduzido viviam ainda num regime familiar. Contudo, a difusão dos costumes de Cluny

---

<sup>155</sup> RB, Fol. 5; 27 – 4; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 48 e 50.

<sup>156</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 161.

<sup>157</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 161.

<sup>158</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*, p. 71.

<sup>159</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 168.

vai mudar um pouco esta relação de pai e filhos. O aumento patrimonial dos mosteiros cluniacenses, causado pelas numerosas doações e a consequente subida de posição social do abade, vai levar a que este se distancie gradualmente da sua comunidade. Não queremos com isto dizer, que o abade deixasse os seus religiosos sem mantimentos, apenas “já não partilha mais a sua vida quotidiana”<sup>160</sup>, pelo menos nos grandes mosteiros. O único momento em que a Regra de São Bento previa um afastamento entre o abade e a restante comunidade era o jantar, que deveria fazer numa mesa à parte, com os convidados, separado dos restantes monges.

Mesmo com a progressiva separação do abade da restante comunidade, este continua a ser a figura máxima do mosteiro, não existindo nenhum limite formal à sua competência, a não ser a de que ele próprio deve seguir e administrar segundo a *Regra*. Porém, para tomar uma decisão sensata deve sempre aconselhar-se com a comunidade, demonstrando assim, um vínculo com esta, muito à semelhança do que acontecia entre o bispo e os capitulares nas sés catedrais, nas quais “a principal razão de ser dos cabidos era auxiliar o prelado no governo da diocese”<sup>161</sup>

A documentação que compulsámos revelou-nos alguns dados referentes aos monges que ocuparam este ofício, no Mosteiro de Pedroso, entre 1212 e 1307<sup>162</sup>.

- *D. Nuno Viegas (1212 – 1223)*

D. Nuno Viegas ocupou o cargo de abade do Mosteiro de Pedroso, muito provavelmente, entre 1212 e 1223. A primeira referência documental que a ele se refere é de Setembro de 1212, e reporta-se a uma compra feita a Garcia Mendes de Pedra Salgada, e sua mulher Sancha Gonçalves, por Nuno Viegas e restantes religiosos do Mosteiro de Pedroso<sup>163</sup>.

Este abade era filho de Pedro Peres de Pouves<sup>164</sup> e Exemera Martins, sendo a sua filiação atestada por meio de uma doação *post-mortem*, feita em Maio de 1216, de Pedro

---

<sup>160</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 75.

<sup>161</sup> CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Corunha: Editorial Toxosoutos, 2005. ISBN 84-96259-49-8. p. 90. (Doravante indicaremos esta obra como: CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga...*, p. ).

<sup>162</sup> É importante referir que as balizas cronológicas que definimos como período de abadiado foram baseados na datação apresentada no primeiro e último documento, nos quais aparece mencionado o nome do respetivo monge. Os documentos que não mencionam os nomes de membros da comunidade de Pedroso não foram considerados para as descrições biográficas dos religiosos.

<sup>163</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Maço 5, nº 19.

<sup>164</sup> É provável, que esta linhagem tenha aportado o seu apelido da localidade de Pouves, que atualmente pertence à freguesia de São Pedro do Sul (c. São Pedro do Sul). A origem do abade Nuno Viegas poderá

Peres de Pouves a D. Nuno Viegas e ao Mosteiro de Pedroso<sup>165</sup>. Contudo, além de doar propriedades ao abade reconhece-o como seu filho, e por isso institui-o como seu herdeiro. Além do património doado ao filho, Pedro Peres de Pouves doa ainda quatro casais ao cenóbio.

Este abadiado foi marcado, ao que parece, por uma política de aquisição patrimonial assente em compras, a forma de aquisição mais praticada por este abade para obtenção de bens, figurando em 5 pergaminhos deste tipo. Segue-se, em menor número, as doações (3 documentos) e os prazos (2 documentos), sendo estes últimos atos um ténue indicador do início da mudança de uma política de aquisição para uma estratégia de gestão, que só se viria a afirmar, como iremos explorar no capítulo seguinte, na segunda metade do século XIII. De facto, D. Nuno Viegas comprou 2 herdades, ambas situadas entre o termo das vilas de Lourosa e Pedra<sup>166</sup> (c. Santa Maria da Feira); 1 vinha em Valmaior<sup>167</sup> (c. Albergaria-a-Velha); 1/3 de um casal em Lamas, termo do Vouga<sup>168</sup> (c. Águeda) e propriedades não identificáveis em Sanfanhos<sup>169</sup> (c. Vila Nova de Gaia). No mesmo período, são doados ao mosteiro 4 casais em Sobreira Formosa<sup>170</sup> (c. Proença-a-Nova); 1 casal e 1/3 de uma herdade na Vila de Lagonal<sup>171</sup> e 2 quintãs situadas em Santiago de Riba-Ul<sup>172</sup> (c. Oliveira de Azeméis).

Neste abadiado foram escambados 4 casais (menos 1/4) na Vila de Lourosa e Pedra<sup>173</sup> (c. Santa Maria da Feira). Além destes contratos o mosteiro ainda emprazou 1 campo em Valmaior (c. Albergaria-a-Velha)<sup>174</sup>.

A última referência documental a este abade é datada de Janeiro de 1223, e consiste no emprazamento de uma seara, feito a Martinho Vermudes, apenas durante a sua vida, pelo foro de 10 morabitanos<sup>175</sup>.

D. Nuno Viegas esteve à frente do Mosteiro de Pedroso durante mais ou menos uma década, confirmando a política de aquisição patrimonial encetada pelos primeiros

---

assim explicar a existência, neste território, de património de Pedroso. Refira-se que esta linhagem é completamente omissa dos *Livros Velhos de Linhagens* e do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

<sup>165</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 26.

<sup>166</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 19 / A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 20.

<sup>167</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 23.

<sup>168</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 29.

<sup>169</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 30.

<sup>170</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 26.

<sup>171</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 28.

<sup>172</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 32.

<sup>173</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 22.

<sup>174</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 25.

<sup>175</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 34.



abades. O seu objetivo era continuar a dilatação do património monástico e ao mesmo tempo concentrá-lo em polos, facilitando assim a administração dos bens monásticos. Prova desta estratégia de concentração são as compras e o escambo de propriedades em Santa Maria da Feira, terra próxima do cenóbio pedrosense a que acima fizemos referência.

- *D. Paio Pais (1224 – 1226)*

D. Paio Pais teve um abadiado que durou, de acordo com um nosso *corpus* documental, apenas dois anos. Por essa razão os pergaminhos elaborados sob a sua alçada são bastante escassos. Nos fundos que analisamos, apenas três documentos (uma doação e duas compras) mencionam este religioso.

Em 1224, o abade Paio Pais aparece a comprar a G. Peres e mulher Ouroana Peres ¼ de um casal na Vila de Lobel<sup>176</sup> (c. Santa Maria da Feira). No ano seguinte, D. Loba doa ao abade e religiosos do Mosteiro de Pedroso ¼ de um casal situado em Lavandeira<sup>177</sup> (c. Vila Nova de Gaia). E por fim, em 1226, D. Paio Pais compra a João Soares ¼ de uma herdade em Alheira (c. Vila Nova de Gaia), pelo preço de 30 morabitinos<sup>178</sup>.

No que diz respeito a informações de carácter mais pessoal, não encontramos menções a este abade nos documentos mencionados, nem nos *Livros Velhos de Linhagens*, nem no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

Não dispondo de dados suficientes, para uma análise completa do assunto, acreditamos, que apesar do curto abadiado e da escassez documental, existem indícios na documentação que este abade continuou a política de aquisição levada a cabo pelos abades anteriores.

- *D. João Peres (1228 – (1230?))*<sup>179</sup>

O abadiado de D. João Peres, à semelhança do seu antecessor, foi muito curto, existindo apenas um documento que refere este monge como abade de Pedroso.

Em Dezembro de 1228, D. João Peres e a restante comunidade de Pedroso recebem, através de uma doação, por parte de D. Lupa Godins, bens móveis,

---

<sup>176</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 35.

<sup>177</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 36.

<sup>178</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 37.

<sup>179</sup> Seguindo a metodologia definida, o abade D. João Peres é referido apenas num documento datado do ano de 1228. Contudo a primeira referência ao seu sucessor só aparece num documento de 1230, salvaguardando assim a possibilidade do seu período de abadiado se ter estendido até este ano.

nomeadamente 1 *cocedra*, 1 *plumaço*, e 1 *almuzala*. Além dos anteriores, D. Lupa doa também todos os seus bens na Vila de Lavandeira (c. Vila Nova de Gaia) e metade de um casal em Prozelo (c. Amares)<sup>180</sup>. Consideramos importante referir, que a doadora pediu ao mosteiro que este pergaminho fosse guardado no seu tesouro, atestando deste modo o reconhecimento da importância da instituição por parte da comunidade.

Sobre este religioso não encontramos referências a questões pessoais, nem na documentação analisada, nem em outras fontes.

- *D. Fernando Mendes (1230 – 1235)*

D. Fernando Mendes esteve à frente do Mosteiro de Pedroso durante meia década, existindo no nosso acervo documentos que demonstram a atividade deste monge.

A primeira referência que temos figura numa sentença sobre um litígio, datada de Dezembro de 1230, entre D. Mendo Gonçalves, prior do Hospital, e D. Fernando Mendes, abade de Pedroso. Por este documento, ficamos a saber que embora ambos reclamassem a posse de 1 herdade situada no termo de Lafões (c. São Pedro do Sul), a sentença proferida pelos juizes ditou que cada uma das partes ficasse com metade da dita herdade<sup>181</sup>.

Este abade procede, tal como os seus antecessores, à compra de propriedades adquirindo, em Abril de 1233, metade de uma herdade em Alheira<sup>182</sup> (c. Vila Nova de Gaia) e em Janeiro de 1235, 2 casais e metade de uma marina situados em Gaiate<sup>183</sup> (c. Santa Maria de Feira).

As doações estão também presentes no abadiado em análise. Em Janeiro de 1234, Vicente Soares, e seu irmão Estevão Martins, doaram a D. Fernando Mendes e ao convento do Mosteiro de Pedroso 1 herdade em Vilar<sup>184</sup> (c. Vila Nova de Gaia). As restantes doações feitas durante o governo de D. Fernando Mendes têm uma particularidade, é o próprio abade quem doa, em seu nome, bens aos religiosos do mosteiro. Assim, em Março de 1234, D. Fernando doa ao seu convento 1 herdade em Alheira (c. Vila Nova de Gaia), com a condição destes religiosos celebrarem uma missa pelo seu aniversário, tendo assim direito a uma boa pitaça de pão, vinho e peixe. Exige também que celebrem missa pelos seus antecessores, Nuno Viegas, Paio Pais e João

---

<sup>180</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40.

<sup>181</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 43.

<sup>182</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 3.

<sup>183</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 8.

<sup>184</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 5.

Peres<sup>185</sup>, confirmando deste modo o exercício dos abades mencionados anteriormente. Em Abril do mesmo ano, o mesmo abade doa aos seus religiosos 1 herdade situada em Seixezelo<sup>186</sup> (c. Vila Nova de Gaia), sendo que os frutos desta deverão ser aplicados “à enfermaria e aos monges sangrados”<sup>187</sup>.

Não dispomos de quaisquer informações pessoais sobre o abade, mas podemos perceber pela documentação que era detentor de património considerável, e que contribuiu de forma ativa no aumento do património monástico pedrosense.

- *D. João Miguéis (1236 – 1237 (1242?))*<sup>188</sup>

Segundo a documentação analisada, e tendo em conta as referências a este monge, parece-nos que João Miguéis teve um curto período de abadiado. Porém, a sua presença na documentação anterior a 1236 dá-nos a conhecer um monge ativo, que ocupou pelo menos dois ofícios na abadia Pedrosense.

O primeiro documento onde aparece mencionado é uma doação de Dezembro de 1228<sup>189</sup>, sendo designado de prior do Mosteiro de Pedroso. As menções que se seguem (uma sentença de Agosto de 1230<sup>190</sup>, e duas doações, uma de Março<sup>191</sup> e a outra de Abril<sup>192</sup> de 1234) continuam a referir D. João Miguéis como *praepositus*, termo utilizado na Regra de São Bento para designar o cargo de prior<sup>193</sup>.

Os restantes atos que mencionam este monge referem-no já como abade de Pedroso. Em Março de 1236 foi feita uma doação por Mendo Peres e sua mulher Estefânia Mendes aos religiosos do Mosteiro de Pedroso, de 1 herdade em Alheira (c. Vila Nova de Gaia). Porém, metade é doada imediatamente, sendo que a outra passa para a posse do mosteiro somente pelo aniversário de Mendo Peres<sup>194</sup>.

Em Janeiro de 1237, o abade D. João Miguéis e o convento do Mosteiro de Pedroso voltam a receber uma doação, desta feita do Mestre Gonçalo, cónego de

---

<sup>185</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6. O sumário deste documento encontra-se publicado na obra de MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII..., p. 90.

<sup>186</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7. O sumário deste documento encontra-se publicado na obra de MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII...p. 90.

<sup>187</sup> MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII...p. 90.

<sup>188</sup> Seguindo a metodologia definida, o abade D. João Miguéis é referido em documentos datados de 1236 e 1237. Contudo a primeira referência ao seu sucessor só aparece num documento de 1242, salvaguardando assim a possibilidade do seu período de abadiado se ter estendido até este ano.

<sup>189</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40.

<sup>190</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 43.

<sup>191</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6.

<sup>192</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7.

<sup>193</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 81.

<sup>194</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 11.

Coimbra, que lhes entrega metade de um casal, 1 quintã e searas situadas em Fiães<sup>195</sup> (c. Santa Maria da Feira).

A última referência que temos acerca deste religioso encontra-se também numa doação. Porém esta tem uma particularidade interessante: o doador é o abade D. João Miguéis, que doa aos seus monges 1 herdade, que se divide pelas povoações do Ameal, Pardos e Pinheiro (c. Albergaria-a-Velha), para que nela criassem 1 vinha e 1 pomar<sup>196</sup>.

Na nossa investigação não conseguimos encontrar informações de carácter pessoal sobre D. João Miguéis, tendo apenas dados sobre a sua atividade monástica. Apesar de não proceder a compras, este abade continuou a política de aquisição patrimonial, sendo de destacar a doação que ele próprio fez aos seus religiosos, à semelhança do que fizera o seu antecessor. Esta estratégia vem no seguimento de uma política encetada nos finais do século XII e durante as primeiras décadas do século XIII, na qual os abades fundamentavam as doações com o “propósito de assim poderem os monges servir mais fielmente o Senhor”<sup>197</sup>.

- *D. Domingos Esteves (1242 – 1275 (1280?))*<sup>198</sup>

Entre 1212 e 1307, cronologia do nosso estudo, D. Domingos Esteves foi o abade com o mais longo abadiado no Mosteiro de Pedroso. O percurso deste religioso nesta instituição começou bem antes de este se tornar abade. A primeira notícia que dele temos data do ano de 1228 e diz respeito a uma doação de D. Lupa Godins aos religiosos do Mosteiro de Pedroso. Neste documento D. Domingos Esteves é designado de monge e é testemunha na doação, a par do abade João Peres e o prior João Miguéis, ambos antecessores deste abade<sup>199</sup>. Existe ainda uma outra menção a este religioso, mas agora como prior, em Março de 1234, numa doação concedida ao Mosteiro de Pedroso pelo seu próprio abade, D. Fernando Mendes<sup>200</sup>.

Depois de ocupar o cargo de prior, D. Domingos Esteves é nomeado abade de Pedroso. O primeiro documento que o designa como tal remonta ao mês de Outubro de

---

<sup>195</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 12.

<sup>196</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 13. O sumário deste documento encontra-se publicado na obra de MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII...p. 90. E na obra de FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV*..., p. 264.

<sup>197</sup> MATTOSO, José – A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII...p. 89.

<sup>198</sup> Seguindo a metodologia definida, o abade D. Domingos Esteves é referido em documentos datados de 1242 a 1275. Contudo, a primeira referência ao seu sucessor só aparece num documento de 1280, salvaguardando assim a possibilidade do seu período de abadiado se ter estendido até este ano.

<sup>199</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40.

<sup>200</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6.

1242, e diz respeito a uma venda entre particulares, sendo o abade apenas testemunha deste ato<sup>201</sup>.

Neste abadiado, ao contrário dos anteriores, o volume de documentação é bastante extenso. Por essa razão não nos vai ser possível referir todos os atos em que o D. Domingos Esteves é nomeado. Ao invés disso, faremos apenas alusão, a título de exemplo, de alguns documentos que achamos, de algum modo, pertinentes para esta descrição.

Tal como nos abadiados anteriores, as doações continuam a ter grande importância na construção do património monástico. Destacamos, a título de exemplo, a doação de 1 herdade situada em Sanfanhos (c. Vila Nova de Gaia), por Gontinha Peres e respetivos filhos, João Peres e André Peres, em Maio de 1266<sup>202</sup>.

Seguindo um movimento contrário, as compras entram num período de desaceleração. Como exemplo podemos apontar a compra de 1 herdade em Alheira (c. Vila Nova de Gaia), no ano de 1246, pelo abade e religiosos de Pedroso a Pedro Soares, e sua mulher Maria Mendes, pelo preço de 4 morabitinos<sup>203</sup>. Os abades começam a adotar uma atitude de manutenção do património em sua posse, optando deste modo, pelos emprazamentos. Destacamos assim o emprazamento, em cinco vidas, de 2 casais, um situado no lugar de Jaca (c. Vila Nova de Gaia) e o outro no lugar de Anta (c. Espinho), elaborado em Março de 1268<sup>204</sup>.

Neste período, as sentenças também atingem um número bastante elevado, em comparação com os abadiados anteriores. De entre várias destacamos a demanda entre o Cabido da Sé do Porto, João Soares de Avintes, Martinho Miguel, soldado, e Domingos Soares da Cidadelia contra os religiosos do Mosteiro de Pedroso sobre o direito de padroado da Igreja de S. Salvador de Vilar de Febros. A sentença, proferida em 1256, pelo bispo do Porto, D. Julião Fernandes, pôs fim a esta disputa, concedendo o direito de padroado ao Mosteiro de Pedroso<sup>205</sup>, que o manteve até 1496<sup>206</sup>.

Um outro litígio que achamos pertinente mencionar, foi o que opôs os religiosos do Mosteiro de Pedroso ao seu abade D. Domingos Esteves. Este problema foi de tal modo grave, que D. Álvaro Martins, abade de Santo Tirso, foi nomeado juiz arbitral nesta

---

<sup>201</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 18.

<sup>202</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 28.

<sup>203</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 23.

<sup>204</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 34.

<sup>205</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 1.

<sup>206</sup> LEAL, A. S. de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno...*, Vol. 11, p. 1192 – 1193.

contenda. D. Álvaro Martins tentou acalmar os ânimos com a sua decisão, realçando o poder do abade e o dever de obediência do prior e do convento perante D. Domingos Esteves<sup>207</sup>. Contudo, demonstrou uma postura mediadora, assegurando também a “subsistência da vestimenta e do celeiro” para os restantes monges<sup>208</sup>, restituindo desta forma a paz entre o abade e o convento de Pedroso.

D. Domingos Esteves teve um abadiado marcado por vários litígios, que regra geral se resolveram a favor do mosteiro, mas também foi responsável pelos primeiros passos na mudança da política de administração patrimonial. A par das constantes doações, este abade começou a dar importância à manutenção dos bens monásticos, realizando diversos emprazamentos, e rentabilizando deste modo o património detido pelo seu mosteiro.

As informações que obtivemos na documentação que analisamos não nos permitem esboçar uma descrição das origens de D. Domingos Esteves, mas tão só perceber o seu percurso monástico na abadia pedrosense.

- *D. Estevão Martins (1280 – (1282?))*<sup>209</sup>

Ao contrário do seu antecessor, D. Estevão Martins teve um abadiado muito curto. A única menção a este abade surge numa doação datada de 1 de Janeiro de 1280. Neste documento, Pedro Soares de Alheira, e a sua mulher Maria Peres, doam a Estevão Martins, e ao convento do Mosteiro de Pedroso, tudo o que possuíam em Alheira, termo do Couto de Pedroso<sup>210</sup> (c. Vila Nova de Gaia).

Mais uma vez, não nos é possível avançar informações de carácter pessoal sobre D. Estevão Martins, sendo estas omissas, tanto na documentação que analisamos como nos três *Livros de Linhagens*.

---

<sup>207</sup> “Mandamos que o Prior e convento, em todas e cada uma das coisas, prestem ao abade referido a homenagem de obediência e reverência a que são obrigados”. CORREIA, Francisco Carvalho - *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588...*, p. 322.

<sup>208</sup> “Determinamos ainda que o Prior e convento tenham, entre outras coisas, para a subsistência da vestimenta e do celeiro, na medida em que o Prior e o convento o julgarem oportuno, os casais de Baza, em que reside, neste momento, Fernando Mendes, e o casal de Vilar, onde mora Soeiro Mendes, com todos os seus direitos e pertenças. Igualmente, que, além do restante, tenham também para subsídio das ovelhas da vestimenta, do celeiro e da enfermaria (...) a seara de Catala, junto ao mosteiro, na qual façam vinhas, lagares e casas, na medida em que isso seja necessário para a sua subsistência.” CORREIA, Francisco Carvalho - *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588...*, p. 322.

<sup>209</sup> Seguindo a metodologia definida, o abade D. Estevão Martins é referido em apenas um documento datado de 1280. Contudo a primeira referência ao seu sucessor só aparece num documento de 1282, salvaguardando assim a possibilidade do seu período de abadiado se ter estendido até esse ano.

<sup>210</sup> A.U.C, P.P. séc. XIII, gav. 7, nº1.

No que diz respeito à política de administração assumida por este abade não nos é possível elaborar qualquer tipo de comentário devido à falta de documentação sobre o período de abadiado de D. Estevão Martins.

- *D. Domingos Anes (1282 – 1285 (1291?))*<sup>211</sup>

O abadiado de D. Domingos Anes iniciou-se em 1282, mas as referências a este monge aparecem desde 1234. De facto, acreditamos que podemos identificar este abade com o monge Domingos Anes, que desempenha o cargo de sacristão<sup>212</sup>, referido em duas doações de 1234.

Em 1248, o mesmo religioso aparece como prior de Pedroso<sup>213</sup>, numa sentença em que D. Domingos Esteves, abade de Pedroso, se defronta com Pedro Martinho, e sua mulher Sancha, pela posse de umas herdades em Esmoriz (c. Ovar).

O maior número de referências a D. Domingos Anes situa-se entre 1264 e 1276<sup>214</sup>, sendo mencionado como monge e notário do Mosteiro de Pedroso. Um notário tem de estar presente no momento da elaboração dos documentos e, normalmente, assina-os como forma de autenticação dos mesmos. A existência de um monge que exerce a função de escrita de atos em que o mosteiro era um dos outorgantes tem, a nosso ver, a maior importância, até porque pode ser vista como um indício da existência de uma escola (onde se ensinava e praticava a escrita) em Pedroso.

Em 1282, este monge acaba por ocupar o lugar mais alto da hierarquia monástica, o de abade. Apesar de existirem poucos registos deste abadiado os que existem são de diferentes tipologias.

A 7 de Abril de 1282, D. Domingos Anes escamba com Estevão Peres de Braga, e sua mulher Teresa Anes, moradores do burgo de Vouga, o direito que lhes pertencia em 2 casais, que traziam emprazados pelo Mosteiro, em troca de 100 libras<sup>215</sup>.

D. Domingos Anes só voltaria a ser mencionado na documentação em 1285. Primeiro num emprazamento de 7 casais situados, respetivamente, em Vilar, Outeiro, Baiza, S. Salvador de Vilar de Febros, Quintã, Soutelo, Pousada e São Pedro de

---

<sup>211</sup> Seguindo a metodologia definida, o abade D. Domingos Anes é referido em apenas um documento datado de 1282. Contudo a primeira referência ao seu sucessor só aparece num documento de 1291, salvaguardando assim a possibilidade do seu período de abadiado se ter estendido até este ano.

<sup>212</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6 e nº 7.

<sup>213</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26.

<sup>214</sup> De entre os vários documentos em que D. Domingos Anes ocupa o cargo de notário destacamos: A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 28; A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 1; A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 10.

<sup>215</sup> A.U.C, P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 4.

Avintes<sup>216</sup>. E depois numa compra, adquirindo 1 casal e toda a herdade detida por Fernando Domingues de Mantalhos em Seixezelo (c. Vila Nova de Gaia), pelo preço de 74 morabitinos<sup>217</sup>.

Os poucos documentos a que tivemos acesso que dizem respeito ao abadiado de D. Domingos Anes não nos permitem elaborar um comentário completo sobre a estratégia que adotou para administrar o património. Contudo, a existência de um prazo aponta no sentido de que uma clara política de gestão dos bens monásticos estava a dar os primeiros passos, tal como acontecia em alguns dos abadiados anteriores.

- *D. Pedro Anes (1291 – 1307)*

D. Pedro Anes foi o último abade de Pedroso na cronologia definida para este estudo.

A primeira referência documental a este monge aparece num litígio, que contrapôs os Mosteiros de Pedroso e de Bustelo, sobre a posse dos bens de Rui Vasques. Os bens detidos pelo mosteiro do Bustelo eram então pretendidos por Pedroso<sup>218</sup>.

Este abadiado é marcado, em primeiro lugar por prazos, que representam aproximadamente 50% do corpus documental, em que o abade é mencionado; e em segundo lugar, por sentenças. Quanto ao primeiro tipo de documentos destacamos o empenhamento de 4 casais, 2 em Serém (c. Águeda) e 2 em Macinhata do Vouga (c. Águeda), a Pedro Afonso Ribeiro por apenas uma vida<sup>219</sup>; e o prazo em duas vidas, de 6 casais situados em Santiago de Riba-Ul<sup>220</sup> (c. Oliveira de Azeméis), a D. Pedro Anes Coelho<sup>221</sup> e mulher Margarida Esteves [de Teixeira]<sup>222</sup>.

---

<sup>216</sup> A.U.C., Pergaminhos Latinos do século XIII, gav. 7-A, nº 21 (Doravante indicarmos a cota do documento A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. , nº ).

<sup>217</sup> A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 27.

<sup>218</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 12.

<sup>219</sup> A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 30.

<sup>220</sup> A.U.C., Pergaminhos do século XIV, gav. 8-A, nº 49 (Doravante indicarmos a cota do documento A.U.C., P. séc. XIV, gav. , nº ).

<sup>221</sup> Refira-se que o D. Pero Anes Coelho a quem é feito o empenhamento, ocupou entre 1296 e 1297 o cargo de meirinho-mor do reino (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de Doutoramento, p. 1243 (Doravante indicaremos esta obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas...*, p. ).

Este indivíduo aparece também bem documentado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. por José Mattoso), In *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, Vol. II, Tomo 1-2. Lisboa: Academia das Ciências. (LL 32E5; 36A9-10; 4507).

<sup>222</sup> Apesar de no nosso documento não estar mencionado o apelido da outorgante, com base no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro e tendo em conta o seu matrimónio com Pero Anes Coelho, somos capazes de a identificar como Margarida Esteves de Teixeira (LL32E5).



No que diz respeito às sentenças evidenciamos o litígio que opôs D. Pedro Anes, e o convento do Mosteiro de Pedroso a D. Aldonça Rodrigues de Telha, acerca dos limites do couto de Assilhó (c. Albergaria-a-Velha) e da aldeia de Angeja<sup>223</sup> (c. Albergaria-a-Velha). Este conflito reveste-se da maior importância devido à condição social de D. Aldonça Rodrigues de Telha. Segundo os *Livros de Linhagens* esta foi barregã de D. Dinis, de quem teve um filho, Afonso Sanches de Portugal<sup>224</sup>. José Augusto de Sottomayor-Pizarro dá-nos ainda a conhecer um outro litígio, do mesmo âmbito e sobre bens no mesmo local, entre D. Aldonça Rodrigues de Telha e o Mosteiro de Grijó<sup>225</sup>. Apesar da proximidade entre ela e o monarca, D. Dinis acabou por privá-la do usufruto de alguns dos bens, tomando o partido do mosteiro de Grijó.

No conjunto de documentos que analisamos sobre este abade destacamos ainda a doação de propriedades em Molhudos, em 1307<sup>226</sup>; e a compra de 1 herdade e de bens em Lusinde (c. Penalva do Castelo), em Março de 1305<sup>227</sup>.

Sobre este abade não obtivemos informações de âmbito pessoal. Contudo, a nível monástico, D. Pedro Anes foi um abade bastante ativo. Tal como temos vindo a verificar, os prazos foram ganhando lugar de destaque na administração dos abades, pelo menos a partir da segunda metade do século XIII. Porém, é muito possível que apenas neste abadiado tenham assumido um papel verdadeiramente preponderante na gestão dos bens detidos pelo Mosteiro de Pedroso, podendo-se até antever uma mudança na forma de gerir o património monástico.

A política de aquisição patrimonial praticada pelos primeiros abades vai dando lugar a uma manutenção dos bens já na posse do mosteiro, sendo este último abadiado, acreditamos nós, o ponto de viragem e o início de uma nova forma de administração em Pedroso.

### 3.2 A comunidade

Nas grandes instituições monásticas o abade tinha a seu cargo um vasto número de funções, contando com alguns monges da comunidade para o auxiliar. Foi neste âmbito que surgiram os oficiais já previstos pela Regra de São Bento, e que nomeados pelo abade

---

<sup>223</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 20.

<sup>224</sup> A referência à barregania não é direta mas é inegável “*filho d’el rei dom Diniz, de gaança, e de dona Aldonça Rodrigues de Telha*” *Livros Velhos de Linhagens*. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980 (LD 6BG10).

<sup>225</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas*..., p. 181.

<sup>226</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8-A, nº 56.

<sup>227</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8-A, nº 55.

se encarregavam de funções específicas. Procederemos então a uma breve descrição dos vários oficiais e quando possível faremos referência a alguns monges do Mosteiro de Pedroso, que desempenharam tais cargos.

### 3.2.1 Prior

Na hierarquia beneditina, logo após o abade encontramos o prior, designação usada pelos cluniacenses, que significa “primeiro na ordem dos irmãos ou monges”<sup>228</sup>. Este oficial está mencionado na Regra de São Bento como *praepositus*, e na ausência do abade, este tem a seu cargo a disciplina, a orientação espiritual da comunidade e a gestão dos domínios.

O prior tem ainda um papel fundamental na eleição do abade. Depois de conseguir do seu mosteiro a autorização para a eleição, comunica a vacância ao abade de Cluny, convoca os elementos responsáveis pela sua nomeação, e por fim, presidia à cerimónia.

Segundo José Mattoso, nos mosteiros da diocese do Porto até ao século XIII, o prior não foi uma figura muito relevante, sendo este facto consequência “do seu papel apagado em comunidades pouco numerosas”<sup>229</sup>. No Mosteiro de Pedroso, entre 1212 e 1307, este oficial parece ter continuado a não ter um papel preponderante na comunidade, existindo apenas referências a sete priores no período em estudo. Passemos então à descrição de algumas informações relativas a estes oficiais.

- *João Miguéis*

Este monge, de acordo com a nossa documentação, ocupou o cargo de prior entre 1228 e 1234. Figura portanto, em duas doações e uma sentença: a primeira de Dezembro de 1228<sup>230</sup>; a segunda de Abril de 1234<sup>231</sup>; e por fim, o terceiro ato de Agosto de 1230<sup>232</sup>. Sabemos ainda, que em 1236, João Miguéis já ocupava o ofício de abade<sup>233</sup>.

---

<sup>228</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 81.

<sup>229</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 182.

<sup>230</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40.

<sup>231</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7.

<sup>232</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 43.

<sup>233</sup> Para saber mais sobre o abadiado de D. João Miguéis ver o subcapítulo 3.1.- Abade.

- *Domingos Esteves*

A única referência a Domingos Esteves como prior encontra-se numa doação datada de Março de 1234. Todavia, este ato representa uma situação diferente dos restantes, pois no documento em questão aparece referido como prior Domingos Esteves e João Miguéis como *praepositus*. Como referimos, anteriormente, o termo *praepositus* é mencionado na Regra para referir o cargo de prior. Estamos assim perante a existência de dois priores na mesma instituição monástica. Segundo Joana Lencart, podem existir dois monges a ocupar o mesmo cargo em simultâneo: o prior e o prior claustral. De acordo com a mesma autora o segundo estaria subordinado ao primeiro<sup>234</sup>. Poderá ter sido por este motivo, que num mesmo documento, constaram dois monges a desempenhar o mesmo cargo.

Domingos Esteves é eleito abade por volta de 1242, tendo o abadiado mais longo na cronologia em estudo<sup>235</sup>

- *Domingos Anes*

Domingos Anes é mencionado como prior num litígio que opôs Domingos Esteves, abade de Pedroso, a Pedro Martinho e sua mulher, no ano de 1248<sup>236</sup>. Porém, só em 1282 viria a ocupar o cargo de abade<sup>237</sup>, ficando provavelmente nesta função até 1291, ano em que temos a primeira referência ao seu sucessor.

- *Domingos Gonçalves*

Em 1266, Domingos Gonçalves aparece referido como prior da abadia pedrosense. Neste prazo, o dito monge, na qualidade de representante do mosteiro, empraça a Estevão Rodrigues 2 casais, um situado no Souto (c. Santa Maria da Feira) e outra no lugar da Vila<sup>238</sup>. Na documentação que analisamos não encontramos mais nenhum cargo desempenhado por este monge.

---

<sup>234</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 81.

<sup>235</sup> Para saber mais sobre o abadiado de D. Domingos Esteves ver o subcapítulo 3.1.- Abade.

<sup>236</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26.

<sup>237</sup> Para saber mais sobre o abadiado de D. Domingos Anes ver o subcapítulo 3.1.- Abade.

<sup>238</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 30.

- *Fernando Peres*

Numa sentença de 1271, que pôs termo ao conflito entre D. Domingos Esteves, abade de Pedroso, e os seus religiosos, encontramos mencionado como prior Fernando Peres<sup>239</sup>. Acerca deste monge não obtivemos no nosso *corpus* documental, informações adicionais relacionadas com a sua vida monástica. Por este motivo, não somos capazes de uma análise mais completa.

- *Pedro Viegas*

Num prazo datado de seis de Janeiro de 1272, Pedro Viegas, prior, e o convento do Mosteiro de Pedroso, emprazam a Sancha Peres de Azevedo e a seus filhos Teresa Peres e Gonçalo Peres, 1 casal em Azevedo (c. Santa Maria da feira)<sup>240</sup>. A partir deste ato, ficamos a saber que Pedro Viegas esteve, num período que não conseguimos balizar, no comando da abadia pedrosense. Hipótese, porventura verosímil, é de que o abade de Pedroso estaria nessa mesma altura ausente. Apenas deste modo, somos capazes de compreender o facto de o prior aparecer como primeiro outorgante deste ato.

- *João Martinho*

Este monge apresenta uma certidão do registo de cinco cartas de D. Afonso III em 1285, sendo o último prior que encontramos referido na documentação examinada. É importante salientar, que existe uma grande probabilidade de João Martinho não ter ocupado mais nenhum cargo no cenóbio pedrosense, tendo em conta que não é mencionado em mais nenhum pergaminho.

### 3.2.2 Ecónomo

O ofício de camareiro, ou ecónomo, não é mencionado na Regra. Todavia, ao que tudo indica, tornou-se numa função de grande destaque nos mosteiros beneditinos. Este monge tinha a seu cargo a administração das finanças monásticas, estando por isso também responsável pelo cartório, pelos arquivos, e pelo cadastro de bens do mosteiro.

Além destas funções, o ecónomo tinha ainda a seu cargo “a obrigação de fornecer o vestuário dos monges e as peças de dormir dos mesmos”<sup>241</sup>. Segundo o *Costumeiro de Pombeiro*, na Quinta-Feira Santa, este oficial distribuía sapatos novos pelos monges da

---

<sup>239</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 40.

<sup>240</sup> A.U.C, P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 26.

<sup>241</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 83.

sua comunidade e entregava os velhos aos pobres, juntamente com alguns denários. Na vigília de São Martinho dava ainda 4 polainas aos monges e aos hóspedes que estavam no mosteiro<sup>242</sup>.

Tendo em conta as suas funções, é muito natural que a figura do ecónomo se tenha revestido de maior importância na administração das instituições cluniacenses. Não obstante, no corpus documental em estudo, não é possível detetar quaisquer referências à existência deste oficial na comunidade de Pedroso.

### 3.2.3 Esmoler

O esmoler tem como principal missão o exercício da caridade em nome da instituição monástica a que pertence. Desde hospedar peregrinos a ajudar os mais pobres, este oficial tem funções ligadas à solidariedade e à bondade, não tendo por isso qualquer tipo de ligação com as funções administrativas do mosteiro, ao contrário do ecónomo.

De acordo com o *Costumeiro de Pombeiro* este oficial é também responsável por acondicionar o pão e o vinho destinado a repartir pelos pobres na Páscoa, recolher as sobras das refeições dos monges para dar aos mais necessitados, e distribuir as roupas e sapatos velhos dos monges pelos indigentes<sup>243</sup>.

O esmoler era auxiliado nas suas tarefas pelo *elemosinarius minor* e pelos *famuli elemosinarii*<sup>244</sup>.

Novamente, nos documentos que analisamos, não encontramos nenhuma referência a este oficial na comunidade de Pedroso, entre 1212 e 1307.

### 3.2.4 Celeireiro

Segundo a Regra de São Bento, o cargo de celeireiro tem de ser desempenhado por um homem sábio, de bons costumes e de carácter sóbrio. Apesar de quase caricatural a descrição do monge ideal para ocupar este ofício não deixa de ser bastante pragmática e assertiva. Não deve comer muito, ser preguiçoso, nem desleixado, mas sim temente a Deus. Deve ser para a comunidade como um pai, porém não deve fazer nada sem a autorização do abade.

---

<sup>242</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*, p. 183.

<sup>243</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 90.

<sup>244</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 90.

Dentro das suas responsabilidades a Regra atribuía-lhe o cuidado dos enfermos, das crianças, dos pobres e dos hóspedes, providenciando tudo para que estes tenham uma vida digna<sup>245</sup>.

Em suma, as funções atribuídas ao celeireiro por São Bento aproximavam-se muito das funções do abade. Contudo, na prática, com o passar do tempo outros oficiais surgiram, e algumas das tarefas que eram inicialmente incumbência deste monge foram distribuídas por diversos religiosos. O celeireiro passou então a ter como principal função o provimento e distribuição dos alimentos pela comunidade. Segundo Joana Lencart, devia este oficial melhorar a dieta dos doentes, provendo carne sempre que fosse necessário, e gerir a cozinha e o refeitório<sup>246</sup>. Reconhecia-se assim a necessidade de prover os doentes com uma alimentação diferenciada, quiçá, menos “austera” do que aquela que os monges habitualmente tinham.

Naturalmente, pela complexidade inerente ao cargo, o celeireiro tinha vários colaboradores. O sub-celeireiro tinha como principal função vigiar o serviço da cozinha chegando mesmo, nos períodos em que o celeireiro estava ausente, a ocupar o seu cargo. Existiam ainda o *cellerarius minor* e os *famuli cellerarii*, que posteriormente seriam designados por ovençais<sup>247</sup>. Um único documento por nós analisado refere a existência do celeiro de Pedroso. Embora não seja possível aferir o nível de riqueza deste, o certo é que o seu controle foi disputado tanto pelos monges como pelo abade do mosteiro, originando um conflito que obrigou à intervenção do abade de Santo Tirso<sup>248</sup>. A sentença então promulgada por este informa-nos claramente que alguns casais e 1 seara estavam adstritos ao celeiro (e à vestiaria do convento), assegurando assim o provimento do necessário à subsistência dos monges.

### 3.2.5 Refeitoreiro e Encarregado da adega

O refeitoreiro (*refectorarius*) estava responsável pelo refeitório, tendo em sua posse a segunda chave deste local. O oficial tinha como dever presidir às atividades do refeitório e arrumação das mesas das refeições, colocar o pão nas mesas, e servir o vinho ao abade e restantes monges. O *Costumeiro de Pombeiro* refere ainda, além do

---

<sup>245</sup> RB, Fol. 18; 9 – 19; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 98.

<sup>246</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 84.

<sup>247</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 84.

<sup>248</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 40.

refeitoreiro, o refeitoreiro-mor que tinham como principal função a distribuição de vinho<sup>249</sup>.

No total este oficial tinha três monges que o assistiam nas suas funções. Cada um deles era incumbido de uma tarefa que podia variar entre “estender as toalhas nas mesas antes das refeições”<sup>250</sup>; “pôr em cada lugar uma faca”<sup>251</sup>; e colocar “pão em quantidade suficiente”<sup>252</sup>.

Por sua vez, encarregado da adega ocupava-se da preparação do vinho e do pão que eram servidos nas refeições, e estava sobre a alçada do refeitoreiro.

Tanto o primeiro como o segundo eram auxiliados pelos *famuli quoquine* (ovençais da cozinha), e pelos *famuli potegarii* (ovençais da adega)<sup>253</sup>.

Estes oficiais não são mencionados na documentação que analisamos, sendo por isso impossível elaborar uma descrição biográfica de monges de Pedroso que tenham ocupado qualquer um destes cargos.

### 3.2.6 Sacristão

O sacristão (*apocrisarius*) tem a seu cargo a igreja, a sacristia, o culto e os utensílios utilizados no mesmo. De entre muitas tarefas, este oficial fornece a cera, o incenso e os óleos usados nas cerimónias; zela pelo bom estado dos livros de culto e dos paramentos sacerdotais; é responsável pela abertura e encerramento das portas do templo sagrado; e preside à produção das hóstias e lavagem das alfaias litúrgicas.

Segundo o *Costumeiro de Pombeiro* este oficial é normalmente o responsável por tocar a matraca; distribuir as vestes sacerdotais pelos monges e arrumá-las; preparar o altar e as velas para a iluminação da igreja e das procissões; e principalmente pela manutenção da igreja e da sacristia.

À semelhança de outros ofícios, o sacristão também tem monges que o assistem no desempenho das suas tarefas: o sacristão-mor, os secretários e os *custos aecclesiae*.

No Mosteiro de Pedroso existia um tesouro como atesta a referência a uma doação feita em 1228<sup>254</sup>. Tal como acontecia em outras instituições, é possível que o sacristão

---

<sup>249</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 85.

<sup>250</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 84.

<sup>251</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 84.

<sup>252</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 84.

<sup>253</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p. 85.

<sup>254</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40.

fosse também o responsável pelos bens que aí se guardavam, até porque, certamente, contavam-se entre eles as patenas e os cálices mais valiosos destinados ao ofício divino.

Quando procedemos à análise dos documentos de Pedroso verificamos a existência de duas referências a um monge a ocupar o ofício de sacristão. Passemos então apresentar as informações que encontramos.

- Domingos Anes

Existem duas menções a este monge como sacristão do Mosteiro de Pedroso. A primeira é de Março de 1234, na qual Fernando Mendes, abade do Mosteiro de Pedroso doa aos seus religiosos 1 herdade em Alheira (c. Vila Nova de Gaia). Domingos Anes, sacristão, aparece como testemunha deste ato<sup>255</sup>. No mês seguinte, numa outra doação do mesmo abade, o monge Domingos Anes, aparece mais uma vez a desempenhar este cargo<sup>256</sup>. Desconhecemos, portanto, a duração do exercício do cargo de sacristão por este monge. As duas doações foram demasiado próximas para que seja possível retirar alguma conclusão acerca do assunto. No entanto, o que sabemos com toda a certeza, é que entre Março e Abril de 1234, Domingos Anes ocupou de facto o ofício em análise.

### 3.2.7 Encarregado dos livros

Este oficial, designado na nossa documentação por *armarius*, tinha a seu cargo a conservação dos livros; a escolha das escrituras lidas nas eucaristias; e a administração do *scriptorium*. Era ainda responsável pela seleção e distribuição dos livros que os monges deveriam ler durante o ano. Estes eram entregues durante Quaresma, ficando em posse do *armarius* uma listagem dos livros emprestados. Nas sés catedrais, como é o caso da arquidiocese de Braga, as funções adjudicadas a este ofício correspondiam normalmente ao chantre<sup>257</sup>.

Além das tarefas relacionadas com os livros, segundo o *Costumeiro de Pombeiro*, este oficial estava também incumbido de várias tarefas ligadas ao coro. A título de exemplo destacamos a direção do coro; a escolha das orações; a organização de certas procissões; e a distribuição dos *diurnales* pelos monges, na Quinta-feira Santa<sup>258</sup>.

---

<sup>255</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6.

<sup>256</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7.

<sup>257</sup> Sobre este assunto veja-se CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga...*, p. 106-107.

<sup>258</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...* p.88 – 89.



No *Costumeiro de Pombeiro* existem várias menções a ajudantes deste oficial, tais como ao *armarius maior*, com funções muito similares ao primeiro, e ao *praecentor*, com tarefas exclusivamente ligadas aos cânticos<sup>259</sup>.

Para além dos livros, os documentos avulsos que atestavam a posse de propriedades por parte do mosteiro eram possivelmente elaborados sob a sua supervisão, ou mesmo pelo seu próprio punho. Dado a importância do seu conteúdo, os pergaminhos poderiam ser conservados no tesouro do mosteiro. Se tal situação se verificasse também em Pedroso, o *armarius* teria, tal como o sacristão, acesso a esse espaço reservado.

O encarregado dos livros não é um ofício mencionado na documentação que analisamos, sendo-nos, portanto, impossível avançar informações sobre monges de Pedroso que tenham ocupado tal cargo.

### 3.2.8 Mestre dos meninos

Os monges responsáveis pela instrução das crianças designavam-se de *magistri*, sendo que a diferença entre o número de monges a ocupar este ofício e o número de crianças deveria ser muito pequeno<sup>260</sup>. É importante mencionar que em pequenas comunidades este cargo era desempenhado por monges do coro que sabiam ler e escrever<sup>261</sup>, havendo assim acumulação de funções.

Os mestres ensinavam diversas matérias desde as letras, ao canto e à liturgia, pois a educação destas crianças era feita com o intuito de estas participarem ativamente no ofício divino<sup>262</sup>.

Além do ensino, os *magistri* ajudavam nas atividades que decorriam na igreja e, ocasionalmente, tinham a seu cargo o toque da campainha<sup>263</sup>.

Segundo os costumes de Cluny, em cada cenóbio deveriam existir dois monges incumbidos da educação das crianças, mas José Mattoso defende a existência de um número maior de mestres nas instituições monásticas. Entre estes oficiais estava o *magíster maior*, que desempenhava as responsabilidades mais pesadas.

---

<sup>259</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p.89.

<sup>260</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p.91.

<sup>261</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*..., p. 183.

<sup>262</sup> Sobre o ensino ministrado em escolas monásticas veja-se GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os Diplomas Privados em Portugal dos séculos IX a XII*..., p. 45-82. E CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*..., p. 115-118.

<sup>263</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro*...p.91.

Tal como aconteceu com outros cargos, o corpus documental da presente investigação, não menciona nenhum monge de Pedroso que tenha ocupado este ofício, vendo-nos assim obrigados a terminar a nossa explanação acerca dos *magistri*.

### 3.2.9 Enfermeiro

Nos mosteiros existia um espaço destinado aos doentes, designado de *domus infirmorum*. Este espaço, por razões óbvias, estava edificado à parte do restante cenóbio, tendo como seu responsável o *infirmarius*. As funções deste oficial consistiam então em cuidar da saúde e da vida espiritual<sup>264</sup> do enfermo.

Sabemos que em Pedroso existia uma enfermaria, onde eram cuidados os monges do mosteiro. A ela se destinavam os frutos de 1 herdade doada pelo abade D. Fernando Mendes em Abril de 1234<sup>265</sup> e a seara que D. Domingos Esteves deveria dar ao prior e convento de Pedroso para subsistência da vestiaria, celeiro e enfermaria<sup>266</sup>, conforme sentenciou o abade D. Álvaro Martins, abade de Santo Tirso. Contudo, mais uma vez, a documentação que analisamos não nos facultou informações sobre monges que tenham desempenhado o cargo de enfermeiro no Mosteiro de Pedroso.

### 3.2.10 Hospedeiro

Tal como o próprio termo indica, *hospitalarius* era o monge responsável por receber os hóspedes e os peregrinos mais ilustres. Estes eram acolhidos num edifício distinto do mosteiro, situado fora do claustro.

O *hospitalarius* tinha a seu dispor um ou dois monges auxiliares e vários servidores particulares, para o coadjuvarem no acolhimento e serviço aos hóspedes.

---

<sup>264</sup> Apesar de estarem doentes, os monges continuam a estar “sujeitos a uma certa disciplina e a certas obrigações da vida regular”. SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro...* p. 92.

<sup>265</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7.

<sup>266</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 40. “Determinamos ainda que o Prior e convento tenham, entre outras coisas, para a subsistência da vestiaria e do celeiro, na medida em que o Prior e o convento o julgarem oportuno, os casais de Baza, em que reside, neste momento, Fernando Mendes, e o casal de Vilar, onde mora Soeiro Mendes, com todos os seus direitos e pertenças. Igualmente, que, além do restante, tenham também para subsídio das ovenças da vestiaria, do celeiro e da enfermaria (...) a seara de Catala, junto ao mosteiro, na qual façam vinhas, lagares e casas, na medida em que isso seja necessário para a sua subsistência.” CORREIA, Francisco Carvalho - *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588...*, p. 322.

A Regra de São Bento estipula que quando um hóspede chega ao mosteiro, o superior pode quebrar o jejum, exceto se for um dos principais dias destinados à abstinência<sup>267</sup>.

No corpus documental analisado não obtivemos referências à existência deste oficial no Mosteiro de Pedroso.

### 3.2.11 Vigilantes do mosteiro

Os *circatores* eram os oficiais encarregues de fazer uma ronda, por todo o mosteiro, para verem se os restantes monges estavam a cumprir as suas tarefas, ou se pelo contrário, se entregavam “ao ócio e às conversas”<sup>268</sup>.

Tal como aconteceu com diversos ofícios previstos pelo *Costumeiro de Pombeiro*, o cargo de *circatores* não é mencionado nos documentos selecionados para a atual investigação. Contudo existem cargos que não estando referidos no *Costumeiro*, nem previstos na Regra, são mencionados na documentação de Pedroso. São estes o porteiro e o capelão.

Como porteiro do cenóbio pedrosense temos Nuno Martins<sup>269</sup>, Domingos Peres<sup>270</sup>, Geraldo Pais<sup>271</sup> e Rodrigo Pais<sup>272</sup>. Por sua vez, Mendo Peres<sup>273</sup>, Estevão Martins<sup>274</sup>, André Esteves<sup>275</sup> e João Esteves<sup>276</sup> ocuparam o cargo de capelão.

Como pudemos perceber a comunidade de Pedroso foi parte integrante do mosteiro, organizando-se em prol do bem da instituição, tendo por isso, elementos da sua comunidade que contribuíram inegavelmente para a expansão patrimonial deste mosteiro. Passemos agora a conhecer estes bens.

---

<sup>267</sup> RB, Fol. 25 - 25v; 23 - 27; COSTA, Sara Figueiredo - *A Regra de S. Bento em Português...*, p. 124 e 126.

<sup>268</sup> SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e - *O Costumeiro de Pombeiro...*p. 93.

<sup>269</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 22.

<sup>270</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26 / A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 3.

<sup>271</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 35.

<sup>272</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 7.

<sup>273</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 35.

<sup>274</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 38.

<sup>275</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 16.

<sup>276</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 18.

## Capítulo 4 – Património do Mosteiro de Pedroso (1212-1307)

A prosperidade financeira de um mosteiro depende de dois fatores: o volume de património e a forma como os monges administram o mesmo. O Mosteiro de São Pedro de Pedroso, como seria de esperar, não foi exceção. Destinatário de inúmeras doações, que contribuíram exponencialmente para o aumento do património monástico, não se teria transformado na importante instituição que conhecemos sem a administração sólida e ativa dos seus abades.

O presente capítulo, porventura o núcleo desta dissertação, tem como objetivo primordial dar a conhecer, de forma detalhada, o património detido por Pedroso entre 1212 e 1307. Num primeiro momento, abordaremos as formas como o património monástico foi gradualmente construído e a sua localização. Acerca da última, procederemos também à comparação entre o património detido pelo mosteiro em dois períodos distintos: 1072 – 1200 e 1212 - 1307. O primeiro intervalo cronológico foi estudado por José Mattoso, o que tornará possível fazer um contraponto com as nossas próprias conclusões. Esta confrontação de dados permitirá, esperamos nós, uma maior compreensão da evolução do património do mosteiro; e acima de tudo, enriquecerá sobremaneira a nossa análise. Por fim, abordaremos a sua constituição e as formas de rentabilização dos bens.

Porém, antes de passarmos ao tratamento sistemático da informação recolhida existem algumas adendas metodológicas a ser feitas. No que diz respeito ao acervo documental analisado, foi essencial distinguir os documentos originais das cópias, reunindo as segundas num grupo à parte. Assim sendo, na contagem dos bens e nas representações cartográficas, não contabilizamos os bens referidos neste último tipo de pergaminho, para deste modo, evitar a duplicação de património, que alteraria a verdade dos resultados obtidos. Contudo, sempre que se justificou, fizemos alusão às cópias disponíveis, nomeadamente no que respeita à descrição das tipologias de aquisição ou exploração patrimonial.

Da mesma forma que definimos alguns critérios para agrupar os documentos em categorias<sup>277</sup>, fomos obrigados a repetir o procedimento para a contagem dos atos. Acontece que alguns pergaminhos encerram dentro de si vários atos, explicando assim a

---

<sup>277</sup> Ver Capítulo 1, onde reunimos em diversas categorias os pergaminhos que constituem o nosso acervo documental. É de notar, que as categorias definidas estão de acordo com as formas de adquirir e gerir o património.

diferença que observamos entre o seu número e o de documentos. Exemplo que contribui para esta discreta disparidade é a carta de 22 de Julho de 1279, onde Martim Peres de Alheira, e sua mulher Amada Martins, doam ao Mosteiro de Pedroso tudo o que possuíam. Em reconhecimento deste ato, o Mosteiro empraza a estes indivíduos o casal onde habitavam<sup>278</sup>. Como é possível verificar, dentro do mesmo documento temos um ato de doação, e um ato de emprazamento. Da mesma forma, existe um documento de Fevereiro de 1259, que contém cinco prazos e um escambo<sup>279</sup>. Este pergaminho é um exemplo particularmente rico que ilustra uma política continuada de gestão.

A contagem dos elementos que constituem o património monástico também não constituiu um processo fácil. Para isso, tivemos que definir algumas normas. Quando no documento não aparece discriminado o número de bens detidos, doados, comprados, emprazados, ou até na origem de disputas, procedemos de duas maneiras distintas: se a designação da propriedade surge no singular optámos por considerar apenas uma unidade; por sua vez, sempre que a indicação do bem apareceu no plural decidimos considerar duas unidades. A título de exemplo, sempre que no documento aparecia “*hereditas*”, contabilizamos uma herdade; e sempre que aparece “*hereditates*” consideramos duas. Sabemos de antemão que esta metodologia poderá ter distorcido, de algum modo, a realidade patrimonial de Pedroso, mas não deixa por isso de ser a aproximação possível.

Passemos então à reconstituição patrimonial dos bens do Mosteiro de Pedroso.

#### **4.1 Formação do património monástico**

Na preparação para esta investigação deparamo-nos com vários estudos sobre instituições monásticas que tinham um elemento transversal a todos eles: a análise da formação do património através de três formas jurídicas, as doações, as compras e os escambos. Estes são, *grosso modo*, os principais modos de aquisição de bens ao dispor de uma instituição monástica. Atentemos ao facto que apesar do escambo ser, em termos rigorosos, uma forma de organizar o património monástico, também é verdade que o cadastro de bens é alterado com este ato. Mas, sobretudo o escambo permite ao mosteiro adquirir propriedades mais fáceis de rentabilizar, ou mesmo mais ricas, em troca de outras de menor valor. Pelas razões enunciadas, optamos por incluir este tipo de ato jurídico no grupo dos documentos alusivos à aquisição.

---

<sup>278</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, n° 28.

<sup>279</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, n° 38.

Como é possível verificar no gráfico seguinte, a maior “fatia” dos bens adquiridos por Pedroso provém de doações, correspondendo a 48 documentos (65%). Em menor número surgem as compras e os escambos, com 18(24%) e 8(11%) pergaminhos respetivamente. Apesar do volume de compras atingir um valor considerável, que reflete uma continuidade na política de aquisição encetada pelos primeiros abades de Pedroso, não é comparável ao volume de bens obtidos por doação. Por sua vez, os escambos apresentam um valor residual.

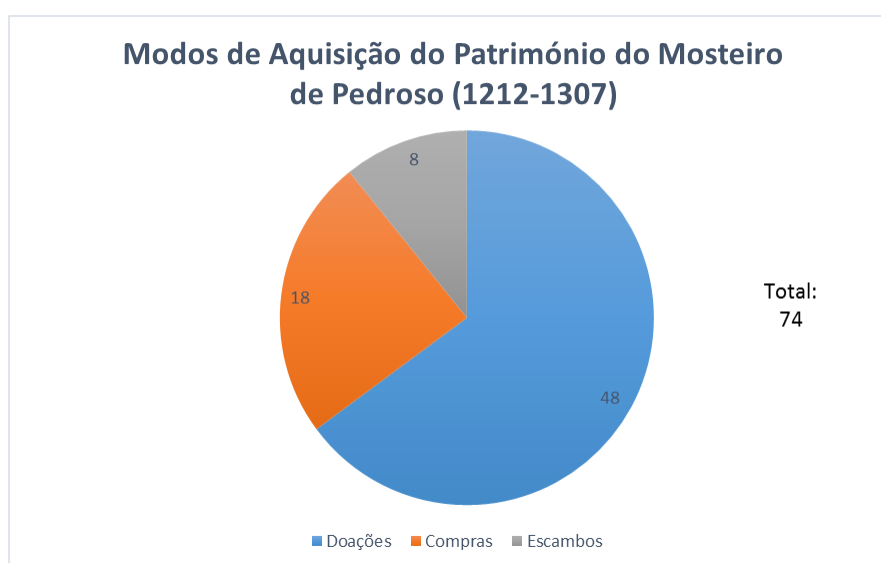


Gráfico 5 - Modos de Aquisição do Património do Mosteiro de Pedroso (1212-1307)

#### 4.1.1. Doação

Um dos principais meios de formação do património monástico é constituído pelas doações, sendo o Mosteiro de Pedroso um caso exemplar de crescimento económico assente neste tipo de documentos. No acervo por nós estudado contamos com 59 pergaminhos que titulam doações (sendo que 48 são originais e 11 são cópias). Apesar de não terem qualquer significado relativamente à aquisição de património, as cópias revelam sempre a necessidade que o mosteiro, em situações concretas, sentiu de afirmar a titularidade de um qualquer bem. Assim, por exemplo, em face a um litígio, é mandado fazer uma cópia que deveria integrar o processo judicial. Para facilitar a análise e compreensão da informação contida nos pergaminhos, procedemos a uma divisão das doações em três categorias: doações simples (não existe qualquer contrapartida para o doador); doações *post-mortem* (concessões que só surtem efeito para o mosteiro após a

morte do doador) e doações com encargos (acarretam obrigações para a instituição que recebe). Observemos então o gráfico seguinte, que representa o número de cada tipo de doações.

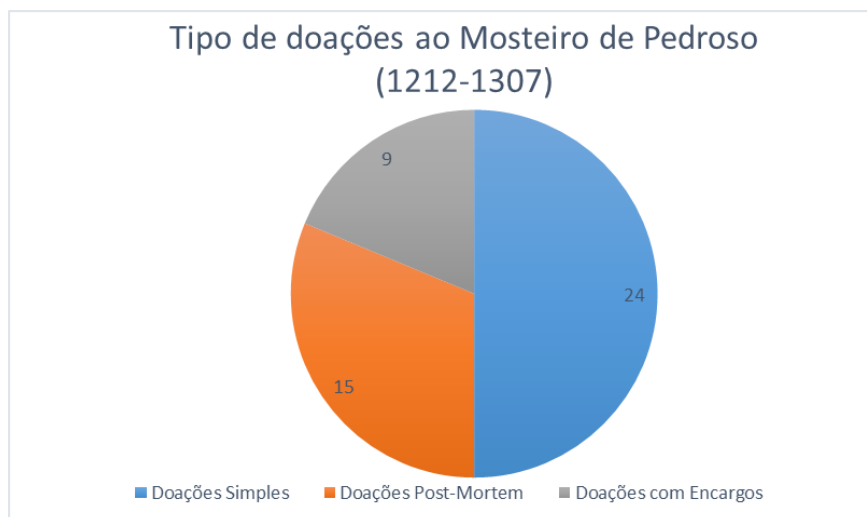
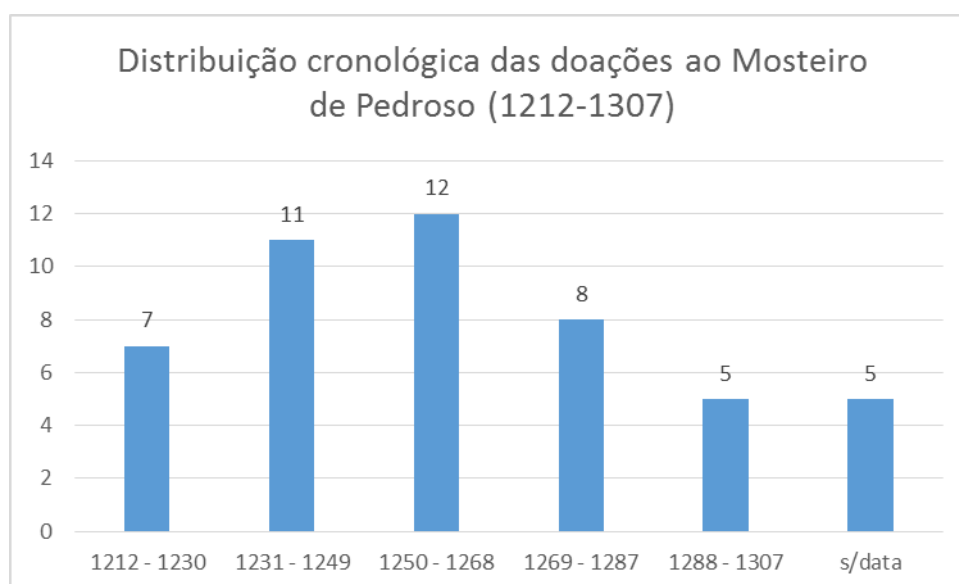


Gráfico 6 - Tipo de doação ao Mosteiro de Pedroso (1212-1307)

Como podemos observar, as doações simples encontram-se em maior percentagem (50%), seguindo-se as doações *post-mortem* com 31%, e por último temos as doações com encargos que representam apenas 19% do total das concessões. Daqui resulta que o tipo de doação mais benéfica para o mosteiro, ou seja, aquelas que não implicavam qualquer tipo de contrapartida e tinham efeito imediato, eram as mais frequentes. Por sua vez, o tipo de concessão mais prejudicial para o mosteiro, as doações com encargos, apresenta um valor menor, o que, a longo prazo, resultou no benefício do mosteiro, já que não terá exigido um esforço excessivo nas finanças da instituição em épocas posteriores. De qualquer das formas, de uma coisa estamos certas, Pedroso foi sempre beneficiado por estas dádivas.



*Gráfico 7 - Distribuição cronológica das doações ao Mosteiro de Pedroso (1212-1307)*

Por este gráfico podemos facilmente constatar que o mosteiro foi sempre, durante a cronologia em estudo, um polo de captação dos favores de particulares, e não apenas nos primeiros tempos da sua instituição. Nota-se no entanto, uma maior incidência de doações entre 1231 e 1268.

Na tabela seguinte é possível ficar a conhecer os bens adquiridos pelo mosteiro, através de doação.

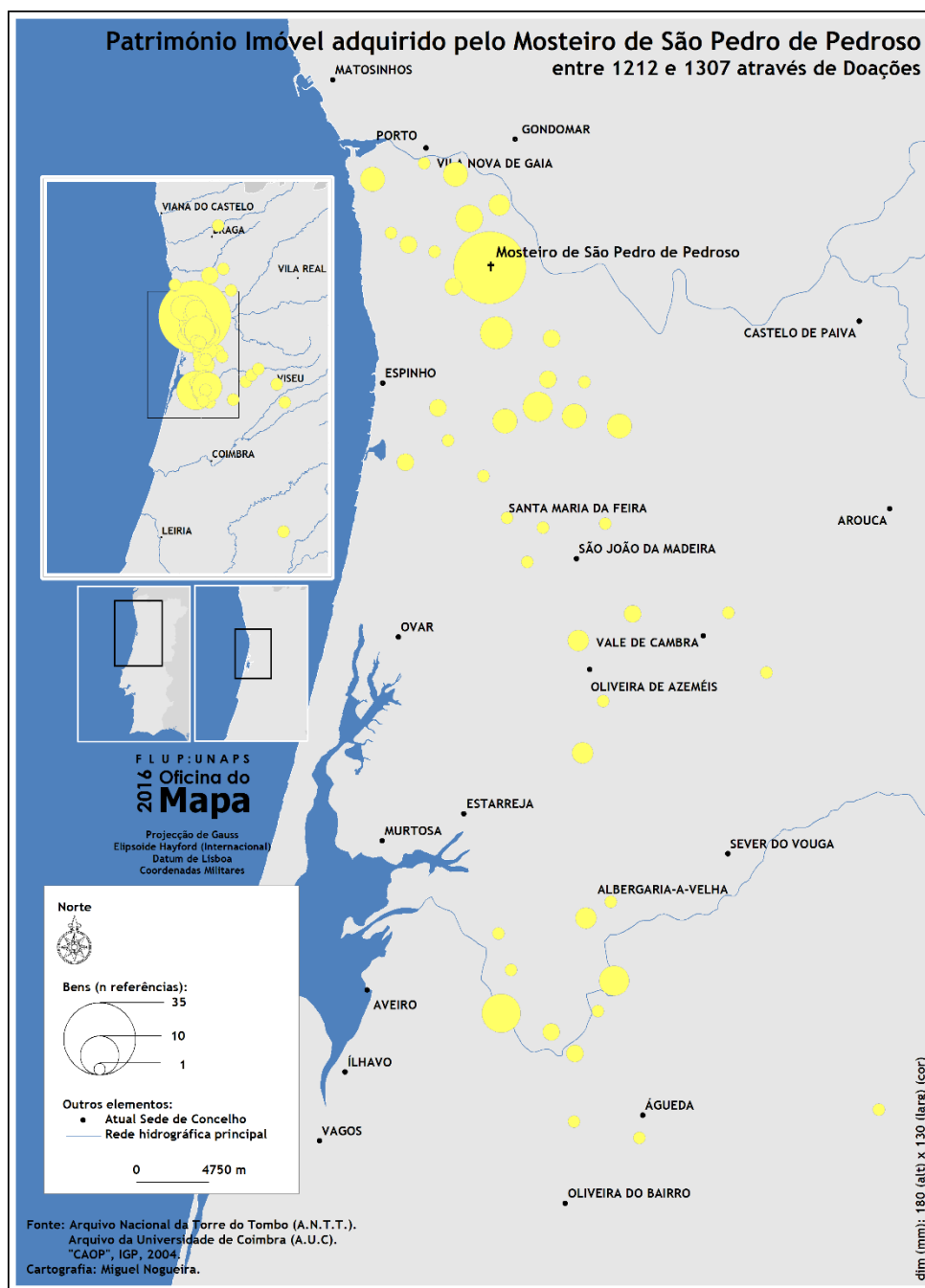


Data	Propriedade adquirida por Doação	Quantidade	Local	Fonte
1212	Herdade	1	Vila Maior	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 21
1214	Casal	2	Avintes	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 24
	Leira	1		
	Bens móveis			
1216/05	Quintã	1/3	S. Pedro do Sul	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 26, 27
	Casal	4	Sobreira Formosa	
1216/10	Casal	1	Lagonal	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 28
	Herdade	1/3		
1221/04	Quintã	2	Santiago de Riba Ul	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 32
1225	Casal	1/4	Lavandeira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 36
1228/12	Herdamento	1	Lavandeira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 40
	Casal	1/2	Prozelo	
	Bens móveis			
1234/01	Herdade	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 5
1234/03	Herdade	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 6
1234/04	Herdade	1	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 7
1236/03	Herdade	1/2	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 11
1237/01	Casal	1/2	Fiães	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 12
	Quintã	1		
	Seara	1		
1237/03	Herdade	1	Albergaria-a-Velha	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 13
1243	Casal	1	Não localizável	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 19
	Bens móveis			
1245	Casal	1	Mosteiró	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 20, 21, 22
	Casal	1	Santiago de Riba Ul	
	Herdade	1		
1246	Casal	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 24
1248/09/14	Casal	1	Macinhata do Vouga	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 27
1252	Casal	5	Louredo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 31
	Bens móveis			
1255/05	Casal	1	Lafões	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 37
	Casal	1	Viseu	
	Casal	1	Calambria	
	Casal	1	Vouga	
1257/01/06	Igreja	1	Macinhata do Vouga	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 3, 4 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 7
1260/01	Casal	1	Lavadores	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 10
	Herdade	2		
1261	Herdade	2	Linhares	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 12
	Leira	3		
1262	Herdade	1	Vilar do Paraíso	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 14
	Leira	2		
	Herdade	1	Seixezelo	
	Leira	2		
1262	Casal	1	Alijó	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 15
1263	Casa	2	Gaia	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 16
1263	Herdade	1	Lavadores	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 17
	Casal	1	Sanfanhos	
1264	Herdade	1	S. João de Loure	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 21
	Herdade	1	Paradela	
	Casal	1	Lobão	

1264	Herdamento	1	Asilhó	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 23
	Herdamento	1	Fontão	
1266	Casal	1	Elijó	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 27
1266/05	Herdade	1	Sanfalhos	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 28
1274	Herdamento	1	Afonsim	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 16
1274	Herdamento	2	Gondinhães	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 17
1277/06/20	Herdade	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 23, 24, 25
1279/07/16	Herdamento	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 27
1279/07/22	Herdamento	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 28, 29 / A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 16, 17 / A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 47
s/d	Vila	1/3	Esmoriz	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 32
	Igreja	1/4		
s/d	Casal	2	Paradela	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 35
	Casal	1	Canelas	
s/d	Casal	1	Paradela	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 36
	Casal	1	Codeçais	
	Casal	1	Casal	
	Quintã	1/2	Castro	
s/d	Casal	1	Lobão	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 37
	Herdade	1		
s/d	Casal	3	Louredo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 40
1280/07/01	Herdamento	1	Alheira	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 1
1283/07/20	Casal	1	Lourosa	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 5
	Leira	2		
1285/12	Herdade	1	Lavandeira	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 8
1293/01/04	Casal	1	Alheira	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 13
1288/08/25	Herdade	3	Vilar de Andorinho	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 26
1304	Padroado	1	Milheirós	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 53
1307	Herdamento	2	Não localizável	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 56

*Tabela 1 – Património adquirido por Doação*

A partir da observação da distribuição geográfica dos bens doados, no mapa seguinte, é possível retirar várias conclusões.



Mapa 1 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212-1307 através de Doações

Primeiro: existe uma concentração de bens doados junto ao mosteiro, que demonstra uma estratégia de Pedroso em aumentar o seu domínio junto ao couro monástico, política com vantagens evidentes, porque quanto mais próximo estivesse o seu património mais fácil era a sua gestão. Em segundo lugar, é possível aferir a existência de um núcleo patrimonial secundário, de menores dimensões, junto as margens do rio Vouga, próximo dos atuais concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda. Não é de admirar que as principais concentrações de bens estejam próximas de cursos fluviais,

nomeadamente, o Douro e o Vouga. Historicamente, as grandes massas de água, seja mar ou rios, sempre foram um fator agregador de comunidades, e portanto atrativas para as instituições monásticas em processo de formação patrimonial. Em terceiro lugar, existe um número considerável de bens algo dispersos, mas organizados segundo uma lógica, ligando assim os dois principais polos patrimoniais. Por fim, o Mosteiro de Pedroso detém também património doado a Sul do Vouga. No entanto, este conjunto apresenta uma configuração marcada pela dispersão e falta de coesão.

Em suma, a grande maioria dos bens doados localizam-se entre Douro e Vouga, mais concretamente, numa faixa longitudinal que liga os principais polos patrimoniais, presumivelmente onde se desenharia a estrada real que ligaria o Porto a Lisboa.

#### **4.1.2. Compra**

A compra de propriedades foi também, como referimos anteriormente, um método utilizado pelo mosteiro para a formação e alargamento do seu património. Porém, é importante salientar que este tipo de aquisição parece ter sido mais praticado nos primeiros tempos de existência de Pedroso. Entre 1072 – 1200<sup>280</sup> esta forma de aquisição foi bastante utilizada (26 documentos), o que demonstra uma postura muito enérgica, por parte dos abades, para renovar economicamente a instituição. Contudo, entre 1212 e 1307, o mosteiro parece ter assistido a alguma desaceleração neste processo, contando apenas com 18 compras para este segmento cronológico. O referido valor parece-nos ainda mais pequeno quando comparado com o número de doações (48). Se, por um lado o Mosteiro, ao receber muitos bens, já não tinha uma necessidade tão urgente de comprar património, por outro, não é fácil perceber porque é que tendo à disposição um maior volume de rendimentos provenientes dos bens doados, esses rendimentos não foram aproveitados no investimento em novas propriedades.

Na tabela seguinte estão representadas as propriedades que foram adquiridas pelo Mosteiro de Pedroso através de compras.

---

<sup>280</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny...*

Data	Propriedade adquirida por Compra	Quantidade	Local	Fonte
1212/09	Herdade	1	Lourosa	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 19
1212/10	Herdade	1	Lourosa	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 20
1213	Vinha	1	Valmaior	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 23
1217/02	Casal	1/3	Lamas	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 29
1217/08	Não identificável		Sanfanhos	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 30
1224	Casal	1/4	Lobel	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 35
1226	Herdade	1/4	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 37
1233/04	Herdade	1/2	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 3
1235/01	Casal	2	Gayate	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 8
	Marina	1/2		
1242/02	Herdade	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 23
1255/04	Herdade	1	Afonsim	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 36
1267	Herdade	1	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 31
	Moinho	1		
1274/10/08	Herdamento	1	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 15
1275/02	Casal	2	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 19
	Vinha	2		
	Cortinhal	2		
1276/05/14	Herdade	2	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 22
	Casal	1		
1285	Casal	1	Seixezelo	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 27
	Herdamento	1		
1301/02/20	Casal	1	Milheirós	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 46
1305/03/27	Herdamento	1	Lusinde	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 56
	Herdade	1		

Tabela 2 - Propriedade adquirida por Compra

Como podemos verificar na tabela anterior, os abades que mais compraram bens para o Mosteiro, entre 1212 e 1307, foram D. Nuno Viegas (1212-1223) e D. Domingos Esteves (1242-1275). Registados em nome do primeiro aparecem quatro compras, que correspondem a 2 herdades em Lourosa<sup>281</sup> (c. Santa Maria da Feira), 1 vinha em Valmaior<sup>282</sup> (c. Albergaria-a-Velha), 1/3 de um casal situado em Lamas do Vouga<sup>283</sup> (c. Águeda) e outras propriedades não identificáveis em Sanfanhos<sup>284</sup> (c. Vila Nova de Gaia). Por sua vez, para D. Domingos Esteves (1242 – 1275 (1280?))<sup>285</sup> contamos com seis compras, que transferiram para o mosteiro 3 herdades, 1 herdamento, 2 casais, 2 vinhas, 2 cortinhais e 1 moinho, localizados em Seixezelo<sup>286</sup> (c. Vila Nova de Gaia), Alheira<sup>287</sup>

<sup>281</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 19 /20.

<sup>282</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 23.

<sup>283</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 29.

<sup>284</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 30.

<sup>285</sup> Veja-se a explicação para esta datação crítica no subcapítulo 3.1 – Abade, no ponto dedicado a D. Domingos Esteves.

<sup>286</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 31 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 15, 19.

<sup>287</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 23.

(c. Vila Nova de Gaia) e Afonsim<sup>288</sup> (Vila Nova de Gaia). Apesar de D. Domingos Esteves ter comprado mais bens do que D. Nuno Viegas, isso não significa que tenha adotado uma política de aquisição patrimonial. De facto, apesar de o seu abadiado ser muitíssimo extenso, em comparação com o do seu antecessor, apenas regista seis compras, em oposição com as quatro realizadas pelo outro abade. Em suma, não obstante D. Domingos Esteves revelar algumas preocupações com o alargamento do património no espaço de origem, é muito possível que as compras realizadas por D. Nuno Viegas tenham tido uma maior importância para a formação de Pedroso.

Os restantes abades realizaram apenas seis compras, contribuindo de forma pouco expressiva para a formação do património de Pedroso com 1/4 de casal em Lobel<sup>289</sup> (c. Santa Maria da Feira), 3/4 de herdade em Alheira<sup>290</sup> (c. Vila Nova de Gaia), 2 casais e metade de uma marina em Gaiate<sup>291</sup>, 2 casais, 2 herdades e 1 herdamento em Seixezelo<sup>292</sup> (Vila Nova de Gaia), 1 casal em Milheirós<sup>293</sup> (c. Santa Maria da Feira) e por fim, 1 herdade e 1 herdamento em Lusinde<sup>294</sup> (c. Penalva do Castelo).

Como podemos perceber pelas localizações dos bens comprados, estes atos tinham objetivos muito específicos: aumentar o cadastro de propriedade e posse de bens em determinados locais, onde já existiam polos de património, nomeadamente, em Pedroso, em Santa Maria da Feira e em Albergaria-a-Velha, como aliás podemos ver no mapa seguinte.

---

<sup>288</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 36.

<sup>289</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 35.

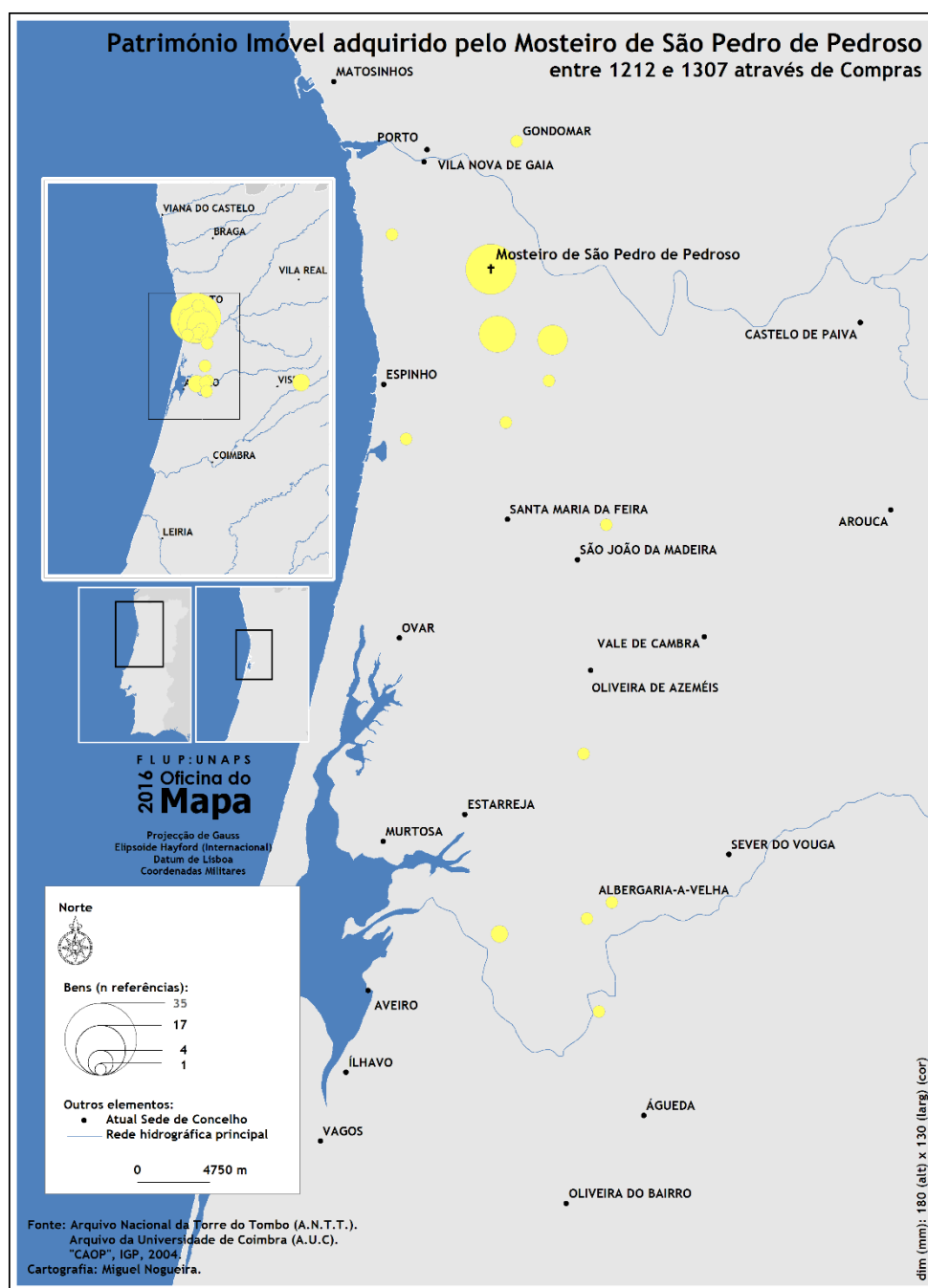
<sup>290</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 37 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 3.

<sup>291</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 8.

<sup>292</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 22 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 27.

<sup>293</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 46.

<sup>294</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 56.



Mapa 2 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 através de Compras

Por último, achamos pertinente referir que, em termos aproximados, o valor despendido pelo Mosteiro em compras entre 1212 e 1307, ronda os 420,5 morabitinos. Porém, existem compras que rondam os 74 morabitinos<sup>295</sup>, enquanto outras ficam-se pelos 3 morabitinos<sup>296</sup>. Esta discrepância de valores pode estar diretamente ligado à

<sup>295</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 22.

<sup>296</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 15.

importância da propriedade, mas também à oscilação do valor da moeda ao longo dos cerca de cem anos estudados.

#### 4.1.3. Escambo

Presentes de forma constante a partir dos finais dos anos cinquenta da centúria de duzentos, salvo uma exceção datada de 1232, os escambos foram a forma de aquisição que se registou em menor número de pergaminhos. Temos oito documentos desta natureza, que dizem respeito a vários tipos de bens, e que como seria de esperar, se localizavam em lugares que não eram estranhos a Pedroso. Muito pelo contrário, o mosteiro possuía já propriedades nestas localidades, como podemos ver na tabela seguinte.

Data	Propriedade adquirida por Escambo	Quantidade	Local	Fonte
1232/12	Casal	3,75	Lourosa	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 22
1268	Casal	1	Sandim	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 38
1258	Casa	2	S/localização	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 5
1264/07	Herdade	2	Assilhó	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 19 e 22
	Casal	1/2	Angeja	/A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 47
1274/01/05	Casal	1	Oleiros	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 12
	Casal	1	Paramos	
1279/07/23	Herdamento	1	Alheira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 30
1282/04/07	Direitos	2	Lamas	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 4
1301	Herdamento	1	Guisande	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 50

Tabela 3 - Propriedade adquirida por Escambo

Segundo Pérez–Embid<sup>297</sup> a principal causa que levava os mosteiros de Leão a procederem a trocas era a falta de numerário. Como não possuíam dinheiro acabavam por permutar as propriedades de menor valor para si. Porém, não é este o caso que se verifica em Pedroso, porque no mesmo período que se realizam os escambos existem também compras, logo a falta de numerário não poderia ser a grande causa destas trocas. Na nossa opinião, o mosteiro escambou propriedades com um objetivo muito concreto: tornar o seu domínio mais centralizado e coeso. Exemplo disso são os bens que adquiriu com estas trocas em Vila Nova de Gaia<sup>298</sup>, Santa Maria da Faria<sup>299</sup> e Albergaria-a-Velha<sup>300</sup>, principais núcleos patrimoniais.

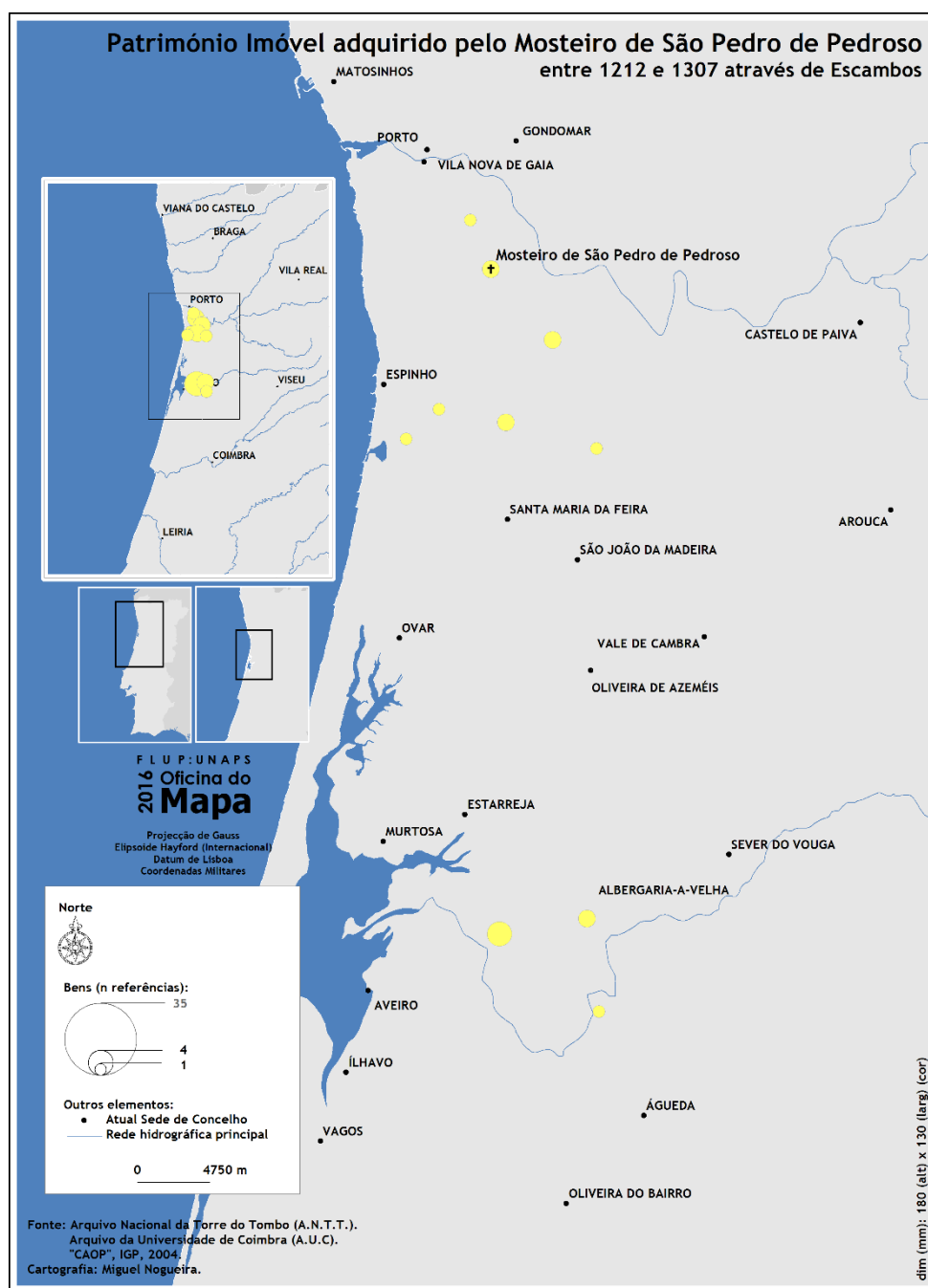
<sup>297</sup> Pérez-Embid Wamba, Javier – *El Cister en Castilla y León. Monacato y dominios rurales (siglos XII-XV)*. Salamanca, 1986. p. 86.

<sup>298</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 30.

<sup>299</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 22.

<sup>300</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 19.





Mapa 3 - Património Imóvel adquirido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 através de Escambos

Em suma, o Mosteiro de Pedroso adquire através de escambos aproximadamente onze casais<sup>301</sup>, duas herdades<sup>302</sup> e dois herdamentos<sup>303</sup>. Apesar do volume de propriedades

<sup>301</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 22 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 38 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 5 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 12.

<sup>302</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 19.

<sup>303</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 30 / A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8 - A, nº 50.

adquirido desta forma ser residual, a localização destas é coincidente com outros tipos de aquisição.

#### 4.1.4 Aquisições cujo tipo desconhecemos

Para concluir, há que considerar os bens cujo modo de aquisição desconhecemos, mas que também contribuíram para a formação do património de Pedroso. Sabemos bem que a identificação concreta do modo de aquisição é um dado muito relevante num estudo desta natureza. Contudo, não poderíamos fazer tábua rasa das informações referidas nas sentenças e nas *Inquirições de 1258 e 1284*.

As sentenças foram claros indicadores da posse de património adquirido pelo mosteiro, porém de um modo bastante diferente das anteriormente referidas. No nosso *corpus* documental contabilizamos 42 pergaminhos, mas apenas 34 referem património. Pelas sentenças, Pedroso viu confirmada legalmente a posse de bens que tinha adquirido anteriormente, de forma que não nos foi possível identificar. Registamos então a presença de 15 casais<sup>304</sup>, 18 herdades<sup>305</sup>, 6 herdamentos<sup>306</sup>, 1 seara<sup>307</sup>, 1 cortinhal<sup>308</sup>, 2 vinhas<sup>309</sup>, 3 moinhos<sup>310</sup>, 5 leiras<sup>311</sup>, 3 igrejas<sup>312</sup>, 3 direitos de padroado<sup>313</sup>, 1 quintã<sup>314</sup> e 2 direitos de pousada<sup>315</sup>, tal como podemos observar na seguinte tabela.

---

<sup>304</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 6, 7, 29, 36, 40 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 13, 31.

<sup>305</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26, 33, 34 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 29, 33, 36 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 9 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 15, 16.

<sup>306</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 6 / A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 2, 7, 23 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 10.

<sup>307</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 40.

<sup>308</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 18.

<sup>309</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 33.

<sup>310</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 35 / A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 29.

<sup>311</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26.

<sup>312</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 10.

<sup>313</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 1 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 1, 11.

<sup>314</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8-A, nº 54.

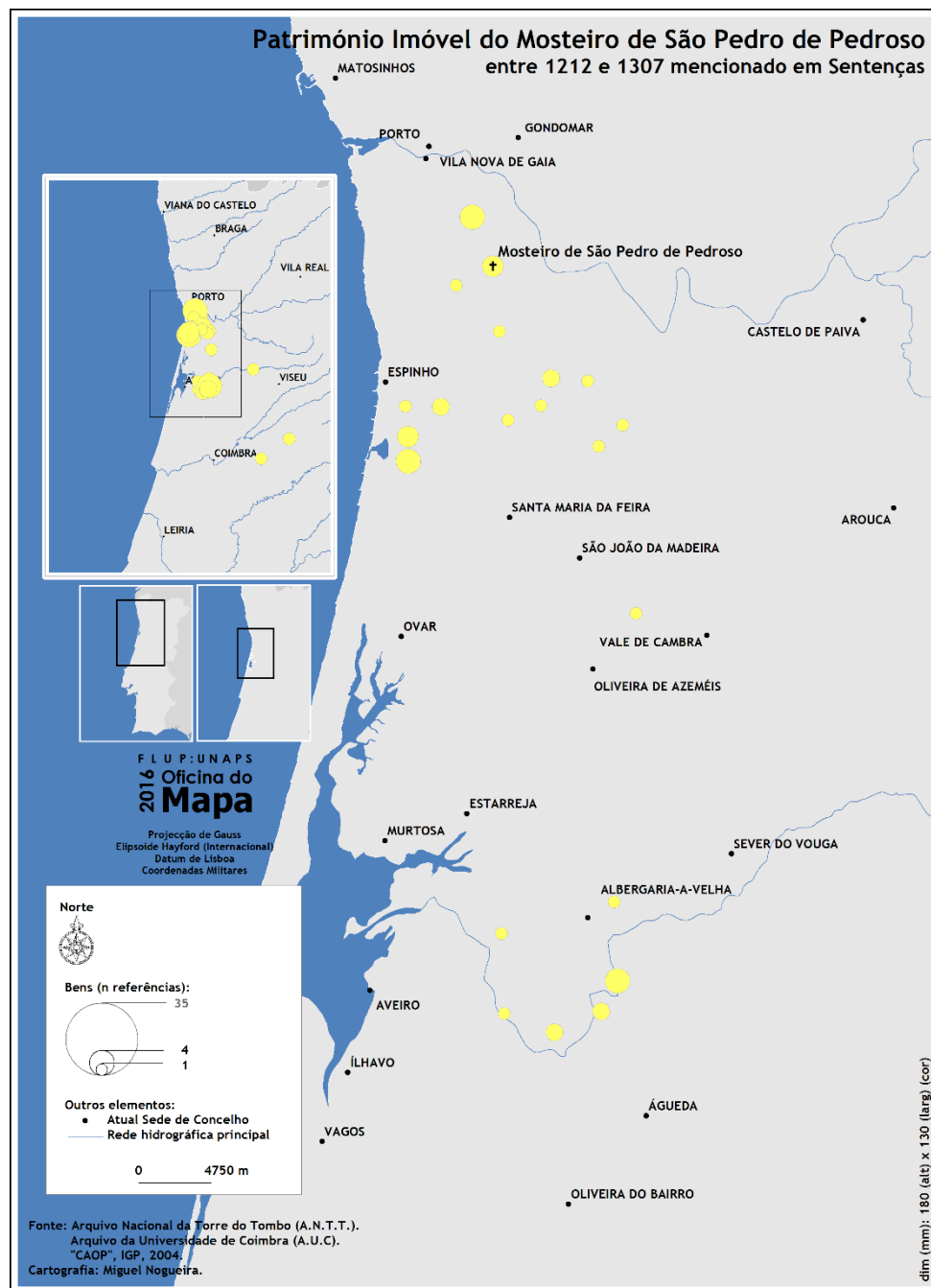
<sup>315</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 6, 10.

Data	Propriedade mencionada em sentenças	Quantidade	Local	Fonte
1230/08	Herdade	1/2	Serrazes	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 43
1248	Herdade	4	Esmoriz	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 26
	Leira	5		
1253/07/17	Herdade	1	Vila Seca	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 33
1254/04/14	Herdade	1	Paramos	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 34
1254/07/08	Moinho	1	Pedroso	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 35
1256/01	Padroado	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 1, 2
1258/08/19	Casal	1	Soutelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 6
1259/04/05	Casal	2	Não localizável	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 7
1264/01/30	Cortinhal	1	Lourosa	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 18
1269	Casal	2	Nogueira	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 29
	Herdade	2	Oleiros	
	Herdade	2	Guimarães	
	Moinho	1	Oleiros	
	Moinho	1	Não localizável	
1267/10/12	Vinha	2	Não localizável	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 33
	Herdade	2		
1270	Casal	2	Esmoriz	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 36
	Herdade	2		
1271/07/27	Casal	2	Vilar de Andorinho	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 40
	Seara	1	Pedroso	
1272/11/16	Herdade	1	Vila Maior	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 9
1274/04/18	Casal	1	Seixezelo	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 13
1279/09/11	Casal	1	Lamas do Vouga	A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 31
	Casal	2	Macinhata do	
	Casal	2	Alquerubim	
1282/01/09	Herdamento	1	Agrela	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 2
1284/07	Direito	1	Macinhata do	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 6
1283/05/05	Herdamento	2	Castro de Ovil	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 7
1288/05/31	Igreja	1	Fiães	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 10
	Igreja	1	Sanguedo	
	Igreja	1	Vilar de Andorinho	
1289/08/20	Direito	1	Asilho	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 11
1298/10/10	Herdamento	2	Angeja	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 20, 21, 22, 23
1217/04/17	Padroado	1	Lamas do Vouga	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 1
1280/09/15	Herdamento	1	S. Lourenço	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 10
1282	Padroado	1	Vale Maior	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 11
1283/10/24	Herdade	1	Castro de Ovil	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 15
1284/04	Herdade	2	Silvalde	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 16
1294/01/26	Não identificável		Não localizável	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 17
1298	Padroado	1	Não localizável	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 35
1305	Quintã	1	Guisande	A.U.C., P. séc. XIV, gav.8 - A, nº 54

Tabela 4 - Propriedade mencionada nas Sentenças

Na sua grande maioria, a localização destes bens coincide com os polos patrimoniais que o Mosteiro de Pedroso foi construindo. O mapa que se segue mostra a existência de bens nos atuais concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Albergaria-a-Velha e também Águeda. Não obstante, Pedroso possui bens que

extrapolam estes núcleos e respetivas imediações, localizando-se na Beira Alta<sup>316</sup> (c. S. Pedro do Sul) e Coimbra<sup>317</sup> (c. Oliveira do Hospital), como é possível observar no mapa.



Mapa 4 - Património Imóvel do Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307 mencionado em Sentenças

No que diz respeito às *Inquirições* relativamente a Pedroso, esta fonte apesar de ignorar qualquer dado que não seja a tipologia patrimonial e respetiva quantidade permite-nos detetar a entrada de bens no cadastro monástico, e a existência de novos

<sup>316</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 43.

<sup>317</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 7.

núcleos patrimoniais. Sendo assim, podemos contabilizar mais 63 casais<sup>318</sup> e 5 herdades<sup>319</sup> no património do mosteiro, distribuídos quase exclusivamente por dois grandes núcleos: Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (terra de Lafões). Porém, não podemos deixar de mencionar a existência de bens em Viseu<sup>320</sup> e Nelas<sup>321</sup>, como podemos observar no quadro seguinte.

<b>Propriedade mencionada nas Inquirições</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Local</b>	<b>Fonte</b>
Casal	2	Vilar Seco	PMH – Inq. 814
Herdade	1	Gomie	PMH – Inq. 886
Herdade	1	Moçâmedes	PMH – Inq. 891
Herdade	1	Mondelos	PMH – Inq. 896
Casal	7	Sacados	PMH – Inq. 896
Casal	2	Travanca	PMH – Inq. 896
Casal	2	Negrelos	PMH – Inq. 896
Herdade	1	Freixo e Covelas	PMH – Inq. 901
Herdade	1	Laurosa	PMH – Inq. 901
Casal	4	Tourelhe	PMH – Inq. 913
Casal	4	Souto Mau	PMH – Inq. 922
Casal	3	Amaral	PMH – Inq. 924
Casal	3	Covelas	PMH – Inq. 1284 – 14
Casal	2	Aldeia de Ver	PMH – Inq. 1284 – 19
Casal	4	Souto Mau	PMH – Inq. 1284 – 24
Casal	2	Junqueira de Susã	PMH – Inq. 1284 – 26
Casal	1	Junqueira de Jusã	PMH – Inq. 1284 – 27
Casal	2	Roge	PMH – Inq. 1284 – 32
Casal	2	Vilar	PMH – Inq. 1284 – 35
Casal	2	Irijó	PMH – Inq. 1284 – 36
Casal	3	Porto Novo	PMH – Inq. 1284 – 41
Casal	2	Malhundes	PMH – Inq. 1284 – 42
Casal	9	Algeriz, Outeiro e	PMH – Inq. 1284 – 42/43
Casal	2	Armental	PMH – Inq. 1284 – 46

*Tabela 5 - Propriedade mencionada nas Inquirições*

É muito possível, que a concentração de bens em S. Pedro do Sul se tenha iniciado devido à ação do abade D. Nuno Viegas, filho de Pedro Peres de Pouves<sup>322</sup>, provavelmente oriundo desse mesmo espaço. A primeira referência a posse de bens naquele espaço remonta a este abadiado (1212 – 1223), no qual os seus pais doam em

<sup>318</sup> PMH – Inq. 814, 897, 913, 922, 924 / PMH – Inq. 1284 – 14, 19, 24, 26, 27, 32, 35, 36, 41, 42, 43, 47.

<sup>319</sup> PMH – Inq. 886, 891, 896, 901.

<sup>320</sup> PMH – Inq. 886.

<sup>321</sup> PMH – Inq. 814.

<sup>322</sup> A referida origem do abade é justificada pela existência da povoação de Pouves, no concelho de S. Pedro do Sul. Ver subcapítulo 3.1 – Abade.

testamento quatro casais ao Mosteiro de Pedroso<sup>323</sup>. Sendo assim, é possível concluir, que a localização do património monástico podia não ser determinada apenas por interesses económicos, mas também por outros fatores, nomeadamente a origem dos elementos da comunidade.

## **4.2. Elementos que constituem o património de Pedroso**

Depois de conhecer os processos através dos quais o património foi sendo formado, passemos agora a uma apresentação dos elementos patrimoniais e sua respetiva localização. Para isso, além de documentação referida no ponto anterior, utilizamos as informações que as cartas de empraçamentos nos facultaram.

### **4.2.1 Localização geográfica do património de Pedroso**

#### **4.2.1.1 A localização geográfica do património entre 1212 e 1307**

Antes de passarmos à descrição da localização geográfica do património de Pedroso é necessário esclarecer alguns aspetos metodológicos. Quanto aos bens imóveis impuseram-se algumas dificuldades, das quais destacamos a identificação de topónimos. Muitos lugares mencionados na documentação não são atualmente identificáveis. No entanto, para a maioria dos casos foi possível determinar a região, ou o concelho, a que pertenciam. Por esta razão, nestes casos optamos por atribuir a estes bens uma localização crítica, isto é, atribuímos as coordenadas da freguesia mais central do concelho em que o bem se inseria. Por sua vez, os bens móveis, como por exemplo roupas de cama, mobiliário ou numerário, devido à sua natureza não são georreferenciáveis, e sendo assim não se encontram representados cartograficamente.

Em termos gerais, a implantação geográfica do mosteiro incide particularmente na região do Entre Douro e Vouga, não deixando de ter bens que vão desde o couto monástico até às regiões mais inóspitas da Beira Alta.

Como temos vindo a fazer alusão, no que concerne à distribuição patrimonial de Pedroso, entre 1212 e 1307 entre os dois rios referidos, conseguimos distinguir três principais núcleos de bens: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Albergaria-a-Velha. Nenhum destes polos se constituiu por uma forma de aquisição específica. Antes

---

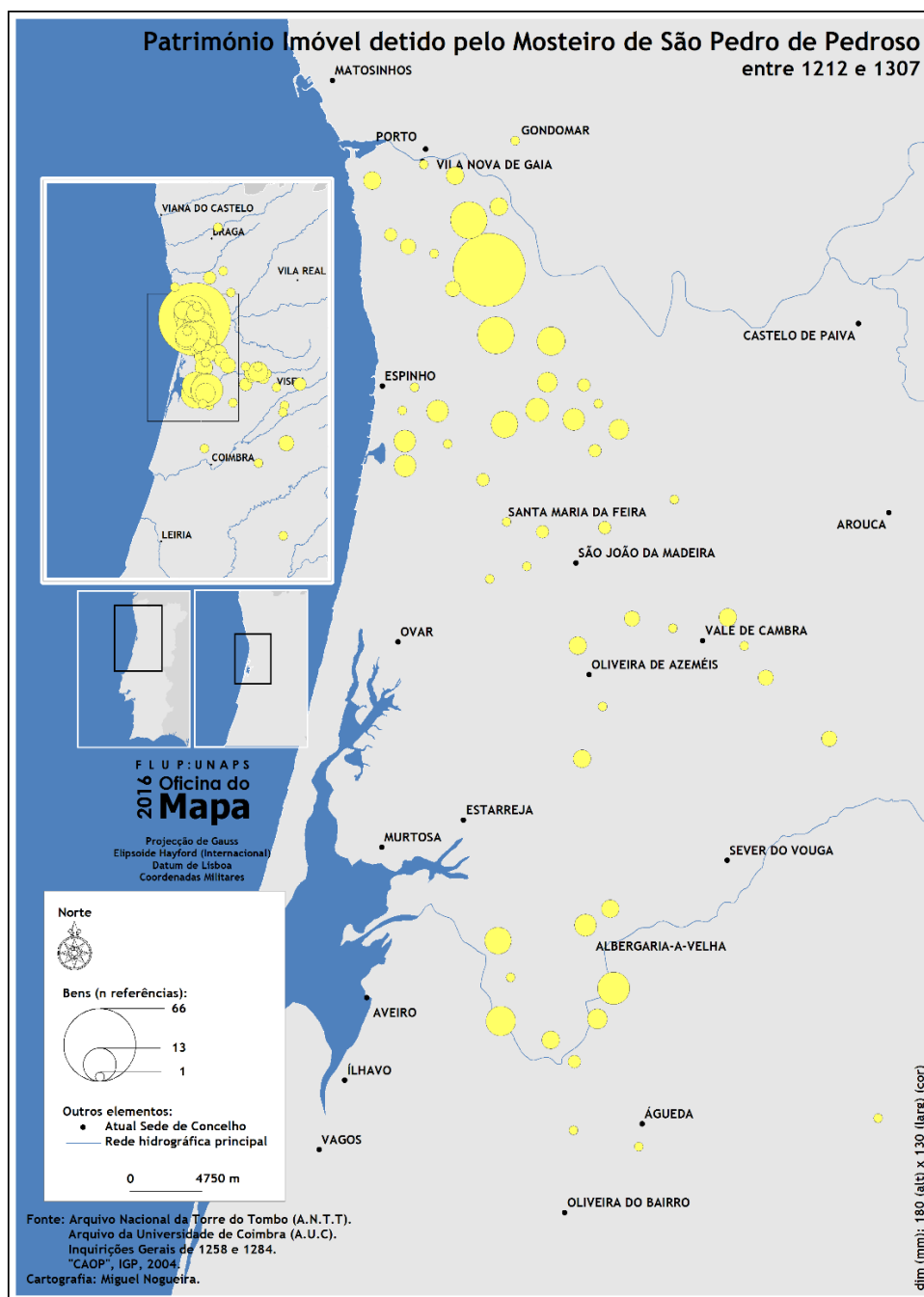
<sup>323</sup> A.N.T.T, Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 26.

pelo contrário, todas as formas de aquisição que até agora falamos contribuíram, logicamente em volumes diferentes, para a formação destes núcleos patrimoniais. Tendo em conta o volume patrimonial identificado, é inegável a intenção de fixação naqueles espaços. Independentemente dos motivos que levaram os monges para aqueles territórios, de uma coisa estamos certas. Quer a fertilidade dos solos próximos das margens do Vouga ou do Douro, como a existência de bens nesses espaços desde o período anterior (1072 – 1200), foram certamente fatores que influenciaram a construção e o alargamento destes polos patrimoniais.

Como podemos confirmar pelo mapa seguinte, o património de Pedroso insere-se numa linha longitudinal que engloba os três núcleos que mencionamos. Uma possível explicação para esta distribuição é a existência da estrada real, que unia o Porto a Lisboa, na mesma faixa. Há ainda a considerar a existência de bens, numa percentagem residual e algo dispersos, em locais como a Viseu, Nelas, S. Pedro do Sul, Penalva do Castelo, Oliveira do Hospital, entre outros. Tal como afirma Maria do Rosário Morujão, relativamente ao Mosteiro de Celas, a excentricidade em relação às áreas de implantação do mosteiro poderá ser explicada pelas doações de monges ou dos respetivos familiares<sup>324</sup>.

---

<sup>324</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 69.



Mapa 5- Património Imóvel detido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307

#### 4.2.1.2 A localização geográfica do património entre 1072 e 1200: uma comparação

Não é possível ter uma ideia geral dos comportamentos patrimoniais de uma instituição monástica sem ter em conta o período anterior à nossa cronologia. Apenas com base na cartografia dos bens anteriores é possível contextualizar os dados por nós



estudados. Esta análise não seria exequível sem o estudo de José Mattoso<sup>325</sup> sobre os mosteiros beneditinos da diocese do Porto, que serviu de pano de fundo para as nossas observações.

Naturalmente, do mapa seguinte, surgiram várias conclusões. Já entre 1072 e 1200, se começou a desenhar a faixa longitudinal que ligava a margem sul do Douro ao Vouga. Da mesma forma, os núcleos que se verificaram na cronologia seguinte (que é a do nosso estudo) já são neste período bem visíveis, embora, com uma menor concentração e volume patrimonial. Existem portanto vários indícios de permanência. O polo de Vila Nova de Gaia era já aquele que detinha a maior percentagem de património, ocupando desde o século XII uma posição privilegiada, não fosse este abranger a abadia e couto monástico.

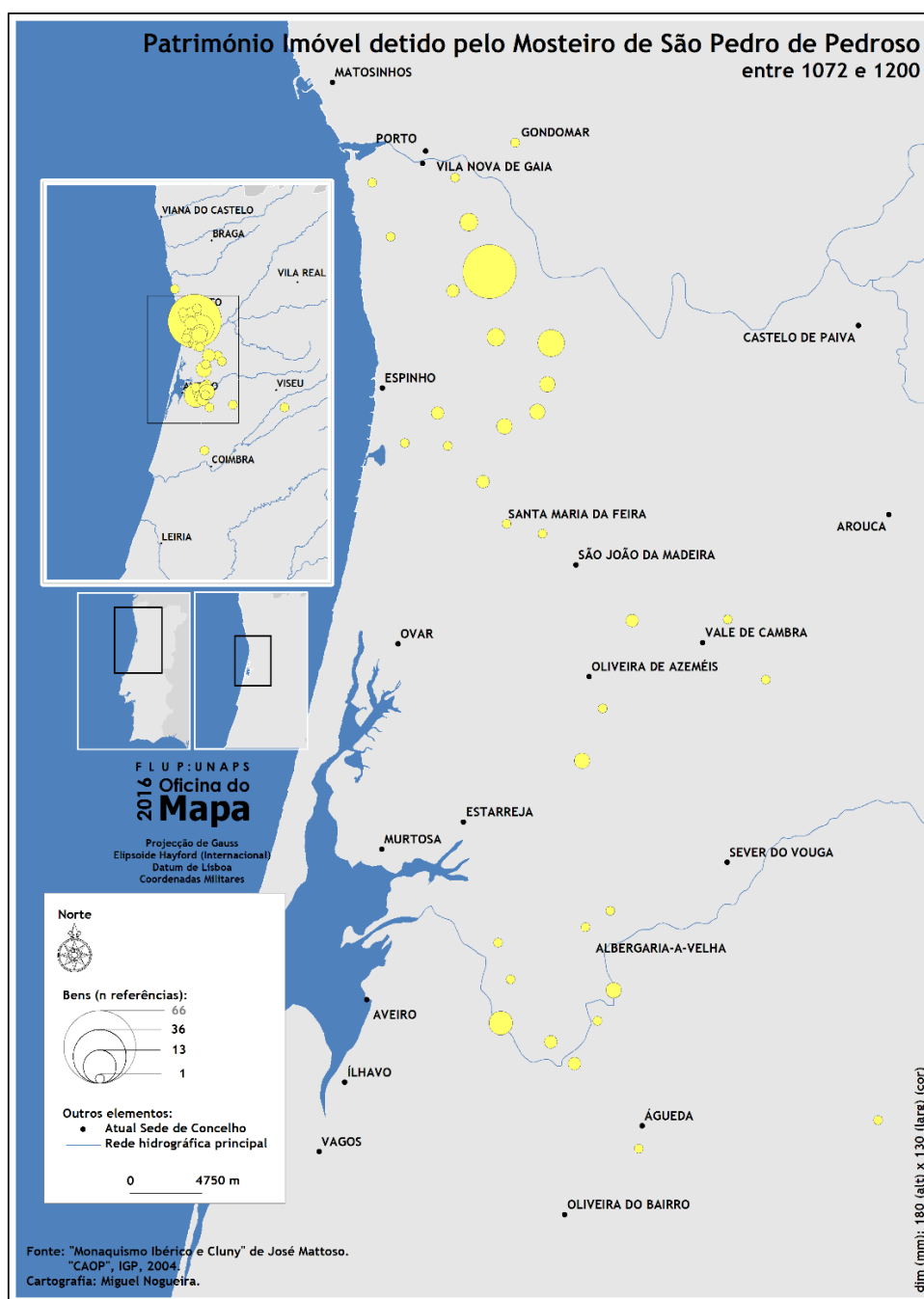
Por sua vez, em Santa Maria da Feira e Albergaria-a-Velha começava-se também a desenhar, de forma rudimentar, os núcleos que se viriam afirmar na centúria seguinte.

O património excêntrico às principais concentrações já existiam também, nomeadamente em Viseu e Coimbra. Contudo, tenha-se em atenção que poderão não corresponder exatamente às mesmas propriedades.

A grande conclusão que podemos retirar desta comparação é que de facto não existiu qualquer orientação geográfica diferente no século XIII. A política de aquisição assumida durante esta centúria não constituiu uma inovação, surgindo antes como uma continuidade, no que diz respeito ao enquadramento geográfico, do século anterior.

---

<sup>325</sup> MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*.



Mapa 6 - Património Imóvel detido pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1072 e 1200

#### 4.2.2. Tipologia do património

O património de Pedroso é constituído por diversos tipos de propriedade. No presente subcapítulo abordaremos aqueles que foram mencionados frequentemente na documentação analisada. É importante referir, que sob a designação “*outros bens*” incluímos todas as propriedades que aparecem raramente.

#### 4.2.2.1 Casal

“Elemento base de ocupação e organização do espaço agrícola, (...) unidade fiscal por excelência”<sup>326</sup>, o casal é a tipologia patrimonial que maior percentagem ocupa no conjunto dos bens detidos por Pedroso. Esta unidade fundiária difundiu-se especialmente a partir do século XI, e assumiu-se como “um elemento característico e essencial ao funcionamento das sociedades feudais (...) nos séculos centrais da Idade Média”<sup>327</sup>. Este tipo de propriedade constituiu “um instrumento privilegiado ao qual os senhores recorreram para o controlo da produção de bens e para o enquadramento jurisdicional dos homens, convertendo-se num dos suportes essenciais ao exercício de um poder que se quer próximo e abrangente”<sup>328</sup>.

Quanto a Pedroso contabilizamos 163 casais distribuídos por todos os núcleos patrimoniais e adquiridos por todas as formas de aquisição mencionadas, assumindo-se desta forma, como tipologia dominante. Não deixa de ser importante referir que 39% dos casais detidos por Pedroso estavam registados nos *Inquirições Régias de 1258 e 1284*. Esta fonte é um claro sinal do importante papel que este tipo de propriedade desempenhava “na organização da paisagem e do povoamento rural”<sup>329</sup>.

A observação do mapa seguinte torna possível perceber uma presença constante desta unidade fundiária em praticamente todo o domínio de Pedroso.

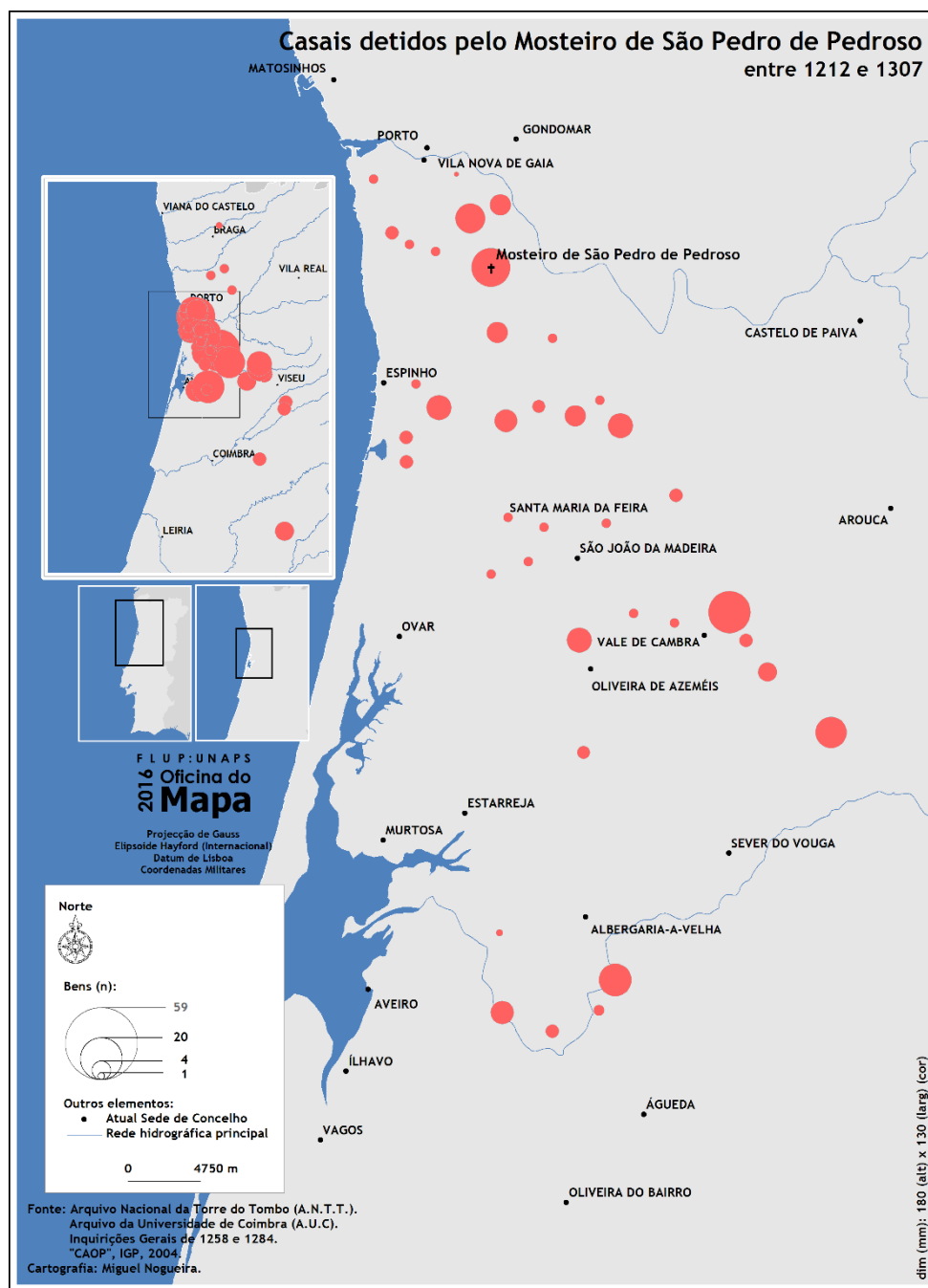
---

<sup>326</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV...*, p. 37.

<sup>327</sup> MARQUES, André Evangelista – *O Casal: Uma Unidade de Organização Social do Espaço no Entre Douro e Lima (906 – 1200)*. Noia: Toxosoutos, 2008. ISBN 978-84-966-73-46-5. p. 21. (Doravante indicaremos esta obra como MARQUES, André Evangelista – *O Casal...*, p. )

<sup>328</sup> MARQUES, André Evangelista – *O Casal...*, p. 21.

<sup>329</sup> MARQUES, André Evangelista – *O Casal...*, p. 22.



Mapa 7 - Casais detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307

#### 4.2.2.2 Vinha

Dado o papel preponderante do vinho na alimentação medieval, e a forte implantação desta cultura no território nacional, é muito natural que também a nossa instituição fosse detentora deste tipo de bem patrimonial. Não obstante a importância deste tipo de propriedade, Pedroso tinha apenas 3 vinhas. Uma delas, obtida por sentença,

não é localizável<sup>330</sup>. As restantes adquiridas por compra situavam-se em Valmaior<sup>331</sup> (c. Albergaria-a-Velha) e Seixezelo<sup>332</sup> (c. Vila Nova de Gaia). Em suma, apesar do reduzido número, as vinhas distribuíam-se pelos dois principais núcleos patrimoniais, demonstrado então que os monges tinham, hipoteticamente, a intenção de assegurar a produção deste bem tão essencial à vida medieval, nos locais onde a sua presença era maior.

#### 4.2.2.3 Meios de transformação

Apesar de serem vários os meios de transformação utilizados durante a Idade Média, nomeadamente moinhos, azenhas, lagares e fornos, encontramos apenas referências para o primeiro.

Pelo facto de a cultura cerealífera constituir o maior provento da base da alimentação medieval, os moinhos apareciam um pouco por todo o território, desde que as condições naturais, como a existência de cursos fluviais de caudal suficiente, assim o permitissem<sup>333</sup>.

Segundo a documentação que analisamos, Pedroso detinha 3 moinhos, localizados dentro do couto monástico<sup>334</sup>; em Oleiros<sup>335</sup> (c. Santa Maria da Feira); e em Seixezelo<sup>336</sup> (c. Vila Nova de Gaia). A construção de um moinho deveria ser algo bastante dispendioso, pelo que a escolha destas três localizações seria altamente estratégica. Estes bens estavam junto das maiores concentrações patrimoniais, e portanto, inseridos nos locais de onde provinha o maior volume de rendas, frequentemente pagas em géneros cerealíferos.

#### 4.2.2.4 Igrejas e Direitos de padroado

Os mosteiros beneditinos, por tradição, possuíam um número relevante de igrejas no seu património, sendo os mosteiros cistercienses uma exceção<sup>337</sup>. Na cronologia em estudo temos referência à entrada de aproximadamente 4 igrejas no património de

---

<sup>330</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 33.

<sup>331</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 23.

<sup>332</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 19.

<sup>333</sup> MARREIROS, Rosa – Transformação e arrecadação dos produtos agrícolas. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal: Em Definição de Fronteiras (1096-1325) do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença. 1996. Vol. III. p. 423.

<sup>334</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 35.

<sup>335</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 29.

<sup>336</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 31.

<sup>337</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 88.

Pedroso. Mais concretamente, a nossa instituição recebeu através de uma doação a Igreja de Santo André de Macinhata situada em Macinhata do Vouga<sup>338</sup> (c. Águeda); através de uma doação *post-mortem*, 1/4 de uma Igreja localizada em Esmoriz<sup>339</sup> (c. Ovar); e através da promulgação de uma sentença de 1288 conservou a posse de 3 igrejas em Fiães, Sanguedo (c. Santa Maria da Feira) e por fim, em Vilar de Febros<sup>340</sup> (c. Vila Nova de Gaia).

Segundo Luís Carlos Amaral “o exercício do padroado materializava-se na prática num conjunto de privilégios inerentes a dois grandes direitos: o “*ius praesentandi*” e o “*ius fruendi*”<sup>341</sup>. O primeiro diz respeito ao poder de nomeação do reitor de uma igreja; o segundo correspondia a vários benefícios, tais como, *aposentadoria*, *comedor* e *casamento*<sup>342</sup>. Como é natural, o Mosteiro de Pedroso era também detentor deste tipo de direito, nomeadamente os padroados das Igrejas de S. Salvador de Vilar<sup>343</sup> (c. Vila Nova de Gaia), de Lamas<sup>344</sup> (c. Águeda), de Valmaior<sup>345</sup> (c. Albergaria-a-Velha) e de Milheirós<sup>346</sup> (c. Santa Maria da Feira). Como podemos verificar, quer as Igrejas como os direitos de padroado localizavam-se nos já referidos polos patrimoniais da instituição, fortalecendo cada vez mais as nossas convicções de uma distribuição de bens orientada numa faixa longitudinal que unia o Douro ao Vouga.

---

<sup>338</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 14.

<sup>339</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 32.

<sup>340</sup> A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 10.

<sup>341</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV...*, p. 247.

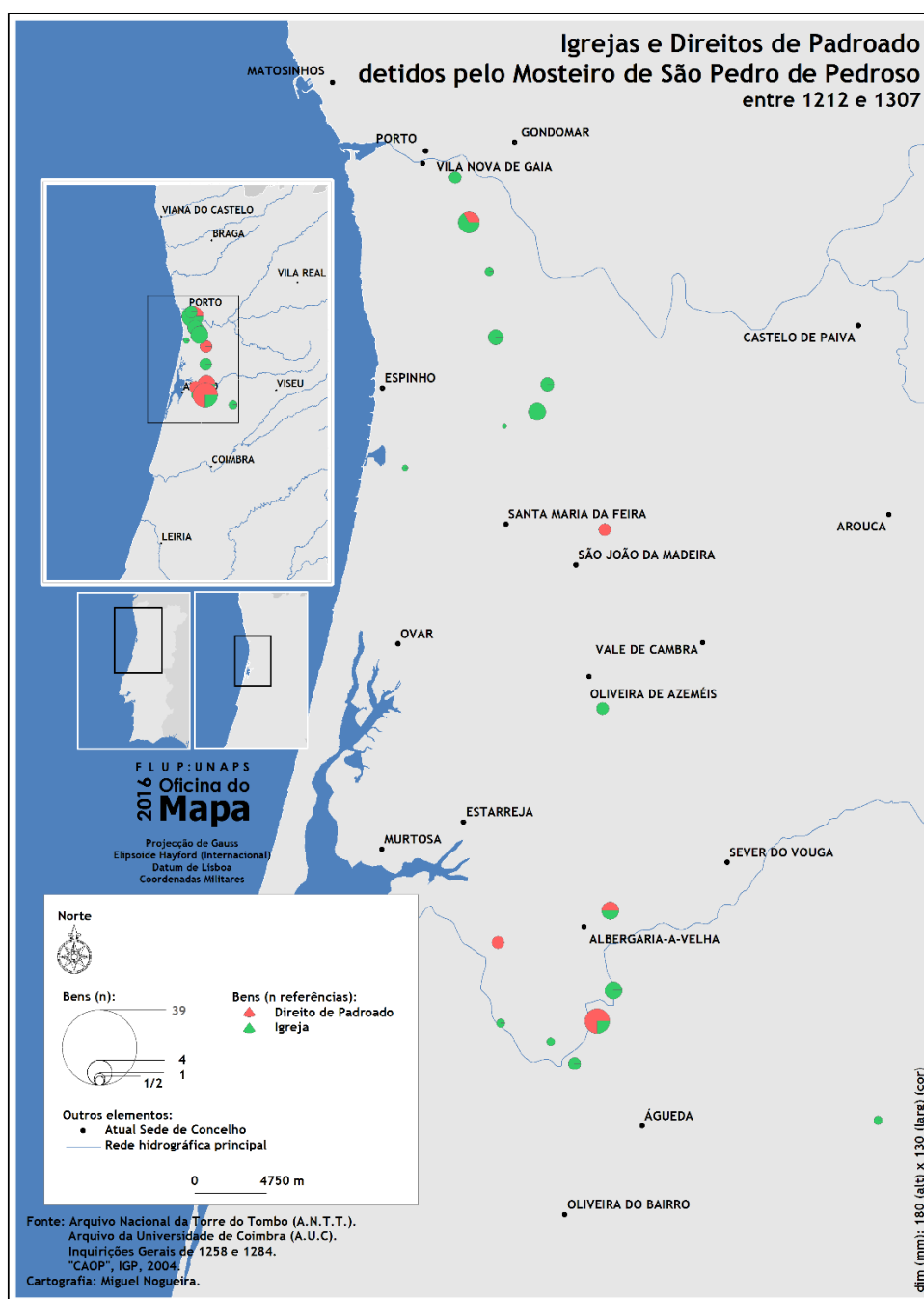
<sup>342</sup> A respeito desta última regalia veja-se o documento A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 10 no qual é feito a proibição do casamento de cavaleiros, belas-donas., e outros homens.

<sup>343</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 1.

<sup>344</sup> A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 1.

<sup>345</sup> A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 11.

<sup>346</sup> A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8-A, nº 53.



Mapa 8 - Igrejas e Direitos de Padroado detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307

#### 4.2.2.5 Bens móveis

Além dos bens imóveis que temos vindo a tratar, o mosteiro detinha no seu património bens de natureza móvel. Existe, portanto, uma grande diversidade de bens, que no caso em estudo foram obtidos exclusivamente através de doações *post-mortem*. É interessante reparar que enquanto os casais e as herdades chegavam à posse de Pedroso das mais variadas formas, o mesmo não se verificou para este tipo de bens, o que se

compreende devido à natureza utilitária de que se revestiam. Assim, eram normalmente entregues aos mosteiros, e Pedroso não foi exceção, após a morte do testamentário, roupas de cama e mobiliário; animais e dinheiro. Para o primeiro grupo de elementos contabilizamos 2 camas, 2 colchas, 4 *cocedras*<sup>347</sup>, 4 *chumaços*<sup>348</sup> e 3 *almucellas*<sup>349</sup>. Para o segundo, 7 cabras e ovelhas, 1 boi e 1 porco. Por último, o Mosteiro de Pedroso recebeu 42,20 morabitinos.

Sem retirar o devido valor a este tipo de bens, é importante realçar que a maior parte do património de que nos chegaram referências continuava a ser formado por bens de natureza imóvel.

#### 4.2.2.6 Outros bens

Todos aqueles bens para os quais não se justificou uma análise isolada, optamos por incluir nesta categoria. Pedroso tinha assim 16 leiras<sup>350</sup>, 4 casas<sup>351</sup>, 3 searas<sup>352</sup>, 3 cortinhais<sup>353</sup>, 1 lote<sup>354</sup>, metade de uma marina<sup>355</sup>, 1/3 de uma *villa*<sup>356</sup>, 1 souto<sup>357</sup> e 6 quintãs<sup>358</sup>. Mais uma vez, à semelhança de tantos outros, estes bens encontravam-se distribuídos pelos vários núcleos patrimoniais e entraram para o cadastro de bens das mais variadas formas.

---

<sup>347</sup> *Cocedra* ou *cozodra* – Colchão. In VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram* (1789/99). Porto: Liv. Civilização Editora, 1983. Vol. 1. p. 289. (Doravante indicaremos esta obra como VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases...*, p. ).

<sup>348</sup> *Chumaço* – O mesmo que chimaço, cabeçal ou travesseiro de pluma, de que antigamente se usava. In VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases...*, p. 273.

<sup>349</sup> *Almucella* – Cobertor, coberta ou manta de seda, lã ou linho, mais ou menos fina e preciosa, que servia nas camas dos ricos, e pobres. In VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases...*, p. 100.

<sup>350</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 24 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 26 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 12, 13 / A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 5, 14.

<sup>351</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 5, 16.

<sup>352</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 34 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 12 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 40.

<sup>353</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 18 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 19.

<sup>354</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 38.

<sup>355</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 8.

<sup>356</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 19.

<sup>357</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 24.

<sup>358</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 26, 32 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 12 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 36 / A.U.C., P. séc. XIV, gav. 8-A, nº 54.



#### 4.2.2.7 Bens de natureza indeterminada

Sob esta designação reunimos um conjunto de propriedades de natureza demasiado imprecisa, nomeadamente herdades, herdamentos, heranças e campos. Por vezes, as referências resumem-se a expressões tais como “tudo o que possui” ou “toda a sua herança”. Dada a natureza pouca concreta destes bens optámos por tratá-los isoladamente.

No que diz respeito às herdades e herdamentos, estas aparecem na documentação medieval como sinónimos, tendo ambos os termos origem na palavra latina *hereditas – tatis*.<sup>359</sup> A característica que confere o carácter indeterminado a este tipo de propriedade é a indefinição das suas dimensões e constituição<sup>360</sup>. Esta palavra, conotada com herança, sofreu uma evolução semântica, passando a designar as tão frequentes herdades cuja posse se podia adquirir não só por testamento, mas também por outro qualquer meio. Não nos surpreende portanto, que a grande maioria das herdades e herdamentos detidos por Pedroso tenham sido adquiridos por via de doação. É muito frequente surgirem na documentação os nomes dos transmissores destas propriedades.

Por sua vez, o campo era “um terreno de planície situado junto a um curso de água, em geral mais fértil do que os outros e primordialmente dedicado à cultura cerealífera”<sup>361</sup>. De facto, o único campo detetado, no nosso acervo documental, localiza-se em Valmaior (c. Albergaria-a-Velha), junto ao rio Vouga<sup>362</sup>.

Posto isto, o Mosteiro de Pedroso era, na nossa cronologia, detentor de 63 herdades, 20 herdamentos, e 1 campo, perfazendo um total de 84 bens de natureza indeterminada, distribuídos pelos principais polos patrimoniais e pela faixa longitudinal que os unia, conforme se pode observar no mapa que se segue.

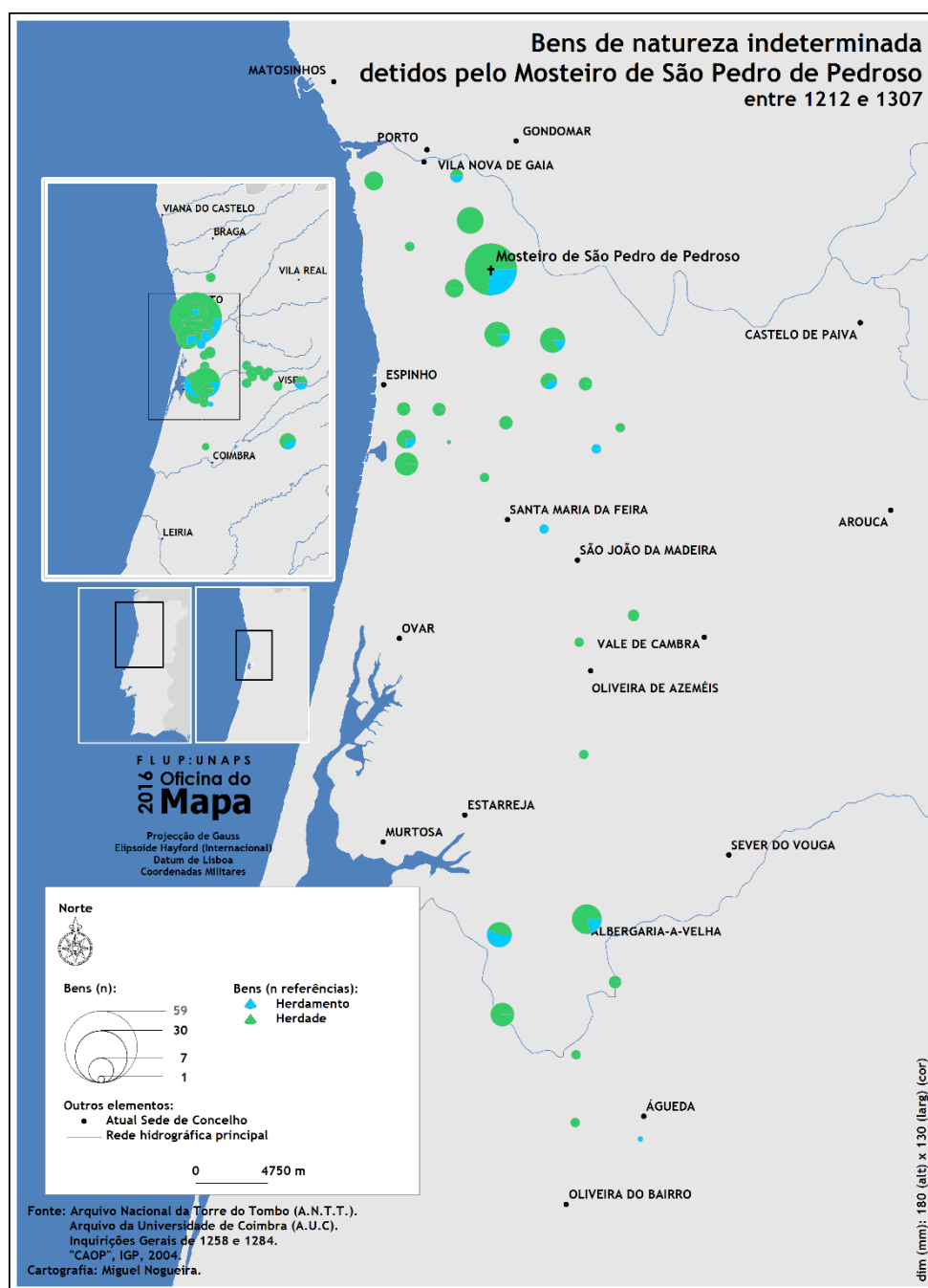
---

<sup>359</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – In Herdade. SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. vol III, p.213

<sup>360</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 80.

<sup>361</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 79.

<sup>362</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, n° 25.



Mapa 9 - Bens de natureza indeterminada detidos pelo Mosteiro de São Pedro de Pedroso entre 1212 e 1307

## 4.3 Exploração do domínio

### 4.3.1 Exploração direta

Na nossa documentação, não existem quaisquer indícios de exploração direta. Por esta razão, não nos é possível alongar nesta matéria. Não obstante, a ausência de referências a este tipo de exploração é compreensível tendo em conta que aos olhos do mosteiro era desnecessário registar por escrito qualquer tipo de atividade sobre as terras

que estavam diretamente sob a sua alçada<sup>363</sup>, ou que eram tratadas pelos monges ou dependentes da comunidade, os primeiros no cumprimento da máxima beneditina “*Ora et Labora*”. Também se deve ter em conta o hábito que muitas comunidades monásticas tinham de cultivar ervas medicinais, para utilização da enfermaria dos mosteiros.

#### 4.3.2. Exploração indireta

Do que acabamos de dizer, refere-se que o domínio de Pedroso sob administração indireta era relativamente extenso e estava repartido pelos núcleos patrimoniais de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Albergaria-a-Velha. Este tipo de exploração caracterizava-se pelo afastamento da instituição do contacto direto com a terra, e pela delegação dessas competências num grupo de indivíduos externo, os quais denominados de foreiros. Estes por sua vez, estavam obrigados a pagar uma renda definida aquando da elaboração do contrato agrário, podendo esta ser em géneros e ou dinheiro. Em suma, pelo direito do usufruto direto de uma parcela de terra, os foreiros estavam obrigados a certos compromissos para com o senhorio. Em termos gerais, esta era uma estrutura da qual os foreiros “retiravam muito poucos benefícios”<sup>364</sup>.

Das três formas clássicas em que os contratos agrários se encontram divididos, a nossa documentação apenas nos dá notícia de dois deles: aforamentos e empraçamentos. Por esta razão, não iremos estudar os arrendamentos, caracterizados pela duração do contrato estar definida em anos.

##### 4.3.2.1 Aforamentos

Esta forma de contrato, tradicionalmente, definida pela perpetuidade da sua duração e pela hereditariedade, era proibida segundo a legislação canónica vigente<sup>365</sup>. Contudo, na sequência do aumento demográfico verificado no século XIII, os aforamentos continuaram a ser praticados, funcionando “como um incentivo ao trabalho dos foreiros e uma recompensa pelo seu esforço”<sup>366</sup>.

No nosso *corpus* documental temos referência a dois aforamentos. No primeiro destes pergaminhos, datado de Maio de 1215, o mosteiro afora 1 campo em Valmaior (c.

---

<sup>363</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 91.

<sup>364</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV...*, p. 111.

<sup>365</sup> GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 189.

<sup>366</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 100.

Albergaria-a-Velha) a João Gonçalves “pera todo o sempre”. Este tem como obrigação plantar 1 vinha e pagar de foro a quinta parte da sua produção. No caso do incumprimento das cláusulas do contrato, teria que entregar a propriedade ao mosteiro. Sabemos também, que se os foreiros perdessem o pergaminho teriam que pagar a sanção de 500 soldos<sup>367</sup>. A 22 de Julho de 1279, faz aforamento a Martinho Peres de Alheira e a sua mulher Amada Martins “pera todo o sempre” de 1 casal em Alheira (c. Vila Nova de Gaia), pela renda anual de 2,5 morabitinos, 2 capões no dia de São Martinho, e 1 fogaça no dia de São Miguel de Setembro<sup>368</sup>.

Dada a escassez deste tipo de contratos com Pedroso, não é possível retirar quaisquer conclusões concretas.

#### **4.3.2.2 Prazos concedidos por Pedroso**

Por sua vez, os emprazamentos caracterizam-se por um período contratual definido em vidas, que corresponde, *grosso-modo*, ao tempo de vida dos foreiros referidos no documento. Por exemplo um emprazamento em três vidas, o mais usual em Pedroso, compreenderia a vida do pai, da mãe e de um filho, correspondendo portanto a duas gerações.

Com este tipo de contrato, ao contrário do anterior, o Mosteiro conseguia garantir que o bem emprazado regressaria, na sua plenitude, à sua posse. Por isso é compreensível que este seja o tipo de contrato mais frequente, também em Pedroso, permitindo uma gestão mais rentável e com menor risco de alienação patrimonial. Por sua vez, os foreiros também se sentiam atraídos por estes contratos, pois podiam assim usufruir das melhorias que iam introduzindo no bem aforado, que tinha um período de validade<sup>369</sup> bem maior do que um simples arrendamento.

---

<sup>367</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, n° 25.

<sup>368</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, n° 28.

<sup>369</sup> A duração de um prazo era manifestamente incerta, dada a sua dependência do grau de parentesco entre os vários foreiros. No caso, das duas primeiras vidas não corresponderem a um casal, a probabilidade de uma diferença de idades ser maior é alta, aumentando assim o período de validade do contrato. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 97.

Data	Propriedade Emprazada	Quantidade	Local	Fonte
1215	Campo	1	Valmaior	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 25
1223/01	Seara	1	Não localizável	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 34
1248/09/14	Casal	2	Macinhata do	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 27
1251	Casal	1	Vila Maior	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 30
1266/09/22	Lote	1	Afonsim	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 6, nº 38
	Casal	2	Mexedo	
	Casal	1	Paramos	
	Herdade	1	Vilar de Andorinho	
	Casal	1	Vilar	
1266	Casal	2	Souto	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 30
1268/03	Casal	2	Jaca	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 34
1270	Casal	1	Pedroso	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 35
1271/04	Herdade	1	Assilho	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 7, nº 37
1272/05/03	Casal	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 2
1272	Casal	1	Oleiros	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 5
1272/06/05	Herdade	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 6, 7, 8
1273/04/10	Herdade	1	Vilar de Andorinho	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 10
1273/04	Casal	1	Pousada	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 11
1275/11/22	Casal	1/4	Alheira	A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 8, nº 21
1293/12/01	Casal	1	Elijó	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 14
	Leira	1		
1293/01/15	Casal	1	Alheira	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 15
1272/01/06	Casal	1	Azevedo	A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 26
1285/10	Casal	7	Vilar de Andorinho	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 21
1291/05/04	Casal	2	Serém	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 30
	Casal	2	Macinhata do	
1301/03/24	Casal	6	Santiago de Riba-Ul	A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 49

*Tabela 6 - Propriedade emprazada pelo Mosteiro de Pedroso (1212-1307)*

Posto isto, o nosso objeto de estudo aparece como outorgante em 26 prazos, sendo que cinco deles figuram no mesmo pergaminho, temos um total de 22 pergaminhos. O mosteiro tinha então um vasto domínio emprazado, do qual constam 30,25 casais<sup>370</sup>; 4 herdades<sup>371</sup>; 1 seara<sup>372</sup> e 1 lote<sup>373</sup>, distribuídos, mais uma vez, pelos vários polos patrimoniais. Daqui concluímos que existia uma política de gestão, em plena articulação, com a distribuição geral dos bens, como aliás seria de esperar.

Novamente quanto ao período de duração dos prazos<sup>374</sup>, é da maior importância salientar que o Mosteiro de Pedroso acompanhava a prática mais comum do seu tempo, dado que os registos de emprazamentos em três vidas são os que surgem em maior no

<sup>370</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 27, 30, 38 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 30, 34, 35 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 2, 5, 11, 21, 28 / A.U.C., P.P. séc. XIII, gav. 7, nº 14, 15, 26 / A.U.C., P.L. séc. XIII, gav. 7-A, nº 5, 21, 30, 49.

<sup>371</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 28 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 37 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 6, 10.

<sup>372</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 34.

<sup>373</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 38.

<sup>374</sup> Note-se que neste gráfico o número total de prazos é 24 porque tivemos de retirar os dois aforamentos ao número total de emprazamentos (26), porque são contratos com durações diferentes.

conjunto total dos prazos outorgados pelo mosteiro, 17% duram uma vida, 21% duas vidas; 54% três vidas; e 8% mais de três vidas.

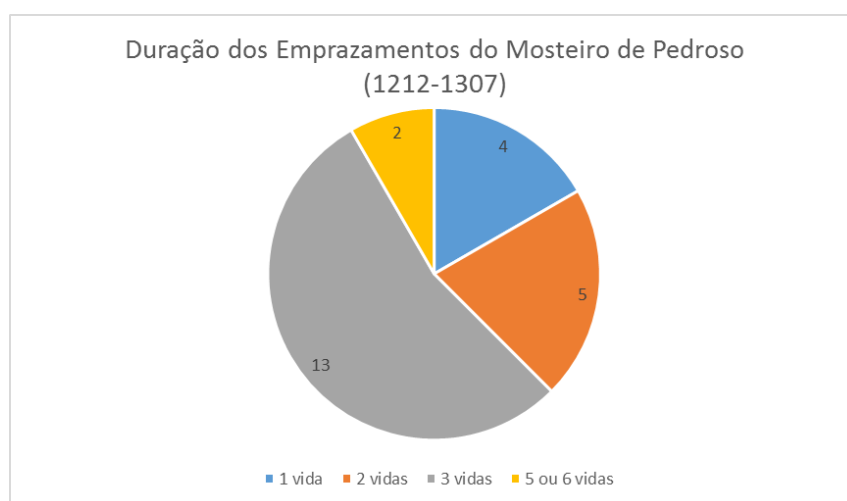


Gráfico 8 - Duração dos Emprazamentos do Mosteiro de Pedroso (1212-1307)

Em qualquer estudo de gestão patrimonial, é fundamental tentar perceber se existe uma maior incidência de prazos em algum segmento cronológico<sup>375</sup> específico, pois este pode à partida marcar a transição de uma política de aquisição para a de gestão. Naturalmente, até agora só vimos um destes aspetos, pelo que nos parece pertinente articular os dois tipos de informação recolhida.

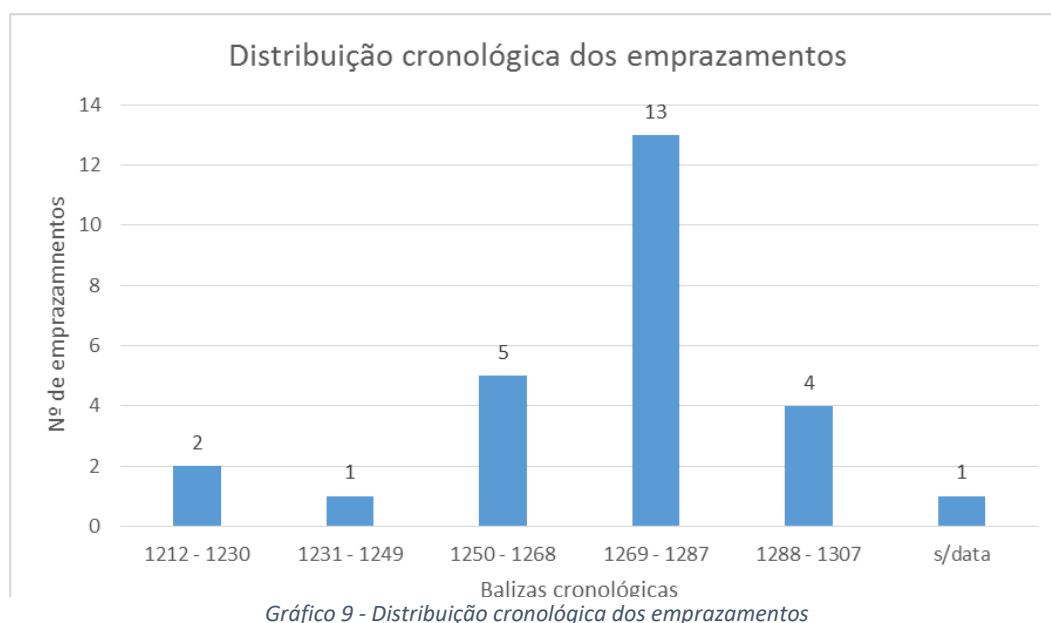


Gráfico 9 - Distribuição cronológica dos emprazamentos

<sup>375</sup> No processo de divisão da cronologia em intervalos optamos por definir períodos de tempo iguais (18 anos), parecendo-nos este o critério mais lógico.

De facto, entre 1269 e 1287, Pedroso outorgou o maior número de prazos até então, perfazendo um total de 13 atos. Para o mesmo período, existem apenas 11 doações, 4 compras e 3 escambos, verificando-se assim, em cada uma das tipologias de aquisição, um valor menor ao dos bens empenhados. Embora não seja o caso mais evidente, é muito possível que neste período se tenha assistido ao início de uma nova política administrativa, assente na gestão e rentabilização dos bens, em detrimento de uma estratégia de alargamento patrimonial. O reduzido número de empenhamentos no período seguinte justifica-se pelo menor número de documentos para esse período, e muito provavelmente pelo facto da gestão patrimonial só se ver desenvolvida plenamente no século seguinte. No entanto, a primeira referência a um empenhamento data de 1215<sup>376</sup>, demonstrando assim que os monges de Pedroso estavam atentos às necessidades de registo das diferentes formas de rentabilização dos seus bens, o que se tornará, no século XIII, uma situação cada vez mais comum.

Desconhecemos por completo os processos que se desenrolaram depois desse ano, que levaram ao desaparecimento quase total deste tipo de documento até à segunda metade do século XIII.

Esta análise seria por certo mais rica se complementada com a análise dos documentos do século seguinte, período de aumento exponencial deste tipo de documentos<sup>377</sup>.

#### **4.3.2.3 Rendas**

Como não poderia deixar de ser, ao estudar os contratos agrários não podemos deixar de parte as rendas a eles ligadas. Logicamente, existe uma grande ligação entre estes dois conceitos. Com o aumento da exploração indireta dos domínios monásticos assistiu-se ao aumento da “importância da percepção das rendas”<sup>378</sup>.

Na documentação de Pedroso temos referências a dois tipos de tributação: em géneros; e em numérico. No que diz respeito ao primeiro, o mosteiro recebeu, ao longo de toda a cronologia, pão, trigo, vinho, galinhas e capões. Note-se que desconhecemos as quantidades dos primeiros géneros. Era também usual o pagamento de rendas com uma parte da produção da propriedade empenhada ou aforada. Por esta razão é muito frequente

---

<sup>376</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, n° 25.

<sup>377</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 94.

<sup>378</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um Mosteiro Cisterciense Feminino...*, p. 110.

o recurso a expressões como “pagar a quinta parte da produção”, sendo este o caso mais utilizado por Pedroso. Posto isto, a instituição aparece também uma vez a receber  $1/3$  da produção<sup>379</sup>; oito vezes a receber  $1/5$ <sup>380</sup>; quatro vezes a receber  $1/6$ <sup>381</sup>; e uma única vez a receber  $1/8$ <sup>382</sup>.

Quanto ao dinheiro recebido através destes contratos, é impossível calcular o seu valor, pois não sabemos quando estes cessaram. No entanto, sabemos que de um emprazamento de uma vida celebrado com Martinho Vermudes, em Janeiro 1223, o mosteiro passou a receber 10 morabitanos anualmente<sup>383</sup>. Do mesmo tipo de contrato, desta vez em duas vidas, com Estevão Rodrigues e mulher, em 1266, recebia 60,7 morabitanos<sup>384</sup>. Por fim, do aforamento de 22 de Julho de 1279, com Martim Peres de Alheira e respetiva mulher, recebeu 2,5 morabitanos anualmente<sup>385</sup>.

---

<sup>379</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 10.

<sup>380</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 34 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 38 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 35 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 5.

<sup>381</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 6, nº 38 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 34 / A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 2, 6.

<sup>382</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 37.

<sup>383</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 5, nº 34.

<sup>384</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 7, nº 30.

<sup>385</sup> A.N.T.T., Pedroso, D. D., Mç. 8, nº 28.



## Conclusões

Ao chegar ao fim de um estudo como este é-nos difícil sumariar num breve texto todas as conclusões que retiramos ao longo da investigação. Contudo, procuramos agora salientar alguns aspetos, a nosso ver, essenciais.

Constatamos inicialmente uma pobreza inibidora de estudos sobre o Mosteiro de Pedroso. Com este estudo tentamos colmatar essas falhas, e contribuir de alguma forma, ainda que limitada, para o avanço historiográfico sobre a instituição.

Um dos aspetos em que Pedroso esteve envolto em maior mistério, e acerca do qual a documentação ainda não nos foi capaz de dar certezas, é a data da sua fundação e respetivos fundadores. Quanto a isto, apesar de também nós não sermos capazes de responder à questão, concluímos que a data mais provável, e mais consensual, baliza-se entre 1017 e 1026. Hipótese esta que se coaduna com a dos fundadores Ederonio Alvites e Transtina Pinializ.

Outro aspeto que tem vindo a lançar discórdia entre os historiadores é a existência, ou não, de uma comunidade dúplice em Pedroso. Assentes nas ideias de diversos autores de renome, como João Pedro Ribeiro e José Mattoso, acreditamos que a confusão em torno deste tema se deve a um erro de interpretação antigo e, portanto, o Mosteiro não era de facto uma comunidade dúplice.

Qualquer tipo de instituição monástica é caracterizada, em grande medida, pela comunidade que encerra. A nossa dissertação procurou também pautar-se por esta questão concedendo deste modo, uma visão geral da estrutura da hierarquia beneditina. Com base na documentação de Pedroso sabemos que no interior do Mosteiro existiram espaços afetos aos vários ofícios, tais como o celeiro e a enfermaria. Daqui resulta que dentro do Mosteiro deveria existir uma comunidade dinâmica e ativa no cumprimento das várias funções dispostas na Regra de São Bento.

Quanto ao líder espiritual deste grupo de monges, o abade, existe muito mais a dizer. A estratégia adotada por alguns destes homens impulsionou em grande medida a economia da instituição em estudo. No entanto, foram várias as ocasiões em que a política encetada pelos abades conduziu ao seu envolvimento em processos litigiosos. Como tal, Pedroso aparece mencionado em várias sentenças como interveniente direto.

Estando resolutas em elaborar um estudo que se pudesse classificar de patrimonial, guardamos as considerações relativas a este ponto para o final. Posto isto,

confirmamos que no século XIII, de facto, existe uma continuidade na política de aquisição patrimonial assente nas três formas clássicas da obtenção de bens (doação, compra e escambo).

O casal é para o património de Pedroso a unidade de propriedade por excelência, como aliás acontece com outras instituições monásticas da mesma época. Mas o mosteiro contava igualmente entre o seu património com herdades, searas, vinhas, quintãs, lotes, entre outros. Todos estes bens localizavam-se em três polos distintos, que já se desenhavam no século anterior: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Albergaria-a-Velha. Além destes núcleos, também existiam bens dispostos de forma bem mais dispersa, ao longo de uma faixa longitudinal que os unia, ligando desta forma o Douro ao Vouga. Em suma, a grande maioria do património estava concentrada entre estes dois grandes cursos fluviais.

Por fim, após um período de franca expansão, o Mosteiro ver-se-ia obrigado a entrar numa fase focada na gestão e rentabilização dos bens, normalmente sinalizada pela existência de prazos. Apesar da existência de um emprazamento datado do ano de 1215, apenas nos finais da década de 60 do século XIII se verificou um aumento exponencial deste tipo de contrato, o que pode encontrar alguma participação na mudança que então se assistia no âmbito da produção documental. Por outro lado, os finais do século XIII podem ter constituído o início de uma nova estratégia patrimonial assente na gestão e rentabilização dos bens detidos por Pedroso.

Muito mais se poderia dizer sobre o mosteiro, embora tenhamos procurado ser exaustivos na análise que fizemos da documentação, de que resultaram as ideias que fomos frequentemente exprimindo ao longo de toda a dissertação. Esperamos, portanto, que este trabalho responda aos anseios e indagações dos investigadores, estudiosos ou pedrosenses, que queiram saber um pouco mais sobre o Mosteiro Beneditino de São Pedro de Pedroso, terminando com a certeza de que, pelo menos, vimos as nossas próprias questões respondidas.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Manuscritas

- A.N.T.T., Pedroso, Documentos Diversos, Mç. 5, 6, 7, 8
- A.U.C., Pergaminhos Portugueses do século XIII, gav. 7
- A.U.C., Pergaminhos Latinos do século XIII, gav. 7-A
- A.U.C., Pergaminhos do século XIV, gav. 8-A

### Fontes Impressas

- *Documentos Medievais Portugueses*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1945-1980. Vol. 1/1: Documentos régios.-1958 ; Vol. 1/2: Documentos régios.-1962 ; Vol. 3: Documentos particulares, A. D. 1101-1115.-1940 ; Vol. 4/1: Documentos particulares. -1980.
- *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. por José Mattoso) vol. II, Tomo 1-2. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro Velho de Linhagens*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Lisboa, Academia das Ciências, 1891.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita, Nova Serie*, vol III – *Inquirições Gerais de D. Dinis*. 1284 (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottto Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2007. ISBN 978-972-623-101-1.
- *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867, 4 Vols.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense/Civilização, 1967 – 1970. (ed. preparada e dirigida por Damião Peres.).
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa – rainha: Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-972-42-4702-1.
- AZEVEDO, Carlos – *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 Vols.
- AZEVEDO, Carlos – *História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002. ISBN 972-42-2359-0. 3 Vols.
- BARROS, João de - *Geografia de entre Minho, Douro e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. 1919. Vol. IV.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca: Do século X ao século XIII*. Coimbra: Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, 1977.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – Os Mosteiros Medievais Num Tempo de Hospedar e de Caridade. *Codex Aquilarensis – Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*. Julio. 1992.
- CORREIA, Francisco Carvalho – *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009. ISBN 978-972-8180-23-2.
- COSTA, Américo - *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1929 – 1949. 12 Vols.
- COSTA, Sara Figueiredo – *A Regra de S. Bento em Português. Estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., 2007. ISBN 972-772-592-9.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Noia: Editorial Toxosoutos, 2005. ISBN 84-96259-49-8.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e - *A Ordem Militar de Avis (Das Origens a 1329)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Dissertação de Mestrado.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O Mosteiro de Rates e os beneditinos: Separata do boletim cultural*. Vol. XXXIV (1998 – 99).
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Quando monges eram uma civilização...Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: Edições Afrontamento, 2011. ISBN 978-972-36-1219-6.

- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Glossário monástico-benedictino*: Atas da Conferência Nacional, 2005 Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e o poder monástico*: Atas do Congresso Histórico de Guimarães, Guimarães, 1996. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães: Universidade do Minho. 1996.
- FERREIRA, Delfim Bismarck – *A Terra de Vouga Nos Séculos IX a XIV: Território e Nobreza*. Aveiro: Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 2008. ISBN 978-972-9090-06-3.
- FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa - *O Couto de Sto. Tirso 1432-1516: antroponímia e socialidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989. ISBN 972-595-067-4.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os Diplomas Privados em Portugal dos séculos IX a XII: Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003. ISBN 972-987-66-5-7.
- KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III. In KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e Publicados*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-2-0.
- LEAL, A. S. de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873 – 1890. 12 Vols.
- LINAGE CONDE, António - *Los Orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*. Léon: Centro de Estudios e Investigacion San Isidoro, 1973. ISBN 84-00-03920-3.
- LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira - I (dos primórdios a 1300)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001. ISBN 972-9453-60-8.
- MARQUES, André Evangelista – *O Casal: Uma Unidade de Organização Social do Espaço no Entre Douro e Lima (906 – 1200)*. Noia: Toxosoutos, 2008. ISBN 978-84-966-73-46-5.

- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. ISBN 972-772-019-6.
  - MARTINS, Rui Luís Vide da Cunha – *Património, parentesco e poder: o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1992. Trabalho de síntese elaborado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.
  - MATTOSO, José – O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política. *Revista de Análise Social*. ISSN 977 000 325 733. Vol. XXXV, nº157 (2001), p. 899-935.
  - MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 11. ISBN 972-42-2760-X.
  - MATTOSO, José – A Cultura Monástica em Portugal (875-1200). In MATTOSO, José - *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 209-231.
  - MATTOSO, José - A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p.45-55.
  - MATTOSO, José - A vida religiosa dos Beneditinos portugueses durante o século XIII. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 86 – 120.
- MATTOSO, José – Data da introdução da liturgia romana na diocese de Braga. In MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. Vol. 9. ISBN 972-42-2685-9. p. 55-61.
- MATTOSO, José – Eremitas Portugueses no Século XII. *Lusitania Sacra*. Lisboa. ISSN 0076-1508. 9 (1972), p. 1- 40.
  - MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2803-7. Vol. 12.
  - MATTOSO, José - O monaquismo tradicional em Portugal no século XII. In MATTOSO, José – *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2659-X.
  - MATTOSO, José – Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiense em Portugal durante a Reconquista. In *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 11 – 27.

- MATTOSO, José, KRUS, Luís, ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI e XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. ISBN 972-33-0824-X.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993. ISBN 972-95417-1-X. p. 239-247.
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa – *O Couto de Sto. Tirso (1432 – 1516): Espaço e Economia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Mestrado.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A administração jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do séc. XVII*. Porto: Universidade Portucalense, 1993. ISBN 972-9354-12-X.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.
- ORLANDIS, José - *Estudios sobre instituciones monasticas medievales*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1971.
- PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme - *Portugal; diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artístico*. Lisboa: J. Romano Torres e C<sup>a</sup> Editores, 1904 - 1915. 7 Vols.
- PEREIRA, Gabriel – *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881.
- RAMOS, Rute Matos de Lima – *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso: Subsídios para a sua história..*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1956. Dissertação de licenciatura.
- RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco, a Comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno, 2003.
- RIBEIRO, João Pedro - *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza oferecidas ao serenissimo Principe do Brazil*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1798.
- SANTOS, Cândido dos – *A Abadia Beneditina de Pedroso e o seu papel na formação de uma comunidade*. In SANTOS, Cândido dos – *História e Cultura na Época Moderna: Estudos e Documentos*. 1<sup>a</sup>ed. Porto: Universidade do Porto, 1998.

- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV: Gestão Feminina de um Património Fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- SÃO TOMÁS, Leão de, Frei – *Benedictina Lusitana: dedicada ao grande patriarca S. Bento*. Coimbra: Officina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644-1651. 2Vols.
- SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e – *O Costumeiro de Pombeiro: uma comunidade beneditina no século XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1332-4.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de Doutoramento.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*. 2ªed. – Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – “História da Igreja Medieval em Portugal: Um Percorso Possível Pelas Provas Académicas (1995-2000)”. *Revista Lusitania Sacra*. Lisboa. ISBN 978-972-8361-17-4. 2ª Série, nº13 -14 (2001-2002). p. 569-581.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram (1789/99)*. Porto: Liv. Civilização Editora, 1983. 2vols.



## **Anexos**

### **Anexo 1 – Carta de couto do Mosteiro de Pedroso (1128)**

1128, Agosto, 3 – D. Afonso Henriques dá carta de couto ao mosteiro de Pedroso (c. Vila Nova de Gaia).

A.U.C, Cartório da Companhia de Jesus, estante R, avulsos, cop. sec. XVI

Publ. D.M.P., nº 93, p. 116-117 (cuja a transcrição seguimos)

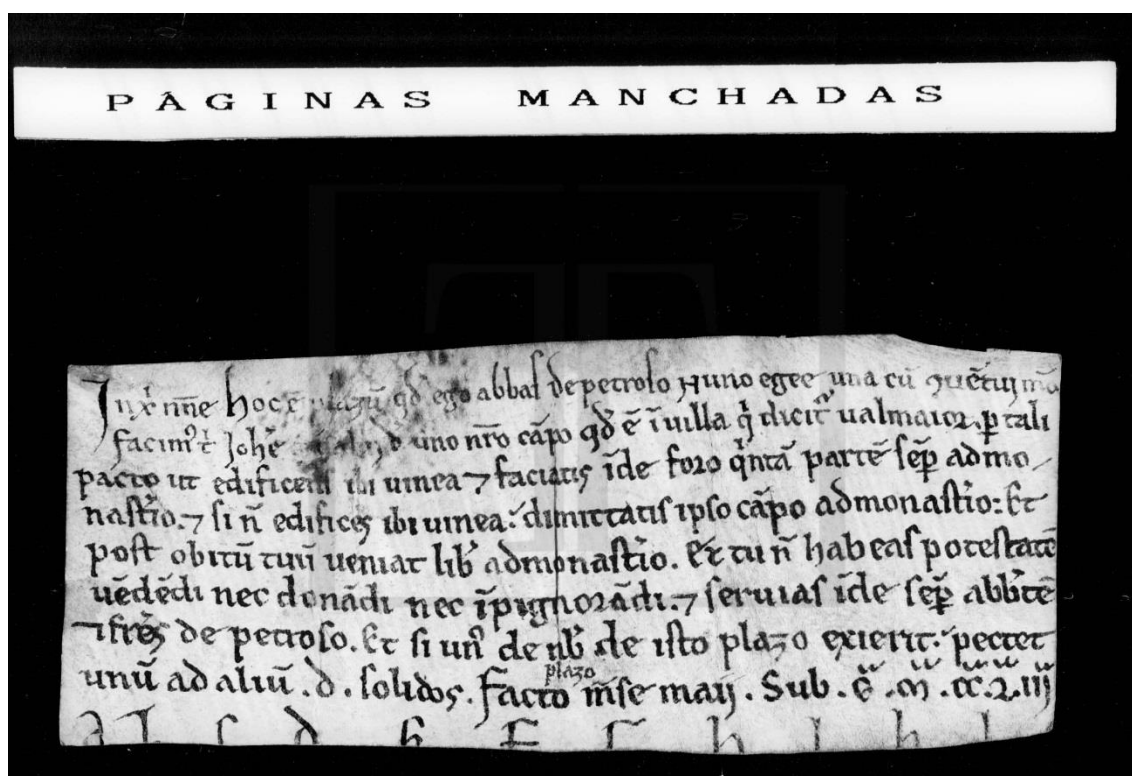
In nomine Sanctae et Indiuiduae Trinitatis Patris et Filij et necnon et Spiritus Sancti Trinitas indiuisa quae nunquam erit finienda per cuncta seculorum secula. Ego egregius infans Anfonusus gloriosissimi Ispaniae imperatoris nepos et consulis domini Henrici et reginae Tharasiae filius Dei uero prouidentia totius Portugalensis prouinciae princeps nulla necessitate compulsus nulliusque perturbationis incursu perterritus sed prompta ac beneuola uoluntate deuotus uobis abbati donno Martino ac uestrae congregationi necnon et donae Gelviraе Fernandes cum uestris cohaeredibus facio cautum ad illud monasterium Sancti Petri de Petroso pro remedio animae meae et pro seruitio quod mihi fecistis et facturi estis et etiam quod praedictus abbas dedit mihi septingentos soldos et etiam dum monasterium illud uoluerit in unaquaque die pro anima mea semper una cantetur ibi missa. Et habet iacentiam praedictum monasterium in loco qui uocatur Petrosus sub monte Castro discurrente riuulo Feueros Portugalensi territorio. In primis leuat se illud cautum iuxta fontem de Rechouça prope Serpentem deinde ad Sanctum Mametum et uadit ad Fontem Frigidam deinde ad fontem qui uocitant de Figueiras deinde ad petram selhadam deinde ad petram da Era deinde ad Portum Carrarium et uadit ad stratam et inde per Ciadam usque ad illum locum per quem Saxozelo separatur ab Anfonfino et quomodo Saxozelo diuidit cum Palatio sicut descendit aqua illa quae uadit ad portum illum ubi Villa Plana separatur cum Lauatoribus et quomodo aqua illa descendit in Feueros usque ad Lauatorinos quomodo uadit per aquam de Feueros ad locum quomodo separatur Ecclesiola a Villa Coua deinde ad petram de Pedri et uadit in directum ad petram fixam deinde ad Latrones et uadit ad illum locum ubi primitus incohauimus. Sed tamen istud uobis et alijs sit notum de uilla illa quae continetur in cauto illo nomine Figueiredo quatenus datis mihi extra cautum illud aliam pro ea in loco praenominato Serpente et Canidelo et unum casale in Almenaria. Hoc facio mea propria uoluntate et sana mente et integro animo ut ab hac die et tempore sit de iure meo abrasum et in uestro dominio sit traditum et confirmatum perhenni aeuo. Si quis autem quod fieri non credo aliquis homo uenerit uel uenerint tam ego quam propinquus seu extraneus quod

praedicti cauti terminos uiolenter intrare uoluerit sit maledictus et confusus et sex mille soldos uobis reddere regia potestate cogatur uel successoribus uestris et insuper quantum damni fecerit quadrupliciter exponat a Sanctae etiam Matris Ecclesiae gremio sit segregatus et cum Iuda traditore anatematis sententia perpetim puniatur. Facta series cauti tertio Nonas Augusti sub Era M. C. LX. VI. Ego Anfonus iam supra nominatus hanc cartam propria manu roboro.

Pelagius Bracharensis ecclesiae archiepiscopus confirmauit, comes Anfonus confirmauit, Menendus Fernandes conf., Guedo Menendis conf., Ermigius Monis curiae dapifer conf., Tellus Colimbriae archidiaconus conf., Hugo Portugalensis ecclesiae episcopus conf., Sancius Nunes conf., Egas Gosendis conf., Odorius Visensis prior conf., abbas Daniel Loruanensis conf., abbas Nunus Tibionensis conf., Petrus testis, Suarius testis, Gundicaluus testis.

Menendus infantis cancellarius scripsit.

## Anexo 2 – Reprodução gráfica do Emprazamento de 1215



A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 25

1215 Maio – Nuno Viegas, abade e religiosos de Pedroso emprazam a João Gonçalves um campo em Valmaior (c. Albergaria-a-Velha).<sup>386</sup>

<sup>386</sup> A.N.T.T., Pedroso, D.D., Mç. 5, nº 25

